

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 72, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Ciências Econômicas, Câmpus de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 07 de dezembro de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Ciências Econômicas, Câmpus de Palmas, em observância à Resolução Consepe nº 40, de 13 de abril de 2022, conforme dados do Processo nº 23101.008896/2022-56, e anexo desta Resolução.

Parágrafo único. A atualização descrita no *caput* deste artigo refere-se à Resolução Consepe nº 48/2018, aprovada em 31 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CÂMPUS DE PALMAS (ATUALIZAÇÃO 2022).

Anexo da Resolução nº 72/2022 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 07 de dezembro de 2022.

Palmas/TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 72/2022 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE BACHARELADO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CÂMPUS DE PALMAS (ATUALIZAÇÃO
2022).**

Palmas/TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE BACHARELADO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CÂMPUS DE PALMAS.**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	8
1.2 - A UFT no contexto regional e local	9
1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais	10
1.3.1 - Missão	10
1.3.2 - Visão	10
1.3.3 - Valores	10
1.4 - Estrutura Institucional	11
2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO	12
2.1 - Da Presente Atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso	13
2.1.1 - Do Projeto Pedagógico Institucional (PPI - 2021-2025)	13
2.1.2 - Da Creditação da Extensão	14
2.2 - Da Regulamentação da Profissão	15
2.3 - Justificativa Social do Curso	16
2.3.1 - O Estado do Tocantins	17
2.3.1.1 - A questão do adensamento de cadeias produtivas no interior do Estado	17
2.3.1.2 - Indicadores econômicos	19
2.3.1.3 - A cidade de Palmas-TO	19
2.3.2 - O Curso de Economia da Universidade Federal do Tocantins	20
3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso	21
3.2 - Objetivos do curso	22
3.3 - Perfil Profissional do Egresso	23
3.4 - Estrutura Curricular	24
3.5 - Ementário	31
3.6 - Conteúdos curriculares	72
3.6.1 - Matriz formativa	73
3.6.2 - Flexibilização curricular	76
3.6.3 - Objetos de conhecimento	77
3.6.4 - Programas de formação	79
3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)	84
3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares	92
3.8 - Migração curricular	97
3.9 - Metodologia	97
3.9.1 - Inovação Pedagógica	99
3.9.2 - Formação e Capacitação Permanente	100
3.10 - Estágio Curricular Supervisionado	100

3.11 - Atividades complementares	100
3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	101
3.13 - Internacionalização	104
3.14 - Políticas de apoio aos discentes	105
3.15 - Políticas de extensão	105
3.16 - Políticas de pesquisa	106
3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade	107
3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	107
3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem	108
3.20 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	109
3.20.1 - Avaliação focada no resultado	109
3.20.2 - Avaliação focada no processo	110
4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL	111
4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)	111
4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores	112
4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso	113
5 - INFRAESTRUTURA	114
5.1 - Infraestrutura do câmpus	115
5.1.1 - Sala de Direção do câmpus	115
5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes	116
5.1.3 - Salas de aula	116
5.1.4 - Instalações Administrativas	117
5.1.5 - Estacionamento	117
5.1.6 - Acessibilidade	118
5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	118
5.1.8 - Biblioteca	119
5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	119
5.1.8.2 - Periódicos especializados	120
5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar	123
5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios	124
5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos	124
5.1.11 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	125
5.1.12 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	125
5.1.13 - Área de lazer e circulação	125
5.1.14 - Restaurante Universitário (se houver)	126
5.2 - Infraestrutura do curso	127
5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso	127
5.2.2 - Coordenação de curso	128
5.2.3 - Bloco de salas de professores	128
6 - REFERÊNCIAS	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conteúdos de Formação Geral	73
Figura 2 - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativos	74
Figura 3 - Conteúdos de Formação Histórica	75
Figura 4 - Conteúdos Teórico-Práticos	76
Figura 5 - Carga Horária de Escolha	77
Figura 6 - Conteúdos Teóricos Primários, Instrumentos e Conteúdos Aplicados	78
Figura 7 - Educação ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais	80
Figura 8 - Conteúdos de Formação Ampla	84
Figura 9 - Ações Curriculares de Extensão	86
Figura 10 - Diretrizes para Acompanhamento e Avaliação de Ações Curriculares de Extensão	90
Figura 11 - Aproveitamento de Atividades Complementares	101

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Informações do Curso	
Mantenedora	Ministério da Educação (MEC)
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luís Eduardo Bovolato - Reitor, Marcelo Leineker Costa - Vice-Reitor; Eduardo José Cezari - Pró-Reitor de Graduação (Prograd); Raphael Sânzio Pimenta - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq); Maria Santana Ferreira dos Santos - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex); Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior - Pró-Reitor de Administração e Finanças (Proad); Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (Proap); Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proest); Vânia Maria de Araújo Passos - Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep); Ary Henrique Moraes de Oliveira - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação Estrutura Institucional (Protic).
Câmpus	Palmas
Direção do Câmpus	Moisés de Souza Arantes Neto
Nome do Curso	Bacharelado em Ciências Econômicas
Diplomação	Bacharelado em Ciências Econômicas
Endereço de Funcionamento do Curso	Avenida NS 15 ALCNO 14
E-mail do curso	ecopalmas@uft.edu.br
Telefone de contato do curso	(63) 3229-4526
Coordenador do Curso	Marcleiton Ribeiro Moraes
Código e-MEC	18426
Autorização	Decreto n.º 857, de 09/11/1999. Art. 35, Decreto n.º 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2, Decreto n.º 6.303/07)

Reconhecimento	Decreto n.º 1.467, de 04/04/2002, publicado em 09/04/2002
Renovação do Reconhecimento	Portaria, n.º 209, de 25/06/2020, publicada em: 07/07/2020
Formas de Ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Processo Seletivo Complementar (PSC); Processo Seletivo por Análise Curricular (PSAC) e Extravestibular.
Área CNPq	Ciências Sociais Aplicadas
Modalidade	Educação Presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Turnos de Funcionamento	Matutino e noturno
Carga Horária	3000 horas
N.º de Vagas Anuais	80
Conceito ENADE	2 (2018)
Conceito Preliminar do Curso	3 (2018)

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio

processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;
6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;
10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;
11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de

um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel ainda mais relevante, no sentido de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-têmpore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-têmpore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de

Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 na modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, e os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora

pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais

1.3.1 - Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

1.3.2 - Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

1.3.3 - Valores

- * Respeito à vida e à diversidade.
- * Transparência.
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.
- * Inovação.
- * Desenvolvimento sustentável.
- * Equidade e justiça social.
- * Formação ético-política.

1.4 - Estrutura Institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

4. Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).

5. Conselho do Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

6. Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

7. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.

8. Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas cinco unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitários	
Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação em Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Turismo Patrimonial e

	Socioambiental (tecnologia), Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura) e Direito (bacharelado).
Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia (bacharelado), Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado) e Química Ambiental (bacharelado).
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura), Serviço Social (bacharelado) e Psicologia (bacharelado).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em Administração (bacharelado), Teatro (licenciatura), Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), Ciência da Computação (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Ciências Econômicas (bacharelado), Jornalismo (bacharelado), Direito (bacharelado), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Ambiental (bacharelado), Engenharia Civil (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Engenharia Elétrica (bacharelado), Filosofia (licenciatura), Medicina (bacharelado), Nutrição (bacharelado), Pedagogia (Licenciatura), Música - EAD (Licenciatura), Física - EAD (Licenciatura), Administração Pública - EAD (bacharelado), Matemática - EAD (licenciatura), Química - EAD (licenciatura), Biologia - EAD (licenciatura) e Computação - EAD (licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece os cursos de graduação em História (licenciatura), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Letras - Língua Inglesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Libras (licenciatura), Ciências Sociais (bacharelado) e Relações Internacionais (bacharelado).

2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO

O curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) é originário dos desdobramentos do processo de federalização que teve lugar a partir da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS). Seu embrião situa-se no reconhecimento, no contexto dos desafios

postos ao desenvolvimento do então recém-criado Estado do Tocantins, da necessidade de uma unidade de produção e difusão de conhecimentos que não só propiciasse mão-de-obra qualificada à administração dos setores privado e público, mas também que buscasse compreender e refletir sobre as vicissitudes regionais, características locais e formas de integração aos mercados nacional e externo de modo a favorecer a exploração das potencialidades econômicas do Estado.

Assim, o Art. 1º do Decreto Nº 332 de 18 de outubro de 1996, conforme consta no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 556, pág. Nº 5080, autoriza a criação do Curso de Ciências Econômicas, para entrar em funcionamento em 1997 como parte integrante do Centro Universitário de Palmas da UNITINS. Neste período, o Curso de Ciências Econômicas passaria, ainda, por autorização de funcionamento pelo prazo de dois anos, concedido pelo Decreto Nº 857 de 8 de novembro de 1999, emitido pelo Governo do Estado do Tocantins.

Criada pela Lei Nº 10.032 de 23 de outubro de 2000 - vinculada ao Ministério da Educação - a Universidade Federal do Tocantins (UFT) só veio a se consolidar em maio de 2003 com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares e suas respectivas infraestruturas a partir da UNITINS. Em 2006, o Curso de Ciências Econômicas da UFT teve seu reconhecimento renovado por meio do Art. 1º da Portaria Nº 558 de 6 de setembro do mesmo ano, conforme seção 1 do Diário Oficial da União de 12 de setembro.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas da UFT teve sua primeira atualização pela Resolução Nº 27 de 13/05/2009, tendo como marcos norteadores: (i) o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011; (ii) o Projeto Pedagógico Institucional (PPI); (iii) a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) Nº 005/2005 - que orienta a elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFT; e (iv) a Resolução Nº 4 de 13 de julho de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

A segunda atualização do PPC foi institucionalizada pela Resolução Nº 48 de 31/10/2018. Justificava-se pela necessidade de reduzir o tempo mínimo de integralização do curso e de realizar ajustes nas ementas e objetivos de algumas disciplinas de modo a obter maior eficiência nas interdisciplinaridades e transdisciplinaridades, reduzir a interseção de conteúdos entre disciplinas, etc.

2.1 - Da Presente Atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso

A atual edição do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (2022) leva em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), conforme Resolução Nº 38 de 23 de abril de 2021, no qual consta a atualização do Projeto Pedagógico Institucional (PPI); e a curricularização da extensão universitária em conformidade com o Plano Nacional de Educação, estabelecida pela Meta 12.7 da Lei Nº 13.005/2014.

2.1.1 - Do Projeto Pedagógico Institucional (PPI - 2021-2025)

O PPI exalta e promove ações destinadas a consolidar a universidade como instituição social/comunitária: "Partindo do princípio básico de que a universidade é uma instituição social que promove a educação numa dimensão superior, passamos a assumi-la como uma instituição que é de todos aqueles que dela participam e que podemos denominar de comunidade universitária.

Comunidade esta que compreende não só os que estão vinculados diretamente (comunidade acadêmica e administrativa) por meio de matrícula funcional ou matrícula acadêmica, mas também, àqueles que a circundam." (PDI 2021-2025, p. 46).

E completa, afirmando que "[...] nesta perspectiva, não há que se falar de comunidade interna e/ ou externa à universidade, pois o desenvolvimento das ações e práticas no âmbito educacional no interior do espaço físico da universidade requer uma conexão direta de ações e práticas, com o contexto sociocultural em que está inserida. Assim, um Projeto Pedagógico Institucional da universidade é compreendido como a expressão de um projeto coletivo em que se articulam as expectativas sociais à dinâmica educacional a ser desenvolvida por meio de decisões, ações e práticas, que se materializarão no currículo institucional que envolve o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão." (Ibid.).

Neste sentido, a Universidade Federal do Tocantins, através do presente Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2021-2025), afirma um conjunto de valores e estimula os colegiados dos cursos a inserirem-nos em seus respectivos projetos pedagógicos, a saber:

- * Respeito à vida e à diversidade;
- * Transparência;
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades;
- * Inovação;
- * Desenvolvimento sustentável;
- * Equidade e justiça social;
- * Formação étnico-política.

E reforça a compreensão de universidade, que num contexto nacional de grande diversidade e desigualdade social, "Pressupõe a educação, não como treinamento para o trabalho, o sucesso nos negócios e na vida, mas que forme o ser humano, ensinando-o a pensar as ideias, a prática, a vida coletiva e pessoal, a reconhecer e afirmar a preeminência da realização da sociedade justa e excelente sobre os interesses das partes, dos indivíduos e grupos." (Ibid, p. 47, em citação a Coelho).

2.1.2 - Da Creditação da Extensão

Além disso, e inserido na mesma perspectiva político-filosófica, a atual edição do PPC do Curso de Ciências Econômicas traz o compromisso de curricularizar as atividades de extensão universitária conforme o Plano Nacional de Educação estabelecida através da Lei Nº 13.005/2014 que, por meio da Meta 12.7, afirma a necessidade de se assegurar, nos cursos de graduação, um mínimo de 10% do total de créditos curriculares para programas e projetos de extensão universitária.

As diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira estão estabelecidas na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 7/2018, que também regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005/2014 anteriormente citada.

2.2 - Da Regulamentação da Profissão

A profissão de Economista é regulamentada por meio da Lei Nº 1.411 de 13 de agosto de 1951 e do Decreto Nº 31.794 de 17/11/1952, que dispõe sobre a mesma Lei e dá outras providências. Além de definir a designação profissional do economista, as órbitas de exercício da profissão e as atividades profissionais privativas do economista, a Lei também regimenta sobre a constituição dos conselhos profissionais.

De acordo com a Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, inserem-se entre as atividades inerentes à profissão de Economista:

- * Assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- * Estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- * Análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- * Estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- * Estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- * Produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- * Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- * Assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia;
- * Planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- * Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- * Perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação;
- * Auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- * Formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
- * Economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- * Certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- * Regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- * Estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros;

* Atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária;

* Atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa;

2.3 - Justificativa Social do Curso

As chamadas Ciências Econômicas surgem na esteira da revolução do pensamento que levam à transição da Idade Média à Idade Moderna. Os fenômenos econômicos que, anteriormente, não se circunscreviam a uma área específica do saber, mas, encontravam-se mescladas a fenômenos políticos, morais e religiosos, vão passar por um processo de simplificação e separação, e ver seu objeto restringido através de certa evolução das ideias que constituiu o iluminismo (BIANCHI, 1986).

Como parte destas mudanças surge, no século XVIII, as Ciências Econômicas, cujo objeto de investigação é definido, dependendo dos princípios doutrinários, como: (i) ciência acerca das leis que regulam a produção e a distribuição da riqueza; ou (ii) ciência que, sob hipótese das necessidades humanas serem ilimitadas num mundo de recursos finitos, racionaliza as formas de alocar recursos de modo a alcançar o maior nível de satisfação possível - de base utilitarista (J. S. Mill, s/d).

‘Produção’, em Ciências Econômicas, diz respeito à mera geração de bens e serviços destinados a satisfazer necessidades humanas - cuja disponibilidade e acesso se dão pela intermediação do mercado, via troca. Aqui, torna-se relevante considerar que, no desenvolvimento das economias capitalistas, carentes ainda de infraestrutura básica, certos investimentos, por serem dispendiosos e de longo prazo, não se racionalizam, em termos de viabilidade econômica, pelas condições atuais do mercado, mas, pelas condições futuras, esperadas. Por serem muito dispendiosos e contarem com longos períodos de retorno, dependem, ou de associações de capitais privados por meio de arranjos financeiros coletivos – podendo envolver capitais externos; ou do estabelecimento de bancos públicos de investimento; ou de parcerias entre estes e arranjos financeiros privados; ou de empréstimos internacionais; ou ainda de diferentes misturas entre estes arranjos.

Estes arranjos viabilizam investimentos fundamentais para aumentar a capacidade de realizar o potencial de exploração dos recursos regionais e locais, conectando, via integração de cadeias produtivas, estas economias a outros mercados nacionais e externos, ao mesmo tempo que expandem negócios e empregos, ampliando mercados regionais e locais e abrindo caminho para um processo de diversificação produtiva e incremento na disponibilidade de bens e serviços necessários à melhoria do padrão geral de vida regional e local.

Mas a história mostra que todo o processo de desenvolvimento traz, no seu bojo, maior ou menor tendência à degradação ambiental e exclusão de parte significativa da população do território onde o desenvolvimento tem lugar. Os investimentos que estruturam os elos das cadeias produtivas associados à exploração dos potenciais econômicos locais e seus efeitos multiplicadores, frequentemente, não empregam grande parcela da população local. Isso decorre, por um lado, das necessidades de mão-de-obra mudarem de perfil, em geral, de trabalhos menos exigentes em conhecimento e qualificação em direção a trabalhos mais exigentes, bem como da substituição de ramos com maior potencial de empregabilidade por ramos com menor potencial, e por outro, da perda de ímpeto que acompanha o processo de desenvolvimento à medida em que ele amadurece.

As Ciências Econômicas constituem a área do conhecimento que procura compreender as relações causais presentes nestes processos. Ao construir maior grau de consciência sobre como se move e se desdobra um processo de desenvolvimento econômico concreto, torna-se possível intervir no seu rumo, via planejamento, de modo a permitir que seus benefícios alcancem a maior parcela possível da população que habita os territórios onde o desenvolvimento econômico tem lugar, minimizando tanto a exclusão social quanto seus danos ambientais.

2.3.1 - O Estado do Tocantins

A criação do Estado do Tocantins, a partir da separação da região norte do Estado de Goiás, parece dever-se, de acordo com Oliveira (apud FORNARO, 2012), à necessidade de superação do atraso e abandono a que aquela região se encontrava. A percepção de que os investimentos realizados na região eram insuficientes ou inexistentes resultaria no movimento derradeiro da década de 1980, que daria origem à secessão.

O início da expansão da soja pelo cerrado brasileiro, no bojo dos conhecimentos produzidos pelo Centro Nacional de Pesquisas de Soja (atual Embrapa Soja), da Embrapa, ao longo das décadas de 1970 e 1980, permitiriam que outros Estados, além dos centros produtores tradicionais do Sul e Sudeste, se tornassem importantes produtores do produto, a exemplo do Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, oeste de Minas Gerais, Bahia e sul do Mato Grosso (VERNETTI & KALCKMANN apud EMBRAPA SOJA, 2001; EMBRAPA-SOJA, 2001; BARBOSA & ASSUMPÇÃO, 2001).

A rentabilidade que a cultura proporcionaria às terras da região sul de Goiás colocaria em evidência o custo de oportunidade sobre a região norte, acirrando descontentamentos ligados aos interesses de importantes frações de sua população – o que consolidaria a força política emancipacionista da década de 1980. Com efeito, áreas do Estado de Goiás dotadas de melhor infraestrutura econômica de acesso à assistência técnica e logística para abastecimento de insumos e escoamento de produtos lançavam luz aos efeitos da ausência do Estado. O resultado destas contradições seria a união de forças que, sob circunstâncias nacionais favoráveis, levariam à criação do Estado do Tocantins, promulgada na Constituição de 1988.

Dotado de recursos hídricos e planícies propícias à atividade agro-silvo-pastoril de grande escala, os investimentos oriundos da criação do Estado permitiriam o provimento da infraestrutura de transportes e comunicações, nomeadamente, rodovias estaduais que davam acesso mais ágil à BR-153 [De acordo com Teixeira (2009), ao longo do processo de desenvolvimento da antiga região norte de Goiás, a rodovia federal BR-153 sustentava o desenvolvimento de municípios da sua vizinhança (Araguaína é o caso mais notável) e condenava aqueles mais afastados, principalmente, os municípios situados a leste do rio Tocantins, a certo desterro relativamente ao desenvolvimento do agronegócio em curso na região a partir dos anos de 1970], e através desta, a todo o sistema logístico nacional, favorecendo a realização do potencial produtivo das várias regiões rurais de municípios antes isolados.

2.3.1.1 - A questão do adensamento de cadeias produtivas no interior do Estado

Apesar do grande apelo do agronegócio, considerado a grande vocação econômica do Estado, o transbordamento da renda gerada pela atividade fica muito restrito à respectiva cadeia produtiva. Seus elos mercantis - associados ao suprimento, financiamento de operações e distribuição do produto - possuem conexões, sobretudo, externas, com poucos efeitos sobre a vida de parcela importante da população local.

As exceções dizem respeito, em especial, a alguns municípios que, na década de 1960, já eram portadores de um centro urbano razoavelmente desenvolvido e de uma população urbana e rural capaz de viabilizar empreendimentos agropecuários de iniciativa local quando da chegada da BR-153. Podiam fornecer mão-de-obra e encadear empreendimentos derivados, de caráter mercantil-urbano, associados ao provimento de insumos e escoamento de produtos. A renda criada diretamente por estes complexos agropecuários municipais assumia, essencialmente, a forma de lucros da classe empresarial local e salários da mão-de-obra empregada por suas atividades.

As necessidades de consumo e investimento, tanto dos empresários locais quanto da mão-de-obra que empregavam, se colocavam localmente. Por isso, seus gastos viabilizavam novos negócios derivados, nomeadamente, imobiliários, mas também novos empreendimentos associados a vários outros ramos de atividade, com efeitos multiplicadores sobre o desenvolvimento da economia urbana desses municípios. Nestes - situados às margens da BR-153 -, este desenvolvimento atingiria novo patamar quando da introdução da cultura da soja nas décadas de 1970 e 1980, pois, contavam com uma iniciativa empreendedora local que derivava desenvolvimento através de seus gastos.

A criação do Estado do Tocantins, em finais dos anos de 1980, geraria as condições para a diversificação da malha rodoviária através do seu território. Na sequência dos anos de 1990-2000, o país se inseria no chamado processo de globalização - desregulamentando seus mercados agrícolas e reduzindo o financiamento governamental e apoio tecnológico aos produtores locais (CIFUENTES, 2016) -, internando as tecnologias de telecomunicação e informação em desenvolvimento no mundo. A par do desenvolvimento da capacidade de transporte, sobretudo, rodoviário - já que tanto o ferroviário, pela Ferrovia Norte-Sul, até agora só liga Palmas- TO a Açailândia- MA, e o hidroviário só conta com o Porto de Praia Norte (TOCANTINS RURAL, 2019) -, as tecnologias de telecomunicação e informação permitiram que o Estado passasse a integrar a globalização produtiva de alimentos.

Com efeito, na sequência dos anos 2000, a produção agro-silvo-pastoril do Estado passa a incorporar a lógica do agronegócio, perdendo relação com a forma de ocupação do território historicamente estabelecida. Enquanto simples escopo da alocação financeira global, a produção passa a ter lugar a partir de associações de capitais formados fora do estado, muitas vezes de propriedade estrangeira, que financiam empresários agrícolas experientes, em geral, também de fora do Estado, para estabelecer culturas intensamente mecanizadas e de alta rentabilidade. Este novo capital agrário não precisa de vínculos locais. Reduz substancialmente a necessidade de mão-de-obra por unidade de área cultivada e por unidade de produto e pode se abastecer diretamente de fora bem como fornecer seu produto diretamente para fora.

Assim, ao mesmo tempo que a inserção do país no processo de globalização faz do campo mero escopo da aplicação financeira mundial, a produção agro-silvo-pastoril reduz seus vínculos com os municípios onde a produção tem lugar. Com o avanço da infraestrutura do Estado, grandes projetos de irrigação podem ser estabelecidos em pequenos municípios distantes da BR-153, reorientando, por expropriação, sua estrutura de propriedade a favor da grande produção mecanizada. Diferentemente do que ocorria aos municípios da antiga região norte de Goiás situados à margem da BR-153, esta nova ocupação fundiária tem pouco efeito sobre o desenvolvimento local.

Se, por um lado, os lucros gerados pertencem, nestes novos empreendimentos, a agentes externos aos municípios, constituindo-se renda que não são neles despendidos, por outro lado, o grande capital agrário neles empregados não depende da economia local para se reproduzir - nem para se abastecer de insumos, nem para escoar seu produto. O mesmo aprimoramento logístico oriundo da criação do Estado permite, não só, a chegada de insumos diretamente à região rural, mas, também o escoamento de produtos diretamente ao destino ou ao porto. A

intermediação do meio urbano municipal se reduz, e portanto, suas cadeias produtivas perdem densidade no interior dos municípios e do próprio Estado.

2.3.1.2 - Indicadores econômicos

Considerando toda a economia do Estado, apesar de ter obtido a maior taxa de crescimento médio anual entre os anos de 2006 e 2015 - cerca de 12,5% (PET-Economia, 2018, p. 8) -, o setor agropecuário manteve uma importância modesta se comparado aos setores econômicos urbanos. Ao final do referido período, o setor de serviços mantinha a maior participação relativa no PIB (38,3%), seguido pela administração pública (27,6%) e indústria (13,2%). Em 2016, os setores de serviços e da administração pública somavam cerca de 67% do PIB do Estado (Ibid., p. 7-8).

Os investimentos associados, em especial, à construção da cidade de Palmas-TO, favoreceram um rápido crescimento demográfico via migração de diversas populações de outros municípios e estados do país. Esta população, ao mesmo tempo que provia a mão-de-obra necessária à construção da cidade, conformava um mercado consumidor a partir do qual iria se desdobrar, por derivação de demanda relativamente às mais diversas necessidades, um conjunto crescente de novas atividades econômicas via implantação de unidades comerciais, industriais, e de provimento de diversos serviços urbanos e de turismo.

O Estado observou, entre 2006 e 2015, taxas de crescimento de 88,14% e 65,5%, respectivamente, para o PIB e o PIB per capita (PET-Economia, 2018, p. 6), o que resultou em taxas médias anuais de crescimento de, aproximadamente, 8,8% e 6,6%, respectivas às mesmas variáveis – significativas para o decênio em questão.

Entretanto, é importante destacar o mau desempenho entre 2014 e 2015, especialmente, considerando o contexto do crescimento dos anos anteriores: a taxa de crescimento médio anual do PIB foi negativo em aproximadamente 0,2%, negativando, também, a taxa de crescimento do PIB per capita. Tal desempenho pode ser interpretado à luz da crise econômica que o País seria acometido - em decorrência dos efeitos retardatários da chamada 'crise dos subprime' de 2008 bem como da crise política que a sucedeu. A atividade industrial ficaria estagnada em todo o período 2010-2014, e entraria em crescimento negativo entre 2014 e 2015 (Ibid.).

Nos primeiros anos que seguiram a 2015, o Estado observou certa tendência à recuperação (PET-Economia, 2019), mas "A eclosão da pandemia do coronavírus tem se mostrado o maior choque enfrentado pela economia brasileira em anos recentes, tanto pelo lado da demanda com a contração do consumo das famílias e dos investimentos, quanto pelo lado da oferta, com a interrupção de diversas atividades produtivas e falência de empresas. A fragilidade do Estado brasileiro e as altas taxas de desemprego observadas desde a recessão de 2015/2016 ajudam a compor um cenário bastante desafiador para a economia nacional, em especial para o estado do Tocantins." (PET-Economia, 2020).

2.3.1.3 - A cidade de Palmas-TO

Fora do eixo dos antigos municípios à margem da BR-153, o investimento associado à criação do Estado do Tocantins que mais teve impacto sobre a vida da população concentrou-se na construção da sua capital, a cidade de Palmas-TO, e a delimitação de seu município. Nesta, a fonte primária de renda – aquela que motiva as iniciativas empreendedoras urbanas, em especial, nos ramos de comércio, serviços, turismo, e uma modesta indústria muito concentrada na construção civil – provém do setor público.

Foi a atração de populações de outros municípios e estados da federação para aproveitar as oportunidades de emprego propiciadas pela construção da cidade – de início, exclusivamente a

partir de investimentos oriundos do orçamento da união para as obras de infraestrutura urbana básica e administração pública - que, por meio de sua massa salarial, foi sendo criada uma demanda insatisfeita que suscitava investimentos derivados numa vasta área de empreendimentos, desde novas empresas de construção civil para habitação da população, estruturação de novas plantas comerciais destinadas a suprir os mais diversos bens de consumo, escolas e outras instituições, etc.

À medida que se sucediam as etapas do processo de construção de Palmas, novas exigências se colocavam e a qualidade da mão-de-obra necessária se elevava. Além de atrair mão-de-obra mais qualificada, estabelecia-se um setor educacional público e privado para formação interna. Entretanto, sem um setor de exportação de alta rentabilidade – capaz de internar renda no município, pois, sua economia rural é dominada por um modesto setor de chácaras que, por meio de uma agricultura de tipo familiar, produz bens de subsistência essencialmente voltados ao consumo interno -, a fonte primária de renda continua sendo o setor público. Os limites do desenvolvimento dos demais setores a partir de novos investimentos e seus desdobramentos em novas rendas ainda provêm da capacidade de consumo e investimento oriundos do setor público.

2.3.2 - O Curso de Economia da Universidade Federal do Tocantins

Se os investimentos na produção agro-silvo-pastoril, em especial, no âmbito do processo de globalização financeira, não produz efeitos multiplicadores de investimentos importantes no interior dos municípios onde a produção tem lugar, parte significativa da iniciativa empreendedora urbana dos municípios, associada ao comércio e serviços de restauração e turismo, fica a reboque dos salários e dos investimentos realizados pelo setor público. A prosperidade e a recessão destes setores dependem, portanto, das vicissitudes do setor público.

Esta dependência coloca grande parte das economias municipais do Estado em posição de grande vulnerabilidade. É disso que surge o desafio de identificar formas diversas de explorar o potencial econômico do Estado, formas que devem ser compatíveis com um maior adensamento de cadeias em seu interior, pois só assim é possível levar as vantagens do desenvolvimento a parcelas maiores da população local, ao invés de servirem meramente para criar retorno aos capitais de propriedade externa aqui investidos.

O desafio de adequar arranjos financeiros a investimentos necessários à exploração do potencial de recursos regionais e locais de modo a servir ao bem-estar das populações locais, bem como de lidar com a tendência à exclusão, já justifica, em si mesmo, a existência de instituições de ensino superior que visem, não só, compreender, através da pesquisa, como funcionam e se promovem, concretamente, esses nexos, e como se atenuam seus defeitos - de modo a embasar estratégias de desenvolvimento que orientem políticas públicas; mas também, através da extensão, como dar suporte a comunidades próximas, no sentido de melhorar sua trajetória socioeconômica; e através da formação, como combinar ensino, pesquisa e extensão na produção de bacharéis em economia capazes de compreender e contribuir com esses processos com vistas a levar a cabo um desenvolvimento que seja efetivamente inclusivo.

3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso

Do ponto de vista do conteúdo, a matriz curricular pressupõe que pensar a realidade econômica é ser capaz de problematizar a respeito de seu objeto e encontrar caminhos para propor respostas a questões relevantes. Por isso, a primeira tarefa para direcionar políticas institucionais de organização curricular é especificar o objeto de estudo da economia - a questão com que o economista lida.

Dotado de um perfil que procura alçar certa pluralidade doutrinária, o Curso de Ciências Econômicas da UFT utiliza duas definições sobre seu objeto de estudo, conforme as tradições mais importantes. Sob hipótese de necessidades humanas insatisfeitas em contexto de escassez de recursos, seu objeto é equacionar a forma de alocar recursos de modo a propiciar o máximo de satisfação possível às pessoas. A outra definição assume que seu objeto é estudar e compreender o movimento da produção e distribuição da riqueza.

A discussão por detrás da definição do objeto de estudo das Ciências Econômicas encontra-se vinculada a diferentes visões sobre os problemas econômicos fundamentais. De fragmentos da chamada Economia Política Clássica originam-se dois eixos teóricos, a serem detalhados nos próximos pontos, cujos desdobramentos embasam a formação do economista.

Por outro lado, a elaboração de qualquer projeto de ensino-aprendizagem de curso de formação superior exige a observação da experiência coletiva do passado e do presente com relação à formação na área, pois, a missão consiste em propiciar certa disciplina na elaboração do pensamento. No ensino universitário, formar o pensamento implica em desenvolver a capacidade de abstração e de operar com conceitos. O sucesso deste processo envolve trajetórias de ensino-aprendizagem nem sempre intuitivas e diretamente compreensíveis para os estudantes, pois, traz em seu bojo não só os conteúdos a serem assimilados, mas também o modo como é operado o pensamento que produz esses mesmos conteúdos. Em especial, na área das Ciências Sociais Aplicadas, importa aprender a pensar sob diversas circunstâncias postas por uma realidade em constante transformação. Aqui, a concepção de um projeto de ensino-aprendizagem impõe que se compreenda as melhores práticas observadas ao longo do tempo e através das várias tradições. No caso das Ciências Econômicas, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE) realiza este esforço e propõe diretrizes para a elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) que atuam no território nacional. Segundo o 'Cadernos ANGE 2010', o PPC, além de afirmar que tipo de economista se pretende formar, definindo os princípios e o perfil do formando, deve explicitar, também, o tipo de estrutura e regras necessárias à realização dessa formação. O Curso de Ciências Econômicas da UFT procura seguir essas diretrizes.

A Matriz Curricular constitui a parte central do PPC: carrega a substância da formação conforme objetivos pretendidos, e traça a trajetória de sua execução. Contém a sequência de disciplinas distribuídas através dos períodos que compõem o curso, bem como a descrição das propostas de atividades complementares extra sala de aula, estágio supervisionado para experiência profissional, que no conjunto, perfazem o caminho a ser seguido pelo aluno durante sua formação.

Nesta edição, o PPC integra ainda: (i) na Matriz Curricular, a Creditação da Extensão, conforme as exigências da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação estabelecida através da Lei Nº 13.005/2014; (ii) a promoção da política de valorização da diversidade, meio ambiente, produção artística, ações afirmativas e direitos humanos; e (iii) os intercâmbios do Curso, no sentido de otimizar a oferta de componentes curriculares e firmar interdisciplinaridades, transdisciplinaridades e aprofundamentos de conteúdo junto a cursos de pós-graduação e outras instituições.

Na apresentação que se segue, consideram-se dois critérios de classificação da matriz. A primeira, no ponto 3.6.1 e 3.6.2, respectivamente, sobre matriz curricular e flexibilização curricular, destina-se a classificar a parte dos conteúdos básicos de formação do economista para todo o território nacional e a parte que atende à necessidade de flexibilização de modo a considerar as especificidades locais e regionais de onde o curso se localiza, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (2007) e os Cadernos da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas ou Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica (2010), que aprofunda e dá maior concretude àquelas diretrizes.

Mas a classificação segundo essas diretrizes não tem por objetivo uma organização didático-pedagógica capaz de abordar os fenômenos econômicos a partir de certa pluralidade doutrinária. Por exemplo, a categoria 'Conteúdos de Formação Geral' contida nessa classificação mistura conteúdos sem qualquer relação entre si, mas que, isoladamente ou em pequenos grupos, permitem oferecer apoio a matizes teóricas distintas. O mesmo se observa na categoria 'Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativo'.

Daí a importância, para uma organização didático-pedagógica que disperse responsabilidades por grupos de área de formação de modo funcional, de um segundo critério de classificação. É preciso considerar como os conteúdos atendem à pluralidade na própria definição do objeto de estudo da economia, e conseqüentemente, às diferentes formas de problematizar a realidade. É essa divergência que vai suscitar os dois grandes vetores a partir dos quais o curso se organiza: o de 'Conteúdos Teórico-Quantitativos' e o de 'Conteúdos Teóricos de Base Histórica', que constituem a base da organização por eixos, conforme pode ser observado no módulo quantitativo deste Projeto Político Pedagógico, em torno dos quais emergem outros três eixos. Este critério é introduzido no ponto 3.6.3, sobre 'Objetos de conhecimento', e aprofundado no ponto 3.6.4, sobre 'Programas de formação'.

Por outro lado, a explicitação da política de formação em meio ambiente, direitos humanos e formação étnico-racial (PDI - 2021-2025), enquanto política de formação, encontra-se diluída entre as possibilidades postas nas 'Atividades Complementares' e em algumas disciplinas do curso. Estas não têm a função exclusiva de executar aquela política: ao mesmo tempo que emprestam parte de seus conteúdos para cumprir esse objetivo, também integram eixos de formação específicos, conforme apresentado no ponto 3.6.3, sobre 'Objetos de conhecimento'.

3.2 - Objetivos do curso

Objetivo Geral

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins tem como objetivo proporcionar um processo de formação que compreenda, criticamente, as questões socioeconômicas mundiais, nacionais e locais e suas relações, a partir do estudo de diferentes vertentes do pensamento econômico. Tal formação deve levar em conta os distintos instrumentos analíticos teóricos e quantitativos, seu poder de explicação, suas interdisciplinaridades e transdisciplinaridades e seu potencial em promover as circunstâncias para uma vida universalmente digna e um estado geral de bem-estar social que se sustente no tempo. Uma formação que seja, ao mesmo tempo, um processo comprometido com a ética, com a diversidade e com a defesa dos mais vulneráveis.

Objetivos Específicos

No sentido apontado pelo objetivo geral, espera-se que o processo de formação permita:

- * Compreender diferentes posições doutrinárias sobre questões socioeconômicas relevantes e exercitar a forma como permitem problematizar diferentes dimensões da realidade econômica;

- * Manejar diferentes instrumentos teórico- analíticos, considerando seus potenciais, limitações e aplicabilidade à compreensão da realidade local, nacional e global;

- * Estimular, em toda a comunidade que se beneficia do conhecimento universitário, o interesse pelo saber científico, o senso de justiça social e a formação para o exercício da cidadania - onde quer que o conhecimento universitário possa inspirar ações no sentido de gerar melhorias nas condições de vida de populações vulneráveis;

- * Preparar e desenvolver, no egresso, o desejo em aprofundar seus conhecimentos através da pesquisa científica, estimulando-o a ingressar em cursos de pós-graduação;

- * Atualizar os conhecimentos do curso em conformidade com as mudanças socioeconômicas, tecnológicas e políticas.

3.3 - Perfil Profissional do Egresso

Diante de um mercado de trabalho sob permanente mudança, o curso valoriza, mais que o mero domínio sobre a manipulação rotineira de técnicas – que rapidamente entram em obsolescência com a própria dinâmica tecnológica -, a capacidade de compreender a própria mudança a partir da identificação das relações entre partes e todo, entre interesses vigentes e tendências de mudança. Neste sentido, o Curso deseja um egresso que aprenda e se adapte rápido a circunstâncias novas, um profissional flexível, capaz de contribuir em várias áreas de atuação profissional afeitas às ciências sociais aplicadas.

Assim, o Curso enseja um egresso, bacharel em economia, dotado de uma sólida formação nas várias vertentes teóricas do curso, um profissional capaz de compreender e problematizar questões de sua área de atuação profissional, elaborar planos de pesquisa, utilizar técnicas qualitativas e quantitativas – baseadas na identificação de conceitos históricos e/ ou lógico-quantitativos – pertinentes à obtenção de respostas diante de questões levantadas e elaborar relatórios com propostas de solução com base no método e na argumentação lógica.

Mas, também deseja um profissional eticamente comprometido com as injustiças sociais observadas no país, que estão na base da produção e reprodução de preconceitos que acometem e causam sofrimento a parcelas importantes da população. No conjunto, deseja que o egresso, profissional em economia, revele:

- * Base cultural ampla: entender questões econômicas no seu contexto histórico e/ou lógico bem como o máximo de interdisciplinaridades e transdisciplinaridades;

- * Capacidade analítica: ter competência para formular problemas sobre questões pertinentes e buscar formas de obter as respectivas respostas – na literatura e na pesquisa;

- * Capacidade de influenciar a tomada de decisões: formular e executar estratégias de política/medida de intervenção a partir da confiança na capacidade de problematizar e analisar

questões;

* Domínio da comunicação: expressar, tanto por escrito, através de relatórios, quanto por meio oral/ misto, através de meios físicos ou eletrônicos, a sequência de raciocínio lógico e técnicas de pesquisa que permitiram alcançar determinado resultado e implicaram nas proposição de medidas a serem executadas;

* Preocupação ético-social: ter empatia e solidariedade para com a parcela da população socialmente vulnerável e contribuir para uma compreensão mais profunda sobre as relações causais envolvidas no problema da pobreza e desigualdade de renda de modo a sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de se promover transformações no sentido de amenizá-las.

3.4 - Estrutura Curricular

A matriz curricular do Curso exposta nos pontos 3.6.1 e 3.6.2, sobre 'Matriz formativa' e 'Flexibilização curricular', respectivamente, diz respeito à classificação da matriz segundo as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (2007) e dos Cadernos da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas ou Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica (2010), que aprofunda e dá maior concretude àquelas diretrizes.

Diferentemente, a Estrutura Curricular do Curso exposta nos pontos 3.6.3 e 3.6.4, sobre 'Objetos de conhecimento' e 'Programas de formação', respectivamente, procura considerar como os conteúdos atendem à divergência na própria definição do objeto de estudo da economia - divergência esta, que leva a diferentes formas de problematizar a realidade e, conseqüentemente, a distintas posições doutrinárias. É essa consideração que permite realizar uma organização didático-pedagógica que disperse responsabilidades por grupos de área efetivamente funcionais a uma gestão e avaliação da Estrutura Curricular mais virtuosa, no sentido de proporcionar o aperfeiçoamento de interdisciplinaridades e transdisciplinaridades entre conteúdos. A matriz curricular assim classificada encontra-se consubstanciada nos eixos de formação conforme exposto no módulo quantitativo.

A política de formação em meio ambiente, direitos humanos e formação étnico-racial (PDI - 2021-2025) também encontra-se contemplada na Estrutura Curricular, no ponto 3.6.4, sobre 'Programas de Formação'.

A curricularização da extensão é tratada no ponto 3.6.5, sobre 'Ações Curriculares de Extensão (ACEs)', ao passo que o grupo de 'Conteúdos Teórico-Práticos', a saber, o 'Estágio Curricular Supervisionado', as 'Atividades Complementares' e o grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso', são tratados nos pontos 3.10, 3.11 e 3.12, respectivamente.

Estrutura Curricular - Cargas Horárias							
Período	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH estágio	CH total	Créditos
1	Introdução ao Pensamento Econômico	60	0	0	0	60	4
	Metodologia Científica	60	0	0	0	60	4
	Introdução às Ciências Sociais	60	0	0	0	60	4
	Cálculo Diferencial e Integral I	60	0	0	0	60	4

	Introdução à Economia	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	300	0	0	0	300	20
2	Cálculo Diferencial e Integral II	60	0	0	0	60	4
	Instituições de Direito	60	0	0	0	60	4
	História Econômica Geral	60	0	0	0	60	4
	Contabilidade Nacional	60	0	0	0	60	4
	Introdução à Contabilidade	60	0	0	0	60	4
	Programas e Projetos I	0	0	90	0	90	6
	sub - total:	300	0	90	0	390	26
3	Optativa 1	60	0	0	0	60	4
	Economia Política I	60	0	0	0	60	4
	Economia Matemática	60	0	0	0	60	4
	Teoria Microeconômica I	60	0	0	0	60	4
	Teoria Macroeconômica I	60	0	0	0	60	4
	Pensamento Econômico Contemporâneo	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	360	0	0	0	360	24
4	Introdução à Administração	60	0	0	0	60	4
	Teoria Microeconômica II	60	0	0	0	60	4
	Estatística	60	0	0	0	60	4
	Economia Política II	60	0	0	0	60	4
	Programas e Projetos II	0	0	105	0	105	7
	Economia Brasileira I	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	300	0	105	0	405	27
5	Optativa 2	60	0	0	0	60	4
	Teoria Macroeconômica II	60	0	0	0	60	4
	Teoria Microeconômica III	60	0	0	0	60	4
	Econometria I	60	0	0	0	60	4
	Economia Brasileira II	60	0	0	0	60	4
	Economia Monetária	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	360	0	0	0	360	24
6	Optativa 3	60	0	0	0	60	4
	Economia Brasileira Contemporânea	60	0	0	0	60	4
	Avaliação Financeira de Investimentos	60	0	0	0	60	4
	Economia Regional e Urbana	60	0	0	0	60	4
	Teoria Macroeconômica III	60	0	0	0	60	4
	Econometria II	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	360	0	0	0	360	24
7	Economia da Agricultura	60	0	0	0	60	4
	Economia do Setor Público	60	0	0	0	60	4
	Política e Planejamento Econômico	60	0	0	0	60	4
	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	60	0	0	0	60	4
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	0	0	0	60	4
	Programas e Projetos III	0	0	105	0	105	7
	sub - total:	300	0	105	0	405	27

8	Economia Internacional	60	0	0	0	60	4
	Desenvolvimento Socioeconômico	60	0	0	0	60	4
	Trabalho de Conclusão de Curso II	0	120	0	0	120	8
	sub - total:	120	120	0	0	240	16
Optativa	Organização Industrial	60	0	0	0	60	4
	Tópicos Especiais em Teoria Econômica	60	0	0	0	60	4
	Comércio Exterior	60	0	0	0	60	4
	Mercado Financeiro e de Capitais	60	0	0	0	60	4
	Tópicos Especiais em Matemática	60	0	0	0	60	4
	Tópicos Especiais em Métodos Computacionais em Economia	60	0	0	0	60	4
	Empreendedorismo	60	0	0	0	60	4
	Tópicos Especiais em Agronegócio	60	0	0	0	60	4
	Economia do Meio Ambiente	60	0	0	0	60	4
	Economia do Estado do Tocantins	60	0	0	0	60	4
	Economia e Mercado de Trabalho	60	0	0	0	60	4
	Economia, Tecnologia e Sociedade	60	0	0	0	60	4
	Energia, Sociedade e Meio Ambiente	60	0	0	0	60	4
	Fundamentos de Políticas Públicas	60	0	0	0	60	4
	Economia Política III	60	0	0	0	60	4
	Língua Brasileira de Sinais	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	960	0	0	0	960	64
Carga Horária Parcial:		2400	120	300	0	2820	188
	Atividades Complementares					180	12
Carga Horária Total:		2400	120	300	0	3000	200

Resumo de Cargas Horárias do Curso			
Categoria	Carga Horária Total	Créditos	Nº Disciplinas
Carga Horária da Matriz	3000	200	44
CH Teórica	2400	160	-
CH Prática	120	8	-
CH de Extensão	300	20	-
CH de Estágio	0	0	-
CH de Atividades Complementares	180	12	-
TOTAL	3000	200	44

Estrutura Curricular - Pré-requisitos e Núcleos				
Período	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos	Eixo
1	5CECB057	Introdução ao Pensamento Econômico		Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB058	Metodologia Científica		
	5CECB059	Introdução às Ciências Sociais		Conteúdos de Formação Ampla

	5CECB060	Cálculo Diferencial e Integral I		Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB056	Introdução à Economia		Conteúdos Teórico-Quantitativos
2	5CECB061	Cálculo Diferencial e Integral II	Cálculo Diferencial e Integral I	Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB062	Instituições de Direito		Conteúdos de Formação Ampla
	5CECB063	História Econômica Geral	Introdução ao Pensamento Econômico	Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB064	Contabilidade Nacional	Introdução à Economia	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB065	Introdução à Contabilidade		Conteúdos de Formação Ampla
	5CECB109	Programas e Projetos I		
3	5CECB116	Optativa 1		
	5CECB066	Economia Política I	História Econômica Geral	Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB067	Economia Matemática	Cálculo Diferencial e Integral II	Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB068	Teoria Microeconômica I	Introdução à Economia Cálculo Diferencial e Integral I	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB069	Teoria Macroeconômica I	Cálculo Diferencial e Integral I Contabilidade Nacional	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB070	Pensamento Econômico Contemporâneo	Introdução ao Pensamento Econômico	Conteúdos Teóricos de Base Histórica
4	5CECB071	Introdução à Administração		Conteúdos de Formação Ampla
	5CECB072	Teoria Microeconômica II	Teoria Microeconômica I	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB073	Estatística		Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB074	Economia Política II	Economia Política I	Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB110	Programas e Projetos II		
	5CECB075	Economia Brasileira I		Conteúdos Teóricos de Base Histórica
5	5CECB113	Optativa 2		

	5CECB076	Teoria Macroeconômica II	Teoria Macroeconômica I	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB077	Teoria Microeconômica III	Teoria Microeconômica II	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB078	Econometria I	Teoria Macroeconômica I Estatística	Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB079	Economia Brasileira II	Economia Brasileira I	Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB080	Economia Monetária	Teoria Macroeconômica I	Conteúdos Teóricos Aplicados
6	5CECB114	Optativa 3		
	5CECB082	Economia Brasileira Contemporânea	Economia Brasileira II	Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB083	Avaliação Financeira de Investimentos	Economia Monetária	Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB084	Economia Regional e Urbana	Economia Brasileira II	Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB085	Teoria Macroeconômica III	Teoria Macroeconômica II	Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB081	Econometria II	Econometria I	Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
7	5CECB086	Economia da Agricultura		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB087	Economia do Setor Público	Teoria Macroeconômica I	Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB088	Política e Planejamento Econômico	Economia Brasileira Contemporânea	Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB089	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	Avaliação Financeira de Investimentos	Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB090	Trabalho de Conclusão de Curso I	Metodologia Científica Teoria Microeconômica III Economia Brasileira Contemporânea Teoria Macroeconômica III	
	5CECB111	Programas e Projetos III		
8	5CECB091	Economia Internacional	Teoria Macroeconômica I	Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB092	Desenvolvimento Socioeconômico	Teoria Macroeconômica II	Conteúdos Teóricos de Base Histórica

	5CECB093	Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso I	
Optativa	5CECB094	Organização Industrial		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB095	Tópicos Especiais em Teoria Econômica		Conteúdos Teórico-Quantitativos
	5CECB096	Comércio Exterior		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB097	Mercado Financeiro e de Capitais		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB098	Tópicos Especiais em Matemática		Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB099	Tópicos Especiais em Métodos Computacionais em Economia		Conteúdos Quantitativo-Instrumentais
	5CECB100	Empreendedorismo		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB101	Tópicos Especiais em Agronegócio		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB102	Economia do Meio Ambiente		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB103	Economia do Estado do Tocantins		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB104	Economia e Mercado de Trabalho		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB105	Economia, Tecnologia e Sociedade		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB106	Energia, Sociedade e Meio Ambiente		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB107	Fundamentos de Políticas Públicas		Conteúdos Teóricos Aplicados
	5CECB108	Economia Política III		Conteúdos Teóricos de Base Histórica
	5CECB22117	Língua Brasileira de Sinais		

Estrutura Curricular - Equivalências			
Período	Componente Curricular	Tipo de Equivalência	Equivalências
1	Introdução ao Pensamento Econômico - 60h	ED	Introdução ao Pensamento Econômico - (60/60h)
1	Metodologia Científica - 60h	ED	Metodologia Científica - (60/60h)
1	Introdução às Ciências Sociais - 60h	ED	Introdução às Ciências Sociais - (60/60h)
1	Cálculo Diferencial e Integral I - 60h	ED	Cálculo Diferencial e Integral I - (60/60h)
1	Introdução à Economia - 60h	ED	Introdução à Economia - (60/60h)

2	Cálculo Diferencial e Integral II - 60h	ED	Cálculo Diferencial e Integral II - (60/60h)
2	Instituições de Direito - 60h	ED	Instituições de Direito - (60/60h)
2	História Econômica Geral - 60h	ED	História Econômica Geral - (60/60h)
2	Contabilidade Nacional - 60h	ED	Contabilidade Nacional - (60/60h)
2	Introdução à Contabilidade - 60h	ED	Introdução à Contabilidade - (60/60h)
3	Economia Política I - 60h	ED	Economia Política I - (60/60h)
3	Economia Matemática - 60h	ED	Economia Matemática - (60/60h)
3	Teoria Microeconômica I - 60h	ED	Teoria Microeconômica I - (60/60h)
3	Teoria Macroeconômica I - 60h	ED	Teoria Macroeconômica I - (60/60h)
3	Pensamento Econômico Contemporâneo - 60h	ED	Pensamento Econômico Contemporâneo - (60/60h)
4	Introdução à Administração - 60h	ED	Introdução à Administração - (60/60h)
4	Teoria Microeconômica II - 60h	ED	Teoria Microeconômica II - (60/60h)
4	Estatística - 60h	ED	Estatística - (60/60h)
4	Economia Política II - 60h	ED	Economia Política II - (60/60h)
4	Economia Brasileira I - 60h	ED	Economia Brasileira I - (60/60h)
5	Teoria Macroeconômica II - 60h	ED	Teoria Macroeconômica II - (60/60h)
5	Teoria Microeconômica III - 60h	ED	Teoria Microeconômica III - (60/60h)
5	Econometria I - 60h	ED	Econometria I - (60/60h)
5	Economia Brasileira II - 60h	ED	Economia Brasileira II - (60/60h)
5	Economia Monetária - 60h	ED	Economia Monetária - (60/60h)
6	Economia Brasileira Contemporânea - 60h	ED	Economia Brasileira Contemporânea - (60/60h)
6	Avaliação Financeira de Investimentos - 60h	ED	Avaliação Financeira de Investimentos - (60/60h)
6	Economia Regional e Urbana - 60h	ED	Economia Regional e Urbana - (60/60h)
6	Teoria Macroeconômica III - 60h	ED	Teoria Macroeconômica III - (60/60h)
6	Econometria II - 60h	ED	Econometria II - (60/60h)
7	Economia da Agricultura - 60h	ED	Economia da Agricultura - (60/60h)

7	Economia do Setor Público - 60h	ED	Economia do Setor Público - (60/60h)
7	Política e Planejamento Econômico - 60h	ED	Política e Planejamento Econômico - (60/60h)
7	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos - 60h	ED	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos - (60/60h)
7	Trabalho de Conclusão de Curso I - 60h	ED	Trabalho de Conclusão de Curso I - (60/60h)
8	Economia Internacional - 60h	ED	Economia Internacional - (60/60h)
8	Desenvolvimento Socioeconômico - 60h	ED	Desenvolvimento Sócio-Econômico - (60/60h)
8	Trabalho de Conclusão de Curso II - 120h	ED	Trabalho de Conclusão de Curso II - (15.8/240h)
ED = Equivalência Direta			
EM = Equivalência Mista			

3.5 - Ementário

1º Período

Introdução ao Pensamento Econômico				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Principais escolas e doutrinas do pensamento econômico até virada do séc. XIX para o séc. XX: contexto histórico, modo de identificação do objeto de estudo e abordagem metodológica. Origem da análise econômica: mercantilistas e fisiocratas. Economistas Clássicos: A. Smith, R. A. Malthus e D. Ricardo. O subjetivismo racionalista de J. Bentham, J-B. Say e N. Sênior. Utilitarismo puro e utilitarismo Eclético: F. Bastiat e J. S. Mill. Crítica à Economia Política Clássica de K. Marx e desenvolvimento da teoria do valor trabalho. A Revolução utilitarista: Jevons, Menger e Walras. Teorias neoclássicas da firma e da distribuição de renda: Marshall, Clark e Böhm-Bawerk.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - HUNT, E.K. Historia do pensamento economico: uma perspectiva critica.. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2005. 2 - RICARDO, David. Principios de economia e tributacao. 3.ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1988. 3 - SMITH, Adam. A riqueza das nações volume I: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo,SP: Nova Cultural, 1996.				

Bibliografia Complementar:

1 - MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações a filosofia social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

2 - RIMA, I. H. (Ingrid Hahne). **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1990.

3 - FEIJO, Ricardo. **História do pensamento econômico**. 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

4 - **História do pensamento econômico**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

5 - BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo, SP: Thomson, 2005.

Metodologia Científica

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa

Pensamento científico em Ciências Econômicas e métodos de abordagem dos fenômenos econômicos. Procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudo das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das normas técnicas neles utilizadas. Escolha, seleção e delimitação do tema. Plano de trabalho. Pesquisa bibliográfica. Metodologia de anotação documentativa. Citação e referências bibliográficas. Aspectos técnicos de redação de monografias. Estrutura do trabalho científico.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

1 - CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

2 - **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa**. 30.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

3 - GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1979.

Bibliografia Complementar:

1 - GONCALVES, Hortencia de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, SP: Avercamp, 2005.

2 - MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

3 - MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Introdução às Ciências Sociais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Sociologia, campos de saber e interface com outras ciências. Panorama histórico do surgimento, formação e desenvolvimento da Sociologia no Mundo e no Brasil. Principais abordagens da sociologia: August Comte; Emile Durkheim; Karl Marx e Max Weber. Temáticas da sociologia contemporânea: inovação tecnológica; globalização e regionalização; violência urbana; terrorismo; movimentos sociais; crise financeira internacional; mudanças no mundo do trabalho; democracia participativa; desenvolvimento sustentável e programas de proteção social no Brasil.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - Introdução ao pensamento sociológico. 17.ed. São Paulo, SP: Centauro, 2004. 2 - Sociologia geral. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 3 - SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pos-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.				
Bibliografia Complementar: 1 - BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 2 - COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. 3 - DEMO, Pedro. Sociologia: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 4 - VILA NOVA, Sebastião. Introdução à sociologia. 6.ed., rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2004.				

Cálculo Diferencial e Integral I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Função, limite de uma função, funções de uma variável, limites derivadas de uma função, aplicação da derivada de uma função e integrais.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - CHIANG, Alpha C. Matemática para economistas. São Paulo, 1982. 2 - WEBER, Jean E. Matemática para economia e administração. 2. ed. São Paulo: Harbra,				

2001.

3 - BOULOS, Paulo. **Calculo diferencial e integral: volume 2**. 2.ed. Sao Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

Bibliografia Complementar:

1 - EDWARDS, C. H. (Charles Henry). **Calculo com geometria analitica**. 4. ed. Rio de Janeiro, c1999.

2 - SIMON, Carl. **Matemática para economistas**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

3 - **Matemática para os cursos de: economia, administração e ciências contábeis v 1**. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Introdução à Economia				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Definição, conceitos básicos e aspectos metodológicos das Ciências Econômicas. Introdução à teoria microeconômica: função utilidade, demanda, oferta, equilíbrio, elasticidade e estruturas de mercado. Introdução à teoria macroeconômica: agregados macroeconômicos e modelos macroeconômicos simplificados.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - MANKIWI, N. Gregory. Introdução a economia . São Paulo, SP, 2006.				
2 - Manual de Economia . 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2004.				
3 - ROSSETTI, Jose Paschoal. Introducao a Economia . 20. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2003.				
Bibliografia Complementar:				
1 - CANO, Wilson. Introducao a economia: uma abordagem critica . 2.ed., rev., atual. e ampl. Sao Paulo: UNESP, 2007.				
2 - GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia politica . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.				
3 - SINGER, Paul. Aprender economia . 24. ed. Sao Paulo, SP: Contexto, 2008.				
4 - SILVA, Cesar Roberto Leite da. Economia e mercados: introdução a economia . 18. ed. reform. São Paulo, 2006.				
5 - SAMUELSON, Paul A. Economia . 17. ed. Rio de janeiro, RJ: McGraw Hill, 2004.				

2º Período

Cálculo Diferencial e Integral II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Funções de mais de uma variável, limites derivadas e integrais. Integrais definidas e suas aplicações. Técnicas de integração. Integrais impróprias e suas aplicações. Funções de várias variáveis.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - CHIANG, Alpha C. Matemática para economistas. São Paulo, 1982.</p> <p>2 - WEBER, Jean E. Matemática para economia e administração. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2001.</p> <p>3 - EDWARDS, C. H. (Charles Henry). Cálculo com geometria analítica. 4. ed. Rio de Janeiro, c1999.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo, SP: Harbra, c1994.</p> <p>2 - AYRES, Frank. Cálculo diferencial e integral. 3.ed. São Paulo, SP: Makron Books, 1994.</p> <p>3 - GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo volume 1. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2001.</p> <p>4 - GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo volume 2. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2001.</p> <p>5 - GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo volume 3. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2002.</p>				

Instituições de Direito				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Estado e Direito; teoria geral do Estado; nação e Estado. Elementos constitutivos do Estado. Soberania e globalização. Formas de Governo: parlamentarismo e presidencialismo. Regimes de Governo e Democracia. Estado e Constituição: origem e características do constitucionalismo. Constituição em sentido material e formal. Direitos Humanos e suas raízes históricas.				
Bibliografia				

Bibliografia Básica:

1 - PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: M. Limonad, 2000.

2 - BAGNOLI, Vicente. **Direito econômico**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

3 - MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - **Direito financeiro e tributário**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

2 - BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 8. ed., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

3 - COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 10. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

História Econômica Geral

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa

Mercantilismo, cercamentos e acumulação primitiva de capital na Inglaterra. Revolução Industrial e capitalismo concorrencial. A hegemonia britânica, o padrão-ouro e o liberalismo. A divisão internacional do trabalho. Modernização e subdesenvolvimento. A era do capitalismo monopolista: expansão e crises. A crise de 1929, o colapso do padrão ouro e a o fim da hegemonia britânica. O padrão ouro-dólar e a hegemonia americana no pós-guerra.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

1 - HOBBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2014.

2 - ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo, 1996.

3 - EICHENGREEN, Barry J. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 2012.

Bibliografia Complementar:

1 - REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Historia economica geral**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

2 - WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

3 - DOBB, Maurice Hebert. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos LTC, 1987.

Contabilidade Nacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Análise dos agregados macroeconômicos correntes. Formação e reposição do capital nacional. Sistema de contas nacionais. As contas nacionais do Brasil. Balanço de Pagamentos e registro de transações internacionais no âmbito das Contas Nacionais. Desagregação das Contas Nacionais: transações interindustriais e matrizes de insumo-produto. Comparações intertemporais e internacionais dos agregados da renda e do produto. Números índices.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - Contabilidade social: a nova referência de contas nacionais do Brasil . 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2004.				
2 - MONTORO FILHO, Andre Franco. Contabilidade social: uma introdução a macroeconomia . 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.				
3 - FILELLINI, Alfredo. Contabilidade social: resumo da teoria, exercícios programados . 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 1994.				
Bibliografia Complementar:				
1 - DORNBUSCH, Rudiger. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991.				
2 - MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.				
3 - PAULANI, Leda Maria. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia . 3.ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.				
4 - SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças públicas . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.				
5 - ROSSETTI, Jose Paschoal. Contabilidade social: livro de exercícios . 3.ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1993.				

Introdução à Contabilidade				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa
Normas de Contabilidade. Plano de Contas. Escrituração Contábil. Relatórios Contábeis. Estrutura das Demonstrações Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis.
Bibliografia
Bibliografia Básica:
1 - IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2 - Contabilidade geral . 4. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2014.
3 - MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar:
1 - ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos . 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2 - Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia . 3. ed. Brasília: CFC, 2008.
3 - IUDICIBUS, Sergio de. Contabilidade comercial . 8.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
4 - Contabilidade introdutória . 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
5 - SILVA, Jose Pereira da. Análise financeira das empresas . 9.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

Programas e Projetos I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	-	90	90	Obrigatória
Ementa				
A diretriz básica é ter como público alvo a comunidade estudantil pré-universitária para: (i) apresentar o Curso de Economia da UFT através de seus fundamentos, modos de apreender a realidade, contribuições e limites; ou (ii) levar educação fiscal como base para pensar o papel do Estado e as políticas públicas; ou (iii) levar educação financeira.				
Mas cabem outros projetos, desde que funcionais para levar conhecimentos úteis produzidos nesta etapa do Curso a comunidades externas.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - MIRANDA, Geralda Luiza de. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: Política Nacional de Extensão Universitária . Manaus - AM, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-				

Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

2 - FREIRE, Paulo. **Extensao ou Comunicacao?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

3 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - NASCIMENTO, Theodoro A. **Precos, taxas e parafiscalidade**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1977.

2 - **Gestão de finanças públicas: Fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2. ed. Brasília, DF, 2008.

3 - SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Financas publicas**. Sao Paulo: Atlas, 1994.

3º Período

Optativa 1				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	60	Obrigatória
Ementa				
Disciplina optativa para escolha do aluno conforme oferta disponível.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
 Bibliografia Complementar:				

Economia Política I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
O método e a crítica à Economia Política Clássica: teoria do valor-trabalho e teoria do valor-utilidade; objeto de investigação; crítica ao conceito clássico de lucro. A mercadoria e a lei do valor: valor-de-uso, valor-de-troca, valor, equações do valor e dinheiro. O Capital: fórmula geral do capital, contradições da fórmula geral e mercadoria força de trabalho. Mais-valia absoluta: processo de produzir valores-de-uso e processo de produzir mais-valia; jornada de trabalho; taxa de mais-valia e produção de mais-valia absoluta. Mais-valia relativa: taxa e massa de mais-valia; conceito de mais-valia relativa e relação com a mais-valia extraordinária. Considerações sobre mais-valia absoluta e mais-valia relativa: trabalho produtivo e modo de produção especificamente capitalista. O salário. A acumulação de capital: reprodução simples, reprodução ampliada e Lei Geral da Acumulação Capitalista.				

Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - RICARDO, David. Princípios de economia e tributacao. 3.ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1988.</p> <p>2 - SMITH, Adam. A riqueza das nações volume I: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo,SP: Nova Cultural, 1996.</p> <p>3 - MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - EICHENGREEN, Barry J. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 2012.</p> <p>2 - SINGER, Paul. Curso de introducao a economia politica. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2004.</p> <p>3 - GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia politica. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>

Economia Matemática				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Modelos lineares e de álgebra linear aplicados a Teoria Econômica. Fundamentos de análise de equilíbrio e estática comparativa em economia. Modelos de otimização simples e condicionados aplicados à análise do comportamento dos agentes econômicos. Programação linear aplicada a problemas econômicos. Autovalores e autovetores.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - CHIANG, Alpha C. Matematica para economistas. Sao Paulo, 1982.</p> <p>2 - CYSNE, Rubens Penha. Curso de matemática para economistas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>3 - WEBER, Jean E. Matematica para economia e administração. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2001.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - Problemas e exercicios de analise matematica. 6. ed. Moscou: Mir, 1987.</p> <p>2 - SIMON, Carl. Matemática para economistas. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.</p>				

3 - Matemática para os cursos de: economia, administração e ciências contábeis v 1. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Teoria Microeconômica I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Introdução à Microeconomia. Teoria do Consumidor: restrição orçamentária, preferências, escolha do consumidor e demanda. Teoria da Firma: tecnologia, custos, princípio da maximização do lucro e oferta. Excedentes do Consumidor e da Firma.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos uma abordagem moderna. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2006.</p> <p>2 - PINDYCK, Robert S. Microeconomia. 7. ed. São Paulo, SP: Prentice Hall do Brasil, 2010.</p> <p>3 - VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de microeconomia. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - THOMPSON, Arthur A. Microeconomia da firma: teoria e prática. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Prentice Hall do Brasil, 2003.</p> <p>2 - MANKIW, N. Gregory. Princípios de microeconomia. São Paulo: Thomson, 2005.</p> <p>3 - HALL, Robert Ernest. Microeconomia: princípios e aplicações. São Paulo: Thomson, 2003.</p> <p>4 - STIGLITZ, Joseph E. Introdução a microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>5 - GAROFALO, Gilson de Lima. Teoria microeconômica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p>				

Teoria Macroeconômica I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Determinação da renda em uma economia fechada e políticas econômicas: modelo clássico e o modelo IS-LM. Determinação da renda em uma economia aberta e políticas econômicas: modelo clássico e o modelo IS-LM-BP.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				

- 1 - BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia: teoria e politica economica**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- 2 - DORNBUSCH, Rudiger. **Macroeconomia**. 5. ed. Sao Paulo: Makron Books, 1991.
- 3 - FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. Sao Paulo: Saraiva, 2001.

Bibliografia Complementar:

- 1 - **Manual de macroeconomia: nivel basico e nivel intermediario**. 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.
- 2 - MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.
- 3 - SACHS, Jeffrey. **Macroeconomia: em uma Economia Global**. Sao Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2006.
- 4 - KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Sao Paulo: Atlas, 1982.

Pensamento Econômico Contemporâneo				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Teoria Neoclássica: revolução marginalista. Crítica de Sraffa à teoria Neoclássica e a contribuição de J. Robinson e Chamberlain. A controvérsia sobre a demanda efetiva: Keynes, Kalecki e Rosa Luxemburgo. A contribuição de J. Schumpeter. Os pós- keynesianos e a segunda síntese neoclássica. Os novos clássicos e os novos keynesianos. O pensamento Econômico da CEPAL. O neoliberalismo.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - ARAUJO, Carlos Roberto Vieira. Historia do pensamento economico: uma abordagem introdutoria . Sao Paulo, SP: Atlas, 1986.				
2 - FEIJO, Ricardo. História do pensamento econômico . 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.				
3 - HUNT, E. K. Historia do pensamento economico . 24.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.				
Bibliografia Complementar:				
1 - NEGRAO, Joao Jose. Para conhecer o Neoliberalismo . Sao Paulo, 1998.				
2 - NAPOLEONI, Claudio. O pensamento economico do seculo XX . 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990.				

3 - RIMA, I. H. (Ingrid Hahne). **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1990.

4º Período

Introdução à Administração				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Fundamentos da Administração. Escola clássica da Administração. Max Weber e a teoria das organizações. O modelo japonês de administração. Comportamento das Organizações. Pensamento sistêmico. Planejamento estratégico. Novos Paradigmas da Administração. Administração na era Digital.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração . 7.ed., rev e atual. Rio de Janeiro, RJ, 2004.				
2 - MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.				
3 - WRIGHT, Peter L. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.				
Bibliografia Complementar:				
1 - Instalando redes em pequenas e médias empresas. São Paulo, SP: Makron Books, 1997.				
2 - OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estratégia empresarial & vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.				
3 - PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior . Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.				

Teoria Microeconômica II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolista, oligopólio e mercados de fatores. Noções de teoria dos jogos.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos uma abordagem moderna . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2006.				

2 - PINDYCK, Robert S. **Microeconomia**. 7. ed. Sao Paulo, SP: Prentice Hall do Brasil, 2010.

3 - VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de microeconomia**. 2. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

1 - THOMPSON, Arthur A. **Microeconomia da firma: teoria e pratica**. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Prentice Hall do Brasil, 2003.

2 - MANKIW, N. Gregory. **Principios de microeconomia**. São Paulo: Thomson, 2005.

3 - HALL, Robert Ernest. **Microeconomia: principios e aplicacoes**. Sao Paulo: Thomson, 2003.

4 - STIGLITZ, Joseph E. **Introducao a microeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

5 - GAROFALO, Gilson de Lima. **Teoria microeconomica**. 3.ed. Sao Paulo: Atlas, 1995.

Estatística				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Medidas de tendência central; Dispersão; Amostragem; Probabilidade; Distribuição de Probabilidade; Inferência estatística.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para economistas . 4.ed.rev. Sao Paulo: Cengage Learning, 2006.				
2 - SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e estatística . 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.				
3 - FONSECA, Jairo Simon da. Curso de estatística . 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 1996.				
Bibliografia Complementar:				
1 - TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística básica . 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985.				
2 - MORETTI, Pedro A. Estatística básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.				
3 - Estatística básica . 9.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.				
4 - NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. Curso básico de estatística . 12.ed. São Paulo, SP: Atica, 2003.				

Economia Política II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
O movimento do capital: ciclos, rotação e reprodução do capital. A taxa de lucro e seus determinantes: composição orgânica do capital; taxa de mais-valia; rotação do capital; economias no uso do capital constante; e efeitos de variações de preços dos elementos da produção. Tendência à uniformização e à queda da taxa de lucro. Capital mercantil, capital produtor de juros e capital fictício. Teoria das crises e dos ciclos econômicos.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro II: o processo de circulação do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.</p> <p>2 - MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo de global de produção capitalista, volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.</p> <p>3 - MARX, Karl. O capital: critica da economia politica: o processo global de produção capitalista, volume V. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradacao do trabalho no seculo XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>2 - EICHENGREEN, Barry J. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 2012.</p> <p>3 - A mundializacao financeira: genese, custos e riscos. Sao Paulo: Xama, 1999.</p>				

Programas e Projetos II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	0	105	105	Obrigatória
Ementa				
A diretriz básica é ter por público-alvo a comunidade empresarial com fins lucrativos para: aprimorar conhecimentos a partir de parcerias entre universidade e esta comunidade; observar o funcionamento e modo de inserção de unidades empresariais em seus respectivos ramos de negócio, seus procedimentos de rotina e suas estratégias competitivas; contribuir para o desenvolvimento do setor empresarial de negócios local.				

Mas cabem outros projetos, desde que funcionais para levar conhecimentos úteis produzidos nesta etapa do Curso a comunidades externas.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - MIRANDA, Geralda Luiza de. **FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus - AM, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

2 - FREIRE, Paulo. **Extensao ou Comunicacao?**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

3 - PORTER, Michael E. **Estrategia competitiva: tecnicas para analise de industrias e da concorrência.** 17.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Bibliografia Complementar:

1 - VARIAN, Hal R. **Microeconomia: principios basicos.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

2 - THOMPSON, Arthur A. **Microeconomia da firma: teoria e pratica.** 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Prentice Hall do Brasil, 2003.

3 - SILVA, Christian Luiz da Silva. **Microeconomia aplicada: entendendo e desenvolvendo os pequenos grandes negocios microeconomia basica para os cursos de ciencias sociais aplicadas.** Curitiba: Jurua, 2008.

4 - MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro II: o processo de circulação do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Economia Brasileira I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
O mercantilismo como parte da acumulação primitiva do capital na Europa. Ocupação do território brasileiro, ciclos econômicos de produtos primários e suas contradições. A Primeira República. A economia cafeeira, suas crises e a política econômica da República Velha. A crise de 1929 e os mecanismos de superação da revolução de 1930. Industrialização espontânea.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - PRADO JUNIOR, Caio. Formacao do Brasil contemporaneo: Colonia. 23. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 2001.				
2 - FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.				
3 - A ordem do progresso: cem anos de politica economica republicana 1889-1989. Rio de				

Janeiro, RJ: Campus, 1990.

Bibliografia Complementar:

1 - BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27.ed. Ijuí, RS: UNIJUI, 2010.

2 - MELLO, Joao Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuicao a revisao critica da formacao e do desenvolvimento da economia brasileira**. 9. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1998.

3 - ARRUDA, Jose Jobson de Andrade. **O Brasil no comercio colonial..** Sao Paulo: Atica, 1980.

4 - PRADO JUNIOR, Caio. **Historia economica do Brasil**. Sao Paulo, SP: Brasiliense, 1945.

5º Período

Optativa 2				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	60	Obrigatória
Ementa				
Disciplina optativa para escolha do aluno conforme oferta disponível.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
Bibliografia Complementar:				

Teoria Macroeconômica II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Modelo de oferta agregada: mercado do trabalho e o papel das expectativas. Desemprego e inflação. Os modelos de oferta e demanda agregadas. Função consumo, modelo de investimentos e governo.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - FROYEN, Richard T. Macroeconomia . Sao Paulo: Saraiva, 2001.				
2 - BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e politica economica . Rio de Janeiro: Campus, 2001.				
3 - MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.				

Bibliografia Complementar:

- 1 - **Manual de macroeconomia: nivel basico e nivel intermediario.** 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.
- 2 - SIMONSEN, Mario Henrique. **Macroeconomia.** 3. ed. São Paulo: Atlas ;, 2007.
- 3 - DORNBUSCH, Rudiger. **Macroeconomia.** 5. ed. Sao Paulo: Makron Books, 1991.
- 4 - DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia.** 5a. Ed. São Paulo: Makron Books, 1991.

Teoria Microeconômica III

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa

Equilíbrio Geral. Bem-Estar. Externalidades e Bens Públicos. Regulação Econômica e Política Industrial.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - VARIAN, Hal R. **Microeconomia: principios básicos uma abordagem moderna.** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2006.
- 2 - PINDYCK, Robert S. **Microeconomia.** 7. ed. Sao Paulo, SP: Prentice Hall do Brasil, 2010.
- 3 - VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de microeconomia.** 2. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

- 1 - THOMPSON, Arthur A. **Microeconomia da firma: teoria e pratica.** 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Prentice Hall do Brasil, 2003.
- 2 - MANKIW, N. Gregory. **Principios de microeconomia.** São Paulo: Thomson, 2005.
- 3 - HALL, Robert Ernest. **Microeconomia: principios e aplicacoes.** Sao Paulo: Thomson, 2003.
- 4 - STIGLITZ, Joseph E. **Introducao a microeconomia.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- 5 - GAROFALO, Gilson de Lima. **Teoria microeconomica.** 3.ed. Sao Paulo: Atlas, 1995.

Econometria I

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa
Regressão simples, regressão múltipla e quebra de pressupostos.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - GUJARATI, Damodar. Econometria básica. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.</p> <p>2 - PINDYCK, Robert S. Econometria: modelos & previsões. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.</p> <p>3 - HILL, R. Carter. Econometria. 2.ed. Sao Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - STOCK, James H. Econometria. São Paulo, SP, 2004.</p> <p>2 - MADDALA, G. S. Introdução à econometria. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2003.</p> <p>3 - KMENTA, Jan. Elementos de econometria: teoria estatística básica volume 1. 2.ed. Sao Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>4 - KMENTA, Jan. Elementos de econometria: teoria estatística básica volume 2. 2.ed. Sao Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>5 - MATOS, Orlando Carneiro de. Econometria básica: teoria e aplicações. 3.ed. Sao Paulo: Atlas, 2000.</p>

Economia Brasileira II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Crise de 1929 e Revolução de 1930. Dinâmica de industrialização por substituição de importações: (i) a era Vargas e a industrialização restringida; e (ii) a era JK e o estabelecimento de uma dinâmica “propriamente” capitalista ou assente em relações interdepartamentais de demanda efetiva. Crise da década de 1960. Política econômica do período militar incluindo o milagre econômico durante o PAEG. Milagre econômico e o II PND. Impasses do modelo de substituição de importação nos anos de 1980.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 27.ed. Ijuí, RS: UNIJUI, 2010.</p> <p>2 - CASTRO, Antonio Barros de. A economia brasileira em marcha forçada. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.</p> <p>3 - TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro ensaios sobre economia brasileira. -. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p>				

Bibliografia Complementar:

1 - BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. Campinas, 2004.

2 - CARDOSO, Eliana A. **A economia brasileira ao alcance de todos**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

3 - RANGEL, Ignacio. **Obras reunidas**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005.

Economia Monetária				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Origem, características e funções da moeda. Moeda e ativos monetários e financeiros. Oferta monetária e teorias da demanda monetária. Sistema Financeiro Nacional. Mecanismos de política monetária. Determinação dos juros.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - HILLBRECHT, Ronald. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 1999.				
2 - LOPES, Joao do Carmo. Economia monetária . 9.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.				
3 - MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed, 1998.				
Bibliografia Complementar:				
1 - ACKLEY, Gardner. Teoria macroeconômica . 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1978.				
2 - BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.				
3 - LEITE, Jose Alfredo A. Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.				

6º Período

Optativa 3				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	60	Obrigatória
Ementa				
Disciplina optativa para escolha do aluno conforme oferta disponível.				

Bibliografia
Bibliografia Básica:
Bibliografia Complementar:

Economia Brasileira Contemporânea				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
<p>Transformações no marco regulatório da economia mundial a partir da década dos 1970: derrocada do sistema monetário de Bretton- Woods, desregulamentação financeira, livre movimentação de capitais, novas tecnologias de informação e comunicação e mundialização financeira. Crise da dívida externa brasileira e moratória de 1987. Inflação crônica e planos de estabilização. O Plano Real: Governo Itamar, Governo FHC, reformas do estado e privatizações. Governo Lula: conjuntura externa favorável e crescimento com distribuição de renda. O Governo Dilma e a nova matriz macroeconômica. Temer e Bolsonaro: questões fiscais e a necessidade de um novo ciclo de reforma.</p>				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
<p>1 - BAER, Werner. A economia brasileira: uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970; uma abordagem profunda da economia brasileira ate 2002; os vários planos economicos a partir da década de 1970; texto bem documentado, com informacoes quantitativas e institucionais. 3.ed., rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP: Nobel, 2009.</p>				
<p>2 - FURTADO, Celso. Brasil: a construcao interrompida. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p>				
<p>3 - GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. 8. São Paulo - SP: Atlas, 2016.</p>				
Bibliografia Complementar:				
<p>1 - Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro, 2005.</p>				
<p>2 - CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. Sao Paulo, 2002.</p>				
<p>3 - Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo, 2003.</p>				

Avaliação Financeira de Investimentos				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa
Conceitos financeiros básicos: capitalização simples e composta, desconto. Séries de pagamentos/recebimentos uniformes e variados. Fluxo de caixa e sistemas de amortização. Indicadores de mérito e de viabilidade financeira: Payback, VPL, TIR, IL. Método do valor anual uniforme equivalente. Risco e Incertezas.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - FARO, Clovis de. Fundamentos da matemática financeira: uma introdução ao cálculo financeiro e a análise de investimentos de risco. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>2 - ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>3 - CASAROTTO FILHO, Nelson. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.</p> <p>2 - HIRSCHFELD, Henrique. Engenharia econômica e análise de custos: aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2009.</p> <p>3 - GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10.ed. São Paulo, SP: Pearson Addison Wesley, 2004.</p> <p>4 - DAMODARAN, Aswath. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.</p>

Economia Regional e Urbana				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
O espaço na teoria econômica. A polêmica em relação ao conceito de espaço. Espaço como campo de forças, como conteúdo de um plano, o espaço na geografia física. Teorias clássicas da localização: Von Thunen, Weber, Christaller e Losch. Fatores aglomerativos e desaglomerativos e a organização do espaço. Teorias do crescimento regional e urbano. Pólos de crescimento, efeitos para a frente e para trás, causação circular, teoria da base de exportação. O desenvolvimento regional no Brasil. Panorama histórico. Aspectos críticos, experiências e novos desafios. Experiências em desenvolvimento regional na União Europeia e lições para o Brasil.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				

- 1 - CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. Sao Paulo: Atlas, 1994.
- 2 - SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. **O planejamento regional**. Salvador, 1983.
- 3 - JONES, Charles I. **Introducao a teoria do crescimento economico**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

Bibliografia Complementar:

- 1 - SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integracao regional e desenvolvimento sustentavel: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. 3.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1995.
- 2 - ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução a economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- 3 - **Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Teoria Macroeconômica III				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Teoria dos ciclos econômicos. Teorias do crescimento econômico: modelo Harrod-Domar e modelo de Solow. Inserção do capital humano e da tecnologia na análise do crescimento: modelos de crescimento endógeno e demais avanços no estudo do crescimento econômico.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 3.ed. Sao Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.				
2 - DORNBUSCH, Rudiger. Macroeconomia . 5. ed. Sao Paulo: Makron Books, 1991.				
3 - MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 7.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.				
Bibliografia Complementar:				
1 - ACKLEY, Gardner. Teoria macroeconômica . 2.ed. Sao Paulo: Pioneira, 1978.				
2 - Manual de macroeconomia: nivel basico e nivel intermediario . 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.				
3 - SACHS, Jeffrey. Macroeconomia: em uma Economia Global . Sao Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2006.				

Econometria II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Varáveis Dummy. Logito e Probit. Introdução a Dados em Pannel e à Séries Temporais.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - GUJARATI, Damodar. Econometria básica. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.</p> <p>2 - PINDYCK, Robert S. Econometria: modelos & previsões. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.</p> <p>3 - BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. Econometria de series temporais. Sao Paulo: Cengage Learning, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - Manual de econometria: nivel intermediario. Sao Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>2 - STOCK, James H. Econometria. São Paulo, SP, 2004.</p> <p>3 - HILL, R. Carter. Econometria. 2.ed. Sao Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>4 - Microeconometrics using Stata. College Station, Texas, 2010.</p> <p>5 - Econometric analysis. 7. ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2012.</p>				

7º Período

Economia da Agricultura				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Contribuição da agricultura no processo de industrialização das décadas de 1930 a 1960. A agricultura e os instrumentos de política econômica nas décadas de 1960 e 1970. A agricultura e instrumentos de política econômica nas décadas de 1980 e 1990. Agricultura nos anos 2000.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - Gestao agroindustrial. 5. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2009.</p> <p>2 - Sistema de credito rural e o financiamento da agricultura na decada de 90: Maria Domingues Benetti. Brasilia: IPEA;, 1994.</p> <p>3 - BACHA, Carlos Jose Caetano. Economia e politica agricola no Brasil. Sao Paulo: Atlas,</p>				

2004.

Bibliografia Complementar:

1 - GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro seculos de latifundio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

2 - BURGUER, A. **Agricultura brasileira e reforma agrária: Uma visão macroeconômica**. Porto Alegre - RS: Agropecuária, 1999.

3 - CHIAVENATTO, Julio Jose. **Violencia no campo: o latifundio e a reforma agraria**. Sao Paulo: Moderna, 2002.

Economia do Setor Público				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
A intervenção do Estado na Economia: falhas de mercado e papel do Estado. Funções do Governo. Teoria das despesas públicas. Gastos Públicos e teoria da tributação. Receitas públicas e orçamento público. Dívida e déficit público. Federalismo fiscal.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - Economia do setor público no Brasil . Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2005.				
2 - RIANI, Flavio. Economia do setor publico: uma abordagem introdutoria . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.				
3 - GIAMBIAGI, Fabio. Financas publicas: teoria e pratica no Brasil . 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2008.				
Bibliografia Complementar:				
1 - GIACOMONI, James. Orçamento público . 14. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2009.				
2 - MATIAS-PEREIRA, Jose. Financas publicas: politica orcamentaria no Brasil . 4.ed. rev. atual. Sao Paulo: Atlas, 2009.				
3 - NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestao publica: tributacao e orcamento, Lei de responsabilidade fiscal, topicos em contabilidade publica, gestao publica no Brasil, de JK a Lula, administracao financeira e orcamentaria, financas publicas nos tres niveis de governo . Sao Paulo: Saraiva, 2006.				

Política e Planejamento Econômico				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Política econômica em nível global e setorial. Planejamento no Brasil. O papel do estado na economia. Teoria do planejamento. Etapas e níveis do planejamento econômico. A experiência brasileira com política e programação econômica. A experiência internacional com política e programação econômica. A interpretação e construção de cenários macroeconômicos.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - ROSSETTI, Jose Paschoal. Politica e programacao economicas . 7.ed. Sao Paulo: Atlas, 1987. 2 - GANDIN, Danilo. A pratica do planejamento participativo: na educacao e em outras instituicoes, grupos e movimentos dos campos cultural, social, politico, religioso e governamental . 16. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009. 3 - Planejamento e orçamento governamental: coletânea . Brasília, DF: ENAP, 2006. Bibliografia Complementar: 1 - GIACOMONI, James. Orçamento público . 14. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 2 - GIAMBIAGI, Fabio. Financas publicas: teoria e pratica no Brasil . 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2008. 3 - SCHEINOWITZ, Abraham Samuel. O planejamento regional . Salvador, 1983.				

Elaboração e Análise de Projetos Econômicos				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Planejamento e os projetos. Os aspectos mercadológicos. A localização, o processo de produção (tecnologia, tamanho etc.). Os aspectos financeiros e orçamentários. O financiamento, a execução e o controle de projetos. Análise e avaliação de viabilidade do projeto. Externalidades e aspectos ambientais e sociais de projetos privados e públicos.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - BUARQUE, Cristovam. Avaliacao economica de projetos: uma apresentacao didatica . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1984. 2 - HOLANDA, Nilson. Planejamento e projetos . Rio de Janeiro, 1975.				

3 - LUCK, Heloisa. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão**. 2.ed. Petropolis: Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar:

1 - SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios: guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos..** Sao Paulo: Atlas, 2008.

2 - **Projetos empresariais e públicos**. 3. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2008.

3 - HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

Trabalho de Conclusão de Curso I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Desenvolvimento do projeto de pesquisa monográfico, observando a metodologia para a execução do trabalho de conclusão do Curso.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias . 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000.				
2 - MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados . 7. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2008.				
3 - SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.				
Bibliografia Complementar:				
1 - GONCALVES, Hortencia de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica . Sao Paulo, SP: Avercamp, 2005.				
2 - Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas . Sao Paulo, SP: Prentice Hall, 2004.				
3 - SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002.				
4 - MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações . 3.ed. Sao Paulo: Atlas, 2002.				

--

Programas e Projetos III				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	105	105	Obrigatória
Ementa				
<p>A diretriz básica é ter por público- alvo unidades comunitárias ou grupos de interesse vulneráveis para: compreender seus modos de vida específicos a partir de seus saberes e práticas e observar suas relações com o meio circundante, e identificar as possibilidades que podem ser exploradas no sentido de promover ações de melhoria;</p> <p>Ou</p> <p>Outra diretriz básica, alternativa, é ter por público- alvo o setor público para: estabelecer parcerias que permitam compreender as práticas de órgãos públicos estaduais e municipais no que diz respeito à elaboração de contas públicas ou ao planejamento econômico e social à luz do conhecimento universitário; relacionar teoria e prática na administração pública; suscitar questões a serem debatidas com representantes desses órgãos; contribuir não só para aprimorar a formação dos estudantes na área – tendo em conta que o setor público é um importante empregador de economistas – como para, via troca de saberes, propiciar reflexões que possam promover ações de melhoria junto a esses órgãos.</p> <p>Mas cabem outros projetos, desde que funcionais para levar conhecimentos úteis produzidos nesta etapa do Curso a comunidades externas.</p>				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - MIRANDA, Geralda Luiza de. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus - AM, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.</p> <p>2 - FREIRE, Paulo. Extensao ou Comunicacao?. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p> <p>3 - A pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Brasília, DF: Liber livro, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2012.</p> <p>2 - Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2005.</p> <p>3 - ROSSETTI, Jose Paschoal. Politica e programacao economicas. 7.ed. Sao Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>4 - Planejamento e orçamento governamental: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006.</p>				

8º Período

Economia Internacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Teoria clássica do comércio internacional. Teorias neoclássica e moderna do comércio internacional. Políticas macroeconômicas numa economia aberta: mercado de câmbio e balanço de pagamentos. Finanças internacionais e mercados globalizados.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - KRUGMAN, Paul R. Economia internacional: teoria e política . 6. ed. Sao Paulo, SP: Pearson Addison Wesley, 2005. 2 - MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 13.ed. Sao Paulo: Atlas, 2010. 3 - SACHS, Jeffrey. Macroeconomia: em uma Economia Global . Sao Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2006. Bibliografia Complementar: 1 - A Nova economia internacional: uma perspectiva brasileira . Rio de Janeiro: Campus, 1998. 2 - BAUMANN, Renato. Economia internacional: teoria e experiencia brasileira . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004. 3 - WILLIAMSON, John. A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional . Rio de Janeiro: Campus, 1988.				

Desenvolvimento Socioeconômico				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Conceitos básicos de desenvolvimento socioeconômico e medições. Panorama atual do desenvolvimento mundial. Teoria do desenvolvimento econômico segundo os principais intérpretes: Marx, Kalecki, Keynes e Schumpeter. Desenvolvimento segundo a corrente liberal ortodoxa. Comercio internacional e desenvolvimento. Desenvolvimento endógeno. Desenvolvimento sustentável e controvérsia sobre sustentabilidade.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento economico . 5.ed. rev. Sao Paulo, SP: Atlas, 2005.				

2 - SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento economico: uma investigacao sobre lucros, capital, credito, juro e o ciclo economico**. 3.ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1988.

3 - KALECKI, Michal. **Teoria da dinamica economica: ensaio sobre as mudancas ciclicas e a longo prazo da economia capitalista**. 2.ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1985.

Bibliografia Complementar:

1 - KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas: ensaios selecionados e traduzidos por traduzidos**. Michal Kalecki. Sao Paulo: HUCITEC, 1977.

2 - BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo, SP: Thomson, 2005.

3 - BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27.ed. Ijuí, RS: UNIJUI, 2010.

4 - FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento economico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Trabalho de Conclusão de Curso II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	120	0	120	Obrigatória

Ementa

Desenvolver o Trabalho de Conclusão do Curso II (TCC II), observando: a realização de leituras subsidiárias à necessidade metodológica específica ao tema em desenvolvimento; a organização metodológica de acordo com as regras científicas estabelecidas pela ABNT e regulação interna do Curso de Ciências Econômicas; e apresentação e defesa do trabalho final perante uma banca examinadora.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

2 - UFT, UFT. **Manual De Normalização De Para Elaboração De Trabalhos Acadêmico-Científicos Da Universidade Federal Do Tocantins**. Palmas-TO: Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/481ED5C8SpG9TUTJu4GprQ>. Acesso em: 22 ago. 2022.

3 - GIL, Antonio Carlos. **Metodos e tecnicas de pesquisa social**. 6. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

1 - ALVARENGA, Maria Amalia de Figueiredo Pereira. **Apontamentos de metodologia para a ciencia e tecnicas de redacao cientifica: (monografias, dissertacoes e teses) de acordo com a**

ABNT 2002. 3. ed. / revisada e ampliada por Sergio Antonio Fabris editor. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 2003.

2 - FIGUEIREDO, Antonio Macena; Freire Henrique; Lana Roberto Lauro. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: Da redação científica à apresentação do texto final.** 4º ed. 2011.

3 - OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Optativas

Organização Industrial				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Abordagem da evolução da teoria da organização Industrial. Análise dos fundamentos do modelo de Estrutura–Conduta–Desempenho. O setor externo para uma economia hospedeira de capitais. A superação do institucionalismo na teoria da organização industrial. Implicações da globalização para a indústria brasileira.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - PORTER, Michael E. Estrategia competitiva: tecnicas para analise de industrias e da concorrência. 17.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.				
2 - LABINI, Paolo Sylos. Oligopolio e progresso tecnico. 2.ed. Sao Paulo: Nova Cultura,, 1986.				
3 - CANO, Wilson. Desequilibrio regionais e concetracao industrial no Brasil,1930-1970. 3.ed. Sao Paulo: UNESP, 2007.				
Bibliografia Complementar:				
1 - FREEMAN, Chris. A economia da inovação industrial. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.				
2 - KON, Anita. Economia industrial. São Paulo, SP: Nobel, 1999.				
3 - Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo, 2003.				
4 - Economia industrial: fundamentos teoricos e praticas no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2002.				

Tópicos Especiais em Teoria Econômica				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa
Escolher tópicos para desenvolver entre: Teoria Microeconômica Aplicada em nível intermediário e avançado: teoria do consumidor; teoria da firma e dos custos; dualidade; mercados competitivos; mercados não competitivos; bem-estar; equilíbrio; equilíbrio geral computável; bens públicos e externalidades; teoria dos jogos; escolha intertemporal. Teoria Macroeconômica Aplicada em nível intermediário e avançado: modelos de crescimento econômico e convergência; modelos de horizonte infinito e gerações justapostas; teorias dos ciclos econômicos; consumo e investimento; papel das expectativas; macroeconomia aplicada.
Bibliografia
Bibliografia Básica: 1 - BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 4.ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007. 2 - DORNBUSCH, Rudiger. Macroeconomia . 5. ed. Sao Paulo: Makron Books, 1991. 3 - JONES, Charles I. Introducao a teoria do crescimento economico . Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000. Bibliografia Complementar: 1 - Economic growth . 2. ed. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. 2 - Lectures on macroeconomics . Cambridge, Mass: MIT Press, c1989. 3 - CHIANG, Alpha C. Matematica para economistas . Sao Paulo, 1982. 4 - SIMONSEN, Mario Henrique. Macroeconomia . 2. ed. São Paulo: Atlas ;, 1995.

Comércio Exterior				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
O funcionamento da empresa no contexto internacional. Sistemas monetários e financeiros internacionais e formas de atuação nas economias subdesenvolvidas. Política brasileira de comércio internacional. Relações econômicas internacionais recentes no Brasil.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica: 1 - KRUGMAN, Paul R. Economia internacional: teoria e política . 6. ed. Sao Paulo, SP: Pearson Addison Wesley, 2005. 2 - WILLIAMSON, John. A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional . Rio de Janeiro: Campus, 1988.				

3 - MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 13.ed. Sao Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - SACHS, Jeffrey. **Macroeconomia: em uma Economia Global**. Sao Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2006.

2 - BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4.ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

3 - BAUMANN, Renato. **Economia internacional: teoria e experiencia brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

Mercado Financeiro e de Capitais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Sistema Financeiro Nacional. Transações interbancárias. Aspectos da taxa de juros. Bancos: produtos e serviços, risco e retorno de mercado. Finanças internacionais. Mercado de capitais: estrutura do mercado de capitais; mercado à vista; mercado primário e mercado secundário de ações; mercado de derivativos; mercado futuro, mercado a termo e mercado de opções. Análise fundamentalista e análise técnica de ações.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro . 8. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.				
2 - FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços . 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.				
3 - PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais: fundamentos e tecnicas novo texto reestruturado e atualizado com questoes para consolidacao e testes de verificacao . 3.ed. Sao Paulo: Atlas, 2005.				
Bibliografia Complementar:				
1 - MELLAGI FILHO, Armando. Mercado financeiro e de capitais: uma introdução . 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 1998.				
2 - HILLBRECHT, Ronald. Economia monetaria . Sao Paulo: Atlas, 1999.				
3 - LOPES, Joao do Carmo. Economia monetaria . 9.ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2005.				

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Aprofundamento de um ou mais tópicos de Economia Matemática. Álgebra linear. Tópicos avançados em cálculo diferencial e integral. Cálculo financeiro. Pesquisa operacional. Aplicação econômica de modelagem e simulação matemática. Uso de softwares matemáticos. Estatística/ Econometria: Tópicos avançados em estatística pura. Uso de softwares estatísticos e econométricos.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - CYSNE, Rubens Penha. Curso de matemática para economistas . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.				
2 - GUJARATI, Damodar. Econometria básica . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.				
3 - PINDYCK, Robert S. Econometria: modelos & previsões . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.				
Bibliografia Complementar:				
1 - FONSECA, Manuel Alcino R. da. Algebra linear aplicada: a finanças, economia e econometria . Barueri, SP: Manole, 2003.				
2 - CHIANG, Alpha C. Matemática para economistas . São Paulo, 1982.				
3 - SIMON, Carl. Matemática para economistas . Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.				

Tópicos Especiais em Métodos Computacionais em Economia				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Bases de dados disponíveis para a pesquisa em Economia. As ferramentas de análise e os padrões de organizações de dados. Ferramentas e técnicas de análise (conceitos básicos de programação e ferramentas de programação). Matlab, R e Stata. Usos e aplicações dos softwares.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - Microeconometrics using Stata . College Station, Texas, 2010.				
2 - Inteligência computacional: aplicada a administração, economia e engenharia em Matlab . São Paulo, SP: Thomson Learning, 2007.				
3 - BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. Econometria de séries temporais . São Paulo: Cengage Learning, 2008.				

Bibliografia Complementar:

1 - MORETTIN, Pedro A. **Análise de séries temporais**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2006.

2 - PINDYCK, Robert S. **Econometria: modelos & previsões**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

3 - GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

Empreendedorismo				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Perfil do empreendedor. Identificação de oportunidades de negócios. Análise de mercado. Concepção de produtos e serviços. Análise financeira.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - A máquina de inovação: mentes e organizações na luta por diferenciação . Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.				
2 - RESENDE, Enio. A força e o poder das competências: conecta e integra competências essenciais competências das pessoas de gestão competências organizacionais . Rio de Janeiro, 2004.				
3 - CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor empreendedorismo e viabilização de novas empresas um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.				
Bibliografia Complementar:				
1 - DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios . São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.				
2 - LODISH, Leonard M. Empreendedorismo e Marketing: lições do curso de MBA da Wharton School . Rio de Janeiro: Campus, 2002.				
3 - ABRANTES, José. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil . Rio de Janeiro: Interciência, 2004.				

Tópicos Especiais em Agronegócio				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa
Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. Economia das organizações. Competitividade e globalização no agronegócio. Compartimentos competitivos no agronegócio (aprofundamento em temas específicos).
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - Gestao agroindustrial. 5. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2009.</p> <p>2 - BACHA, Carlos Jose Caetano. Economia e politica agricola no Brasil. Sao Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>3 - PINAZZA, Luiz Antonio. Agricultura na virada do seculo XX: visao de agribusiness. Sao Paulo: Globo, 1993.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - Transporte e logistica em sistemas agroindustriais. Sao Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>2 - NEVES, Marcos Fava. Agronegocio do Brasil. Sao Paulo, SP: Saraiva, 2005.</p> <p>3 - A inserção internacional do agronegócio brasileiro no pós crise: a atuação da OMC, barreiras e políticas comerciais. 1. ed. Curitiba, PR, 2014.</p>

Economia do Meio Ambiente				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Introdução à Economia do Meio Ambiente. Economia ambiental neoclássica. Economia da sobrevivência e a problemática da sustentabilidade. Políticas Ambientais.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - MUELLER, C. C. Os Economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. Rio de Janeiro/RJ: FINATEC, 2007.</p> <p>2 - Economia do meio ambiente: teoria e pratica. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.</p> <p>3 - FAUCHEUX, Sylvie. Economia dos recursos naturais e do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, c1995.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - Gestao agroindustrial. 5. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2009.</p>				

2 - BACHA, Carlos Jose Caetano. **Economia e politica agricola no Brasil**. Sao Paulo: Atlas, 2004.

3 - **Environmental toxicology, economics and institutions: the atrazine case study**. Dordrecht , Holanda: Kluwer Academic Publishers, 1994.

4 - NEVES, Marcos Fava. **Agronegocio do Brasil**. Sao Paulo, SP: Saraiva, 2005.

Economia do Estado do Tocantins				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Tópicos relacionados à formação histórica e econômica do Estado do Tocantins. Tópicos relacionados à conjuntura econômica recente do Estado do Tocantins.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - Agronegócio e acumulação por espoliação: enclave da soja em Campos Lindos - Tocantins . Palmas, TO: EdUFT,, 2016.				
2 - A (trans) formacao historica do Tocantins . Goiania: Ed. UFG, 2002.				
3 - A nova história do Tocantins . 2. ed. Goiânia: Kelps, 2011.				
Bibliografia Complementar:				
1 - A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia legal.. Goiânia, GO: Kelps, 2011.				
2 - OLIVEIRA, Nilton Marques de. Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas . Toledo/PR, 2015.				
3 - SANTOS, Theotonio dos. Economia mundial, integracao regional e desenvolvimento sustentavel: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana . 3.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1995.				

Economia e Mercado de Trabalho				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Difusão mundial do padrão de industrialização. O modelo Fordista e o modelo Toyotista. Mudança tecnológica e o emprego. A revolução tecnológica e o papel dos sindicatos. Migrações internas e mercado de trabalho urbano no processo de industrialização brasileiro.				

Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - RIFKIN, Jeremy. O Fim dos empregos: [o continuo crescimento do desemprego em todo o mundo]. Sao Paulo, SP, 2004.</p> <p>2 - HARVEY, David. Condicao pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudanca cultural. 19. ed. Sao Paulo, SP: Loyola, 2010.</p> <p>3 - CANUTO, Otaviano. Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia. Sao Paulo, 1994.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradacao do trabalho no seculo XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>2 - FURTADO, Celso. Teoria e politica do desenvolvimento economico. 10.ed. Sao Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>3 - TAVARES, Maria da Conceicao. (Des)ajuste global e modernizacao conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>4 - Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro, RJ: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.</p>

Economia, Tecnologia e Sociedade				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Racionalização, ciência e tecnologia na sociedade moderna. Inovação tecnológica e desenvolvimento econômico. A tecnologia e as teorias econômicas do desenvolvimento endógeno e exógeno. Os nexos entre tecnologia, trabalho e organização produtiva. Tecnologia. Compressão do tempo e do espaço. Os efeitos da tecnologia sobre a sociabilidade, as condições de trabalho e os arranjos institucionais. Tecnologia, individualização e competência. Mundialização e tecnologia. Exame dos principais problemas abordados pelas diversas contribuições que concernem à transferência internacional de tecnologia, destacando o papel das empresas multinacionais e dos condicionantes legais. A questão das opções tecnológicas e das tecnologias apropriadas no contexto do debate em torno do desenvolvimento. Análise das políticas industriais e tecnológicas e das implicações da internacionalização da produção para a capacitação tecnológica dos países em desenvolvimento.				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - LABINI, Paolo Sylos. Oligopolio e progresso tecnico. 2.ed. Sao Paulo: Nova Cultura,, 1986.</p> <p>2 - SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento economico: uma investigacao</p>				

sobre lucros, capital, credito, juro e o ciclo economico. 3.ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1988.

3 - HARVEY, David. **Condicao pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudanca cultural**. 19. ed. Sao Paulo, SP: Loyola, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 21, n. 4, p. 831-851, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273/9748>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

3 - BATISTA, S. S. S; FREIRE, E. **Sociedade e Tecnologia na Era Digital**. Érika, 2014.

Energia, Sociedade e Meio Ambiente

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Energia e sociedade. Aspectos conceituais da teoria econômica. Elementos da teoria macroeconômica aplicados a sistemas energéticos. Planejamento e sistemas energéticos. Energia e crescimento econômico. Alocação de recursos e opções tecnológicas. Energia, produto e formação de capital. As relações internacionais no domínio da energia. Financiamento de sistemas energéticos, transações correntes e endividamento. Energia e modelos de desenvolvimento. Políticas energéticas. Aspectos ambientais e sociais relacionados à mesma.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - HINRICHS, Roger. **Energia e meio ambiente**. Sao Paulo: Thomson, 2009.

2 - **Bioenergia e agricultura familiar no Tocantins: as relações e os dilemas na busca da economia verde inclusiva**. Palmas, TO: EDUFT, 2014.

3 - MARTIN, Jean-Marie. **A economia mundial da energia**. Sao Paulo: UNESP, 1992.

Bibliografia Complementar:

1 - **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

2 - **O Meio ambiente na sociedade**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2017.

3 - BRANCO, Samuel Murgel. **Energia e meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2008.

4 - **Planejamento integrado de recursos energéticos: meio ambiente, conservação de energia**

e fontes renováveis. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

Fundamentos de Políticas Públicas				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Política e Políticas públicas: noções fundamentais. Processo de produção de políticas públicas: formação da agenda pública e papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas. Modelos de análise de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas: aspectos teóricos e metodológicos. Fundos de financiamento de políticas públicas no Brasil.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BEHRING, E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perdas dos direitos. São Paulo - SP: Cortez, 2008.				
2 - Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.				
3 - Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011.				
Bibliografia Complementar:				
1 - LONGO, Carlos Alberto. Estado brasileiro: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Atlas, 1990.				
2 - MAGALHÃES, Jose Luiz Quadros de. Poder municipal: paradigmas para o estado constitucional brasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.				
3 - CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 14. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.				

Economia Política III				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Acumulação de capital como controle do trabalho. Capitalismo concorrencial, transição ao capitalismo monopolista e impasses do Sistema Monetário Internacional sob padrão ouro. Capitalismo monopolista: acumulação fordista, impasses do Sistema Monetário Internacional sob acordos de Bretton- Woods e acumulação flexível. Dinâmica capitalista recente: acumulação financeira e crise.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				

1 - BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

2 - EICHENGREEN, Barry J. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 2012.

3 - HARVEY, David. **Condição pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II**. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

2 - MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo global de produção capitalista, volume V**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

3 - CHESNAIS, François. **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

4 - DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

5 - HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Língua Brasileira de Sinais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio- antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. Praticar Libras: o alfabeto; expressões manuais e não manuais. Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas etc. Expressões socioculturais negativas: desagrado, impossibilidade etc. Introdução à morfologia de Libras: nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes. Aspectos sociolingüísticos: variação em Libras.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice muller. Estudos da Língua Brasileira de Sinais I . Florianópolis: Insular, 2014.				
2 - LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice muller; STUMPF, Marianne. Estudos da Língua Brasileira de Sinais II . Florianópolis: Insular, 2014.				
3 - QUADROS, Ronice muller; WEININGER, Markus J. Estudos da Língua Brasileira de Sinais -				

Vol. 3. São Paulo e SP: Insular, 2014.

Bibliografia Complementar:

1 - COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa**. Arpoador, 2000.

2 - QUADROS, Ronice muller. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa..** Brasília: MEC, 2004.

3 - **Comunicação por língua brasileira de sinais**. 4. ed. Brasília, DF: Editora SENAC, 2011.

3.6 - Conteúdos curriculares

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (2007) e os Cadernos da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas ou Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica (2010), os conteúdos da formação em economia devem se repartir entre: 'Conteúdos Obrigatórios', de formação básica em economia a serem considerados em todo o território nacional, abordados no ponto 3.6.1, sobre 'Matriz formativa'; e a 'Carga Horária de Escolha', no ponto 3.6.2, sobre 'Flexibilização curricular.

Os 'Conteúdos Obrigatórios' dizem respeito à formação básica do economista. Dividem-se em quatro partes: (i) 'Conteúdos de Formação Geral'; (ii) 'Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativos'; (iii) 'Conteúdos de Formação Histórica'; e (iv) 'Conteúdos Teórico-Práticos'.

Menos central à formação básica, a 'Carga Horária de Escolha' é composta de um conjunto de disciplinas dentre as quais - em função das especificidades e necessidades regionais e locais de onde a instituição se situa e das linhas de pesquisa e extensão vigentes -, o Curso escolhe as que terão oferta regular obrigatória e aquelas que entram no leque de disciplinas optativas. Aqui, encontra-se a disciplina 'Língua Brasileira de Sinais', conforme Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Entretanto, considerando uma organização didático-pedagógica que seja funcional diante da pluralidade doutrinária inerente ao Curso de Ciências Econômicas e da consequente necessidade de encontrar formas de gestão e avaliação de interdisciplinaridades e transdisciplinaridades nesse contexto, propõe-se, a par da matriz que deriva das diretrizes nacionais (que tem outro propósito), uma matriz orientada a partir de dois grandes vetores teóricos. O de 'Conteúdos Teórico-Quantitativos' e o de 'Conteúdos Teóricos de Base Histórica', que constituem a base da organização por eixos, conforme pode ser observado no módulo quantitativo deste Projeto Político Pedagógico, em torno dos quais emergem outros três eixos: o de 'Conteúdos de Formação Ampla', da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, o de 'Conteúdos Quantitativo- Instrumentais', de apoio quantitativo, e o de 'Conteúdos Teóricos Aplicados', que direcionam os conteúdos dos dois eixos teóricos centrais a realidades econômicas particulares. Este critério de classificação é introduzido no ponto 3.6.3, sobre 'Objetos de conhecimento', e aprofundado no ponto 3.6.4, sobre 'Programas de formação'.

A explicitação da política de formação em meio ambiente, direitos humanos e formação étnico-racial (PDI - 2021-2025) encontra-se diluída por disciplinas do curso que não têm a função

exclusiva de atender à sua execução. Além de emprestarem parte de seus conteúdos para cumprir esse objetivo, como em 'Economia Brasileira I', 'Economia do Meio Ambiente', 'Energia, Sociedade e Meio Ambiente' e 'Instituições de Direito', também integram eixos de formação específicos, conforme explicado no ponto 3.6.4, sobre 'Programas de formação'. As 'Atividades Complementares' constituem outro componente na qual essa política pode encontrar formas de ser executada.

A curricularização da extensão é tratada no ponto 3.6.5, sobre 'Ações Curriculares de Extensão (ACEs)', a partir de três 'Programas e Projetos' inseridos estrategicamente em períodos específicos para preencherem intervalos longos (que ultrapassem um período letivo) de modo a permitirem diluir suas exigências. No grupo de 'Conteúdos Teórico-Práticos', o 'Estágio Curricular Supervisionado', apresentado no ponto 3.10, encontra-se definido no mesmo quadro de aproveitamento das 'Atividades Complementares', pois compartilham a mesma carga horária máxima. As 'Atividades Complementares' encontram-se definidas em quadro de aproveitamento próprio, no ponto 3.11, e finalmente, o grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso', é tratado no ponto 3.12, composto por três disciplinas: 'Metodologia Científica', 'Trabalho de Conclusão de Curso I' e 'Trabalho de Conclusão de Curso II'.

3.6.1 - Matriz formativa

Aqui, a matriz é exposta conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (2007) e os Cadernos da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas ou Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica (2010).

Conteúdos de Formação Geral

Os Conteúdos de Formação Geral ocupam 480 horas do Curso e contemplam (vide a Figura 1).

Figura 1 - Conteúdos de Formação Geral

DISCIPLINAS	PERÍODO	CH TOTAL
Introdução à Economia	1º P	480 horas
Introdução às Ciências Sociais	1º P	
Instituições de Direito	2º P	
Introdução à Contabilidade	2º P	
Cálculo Diferencial e Integral I	1º P	
Cálculo Diferencial e Integral II	2º P	
Estatística	4º P	
Introdução à Administração	4º P	

Fonte: Elaboração própria..

* Disciplinas que fazem parte da formação introdutória do economista - aquelas que apresentam os princípios básicos das Ciências Econômicas, seus métodos de pensamento e o modo como problematizam a realidade no processo de construção de conhecimento;

* Disciplinas voltadas para estudos afins da grande área das ciências sociais aplicadas, de formação adjacente, como sociologia, direito, contabilidade e administração; e

* Disciplinas que tratam dos recursos instrumentais da área de economia, como matemática e estatística.

Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa

Os Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa constituem a espinha dorsal do Curso. Ocupam 960 horas, contemplando tanto os conteúdos de formação teórica - de base quantitativa e de base histórica -, quanto os conteúdos de formação técnico-instrumentais. Este grupo é essencial à formação do profissional em economia, dotando-o de capacidade de atuar em um mundo econômico complexo e em constante transformação (vide a **Figura 2**).

Figura 2 - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativos

DISCIPLINAS	PERÍODO	CH TOTAL
Contabilidade Nacional	2º P	960 horas
Teoria Microeconômica I	3º P	
Teoria Microeconômica II	4º P	
Teoria Microeconômica III	5º P	
Teoria Macroeconômica I	3º P	
Teoria Macroeconômica II	5º P	
Teoria Macroeconômica III	6º P	
Economia Política I	3º P	
Economia Política II	4º P	
Economia Internacional	8º P	
Economia do Setor Público	7º P	
Economia Monetária	5º P	
Desenvolvimento Socioeconômico	8º P	
Econometria I	5º P	
Econometria II	6º P	
Economia Matemática	3º P	

Fonte: Elaboração Própria..

Envolve disciplinas que procuram explicar e interpretar o funcionamento da economia de modo a possibilitar a intervenção fundamentada e consciente em diferentes dimensões da realidade econômica – por meio de conteúdos que oferecem ao estudante uma diversidade de teorias econômicas, suas aplicações práticas, e as relações entre elas. Envolve campos da 'Teoria Microeconômica', 'Teoria Macroeconômica' e da 'Economia Política', contemplando diversas formas de abordar a realidade.

Este conjunto básico, que estrutura os paradigmas teóricos centrais das Ciências Econômicas, constitui o ponto de partida para desdobramentos importantes, quando aplicadas a contextos específicos – como 'Economia do Meio Ambiente', 'Economia Internacional', 'Economia do Setor Público', 'Economia Monetária', 'Política e Planejamento Econômico', 'Economia Brasileira', etc.

Conteúdos de Formação Histórica

Os Conteúdos de Formação Histórica justificam-se por relacionarem observações históricas por meio da identificação de relações causais e suas mudanças através do tempo, fornecendo fundamentos de lógica evolutiva capazes de sustentar posições teóricas. Isso permite ao

economista, não só, compreender o passado, mas, através da identificação da lógica da mudança, compreender também o presente e especular sobre o futuro.

Os conteúdos de formação histórica ocupam 360 horas do Curso e envolvem disciplinas ligadas, de um lado, à história e realidade brasileiras por meio de 'Economia Brasileira' e 'Economia Brasileira Contemporânea', e de outro, à 'Histórica Econômica Geral', voltada para a compreensão da formação, evolução e desenvolvimento do capitalismo – permitindo estabelecer suas relações com o Brasil ao longo de seus vários períodos de desenvolvimento (vide Figura 3).

Figura 3 - Conteúdos de Formação Histórica

DISCIPLINAS	PERÍODO	CH TOTAL
História Econômica Geral	2º P	360 horas
Economia Brasileira I	4º P	
Economia Brasileira II	5º P	
Economia Brasileira Contemporânea	6º P	
Introdução ao Pensamento Econômico	1º P	
Pensamento Econômico Contemporâneo	3º P	

Fonte: Elaboração própria..

O grupo envolve, também, disciplinas ligadas à história do pensamento econômico, cujo papel é estudar a evolução dos grandes paradigmas teóricos e seus fundamentos. Inserem-se aqui disciplinas como 'Introdução ao Pensamento Econômico' e 'Pensamento Econômico Contemporâneo'.

Conteúdos Teórico-Práticos

Os 'Conteúdos Teórico-Práticos' dizem respeito às unidades: (i) 'Trabalho de Conclusão de Curso' - um grupo de três disciplinas destinadas a aprimorar a capacidade analítica do aluno ao permitir-lhe utilizar o aprendizado adquirido ao longo do Curso para problematizar questões da realidade, realizar análise e produzir relatórios de resultados - ocupando um total de 240 horas (vide Figura 4); (ii) 'Atividades Complementares' - para formação extraclasse por meio de atividades que visem estimular a prática de estudos independentes de acordo com o interesse acadêmico ou profissional do aluno; e (iii) 'Estágio Supervisionado' (não obrigatório) - com vistas a permitir, através da experiência prática, que o aluno faça a relação entre o conteúdo genérico e abrangente que aprende na academia e a atividade que exerce como estagiário.

Figura 4 - Conteúdos Teórico-Práticos

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS DO CURSO	PERÍODO	CRÉDITOS	CH PARCIAL	CH TOTAL
Trabalho de Conclusão de Curso	Metodologia científica (60 horas)	1º P	4	240 h	420 h
	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) (60 horas)	7º P	4		
	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) (120 horas)	8º P	8		
Atividades Complementares e Estágio Supervisionado	---	---	---	180 h	

Fonte: Elaboração própria..

Nos conteúdos Teórico-Práticos, as cargas horárias somadas e combinadas entre 'Estágio Curricular Supervisionado' e 'Atividades Complementares' exigidas para cumprir os requisitos da formação compreendem 180 horas (vide figura 4). O quadro de aproveitamento das 'Atividades Complementares', que também contém as possibilidades de 'Estágio Curricular Supervisionado' e formas de validação, encontra-se nos pontos 3.10 e 3.11, que tratam, respectivamente, desses dois componentes em particular. O grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso' está apresentado no ponto 3.11.

3.6.2 - Flexibilização curricular

A política educacional pública deixa a cargo das entidades acadêmicas profissionais e instituições de ensino a definição de como utilizar a carga horária de escolha. A legislação anterior já listava, a título de sugestão, uma série de disciplinas que poderiam compor essa carga horária, uma lista construída a partir das próprias discussões das entidades acadêmicas e profissionais representativas dos Economistas em seus diversos congressos e encontros (CADERNOS ANGE 2010, p. 25).

Cabe, então, a cada instituição, decidir quais disciplinas devem ser adotadas – aquelas que melhor lhes convier, segundo suas características e escolhas teóricas, regionais e locais, referentes ao tipo específico de economistas que desejam formar ou atividades em que pretendem treiná-los – escolhas estas que podem modificar-se ao longo dos anos (Ibid.).

As disciplinas inseridas na carga horária de escolha de oferta optativa atendem às necessidades de formação segundo as linhas de pesquisa do Curso (vide Figura 5).

Figura 5 - Carga Horária de Escolha

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PERÍODO	CH EFETIVA
Economia Regional e Urbana	6º P	300 h
Avaliação Financeira de Investimentos	6º P	
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	7º P	
Política e Planejamento Econômico	7º P	
Economia da Agricultura	7º P	
DISCIPLINAS OPTATIVO-ELETIVAS	LINHA DE PESQUISA/EXTENSÃO	CH EFETIVA
Organização Industrial	I – Teoria Econômica e Métodos Quantitativos	180 h
Tópicos Especiais		
Tópicos Especiais em Econometria		
Tópicos Especiais em Teoria Econômica		
Comércio Exterior		
Mercado Financeiro e de Capitais		
Tópicos Especiais em Matemática		
Tópicos Especiais em Métodos Computacionais em Economia		
Empreendedorismo	II – Economia em Agronegócio, Meio Ambiente e Regional	
Tópicos Especiais em Gestão do Agronegócio		
Economia do Meio Ambiente		
Economia do Estado do Tocantins		
Economia e Mercado de Trabalho	III – História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico	
Economia, Tecnologia e Sociedade		
Energia, Sociedade e Meio Ambiente		
Tópicos Especiais em Políticas Públicas		
Economia Política III		
Língua Brasileira de Sinais		

Fonte: Elaboração própria..

Carga Horária de Escolha de Oferta Obrigatória

Com relação à carga horária de escolha, o Curso de Economia da UFT conta com cinco disciplinas que entram como oferta obrigatória pelas contribuições que seus respectivos conteúdos podem oferecer à compreensão da realidade local e à formulação de projetos técnicos econômicos bem como de desenvolvimento local e regional: 'Economia Regional e Urbana', 'Avaliação Financeira de Investimentos', 'Elaboração e Análise de Projetos Econômicos', 'Política e Planejamento Econômico' e 'Economia da Agricultura'.

Carga Horária de Escolha de Oferta Optativa

O Curso de Economia conta, ainda, com dezoito disciplinas da carga horária de escolha, que entram como oferta optativa destinada a propiciar ao aluno a possibilidade de se aprofundar em conteúdos especializados, associados à sua área de pesquisa/ extensão ou relativos à área profissional de sua preferência.

Entre as dezoito disciplinas optativas, cada aluno deve escolher três para completar seu currículo (Figura 6). Caso deseje escolher mais que três, cada disciplina excedente passa a contar como Atividade Complementar.

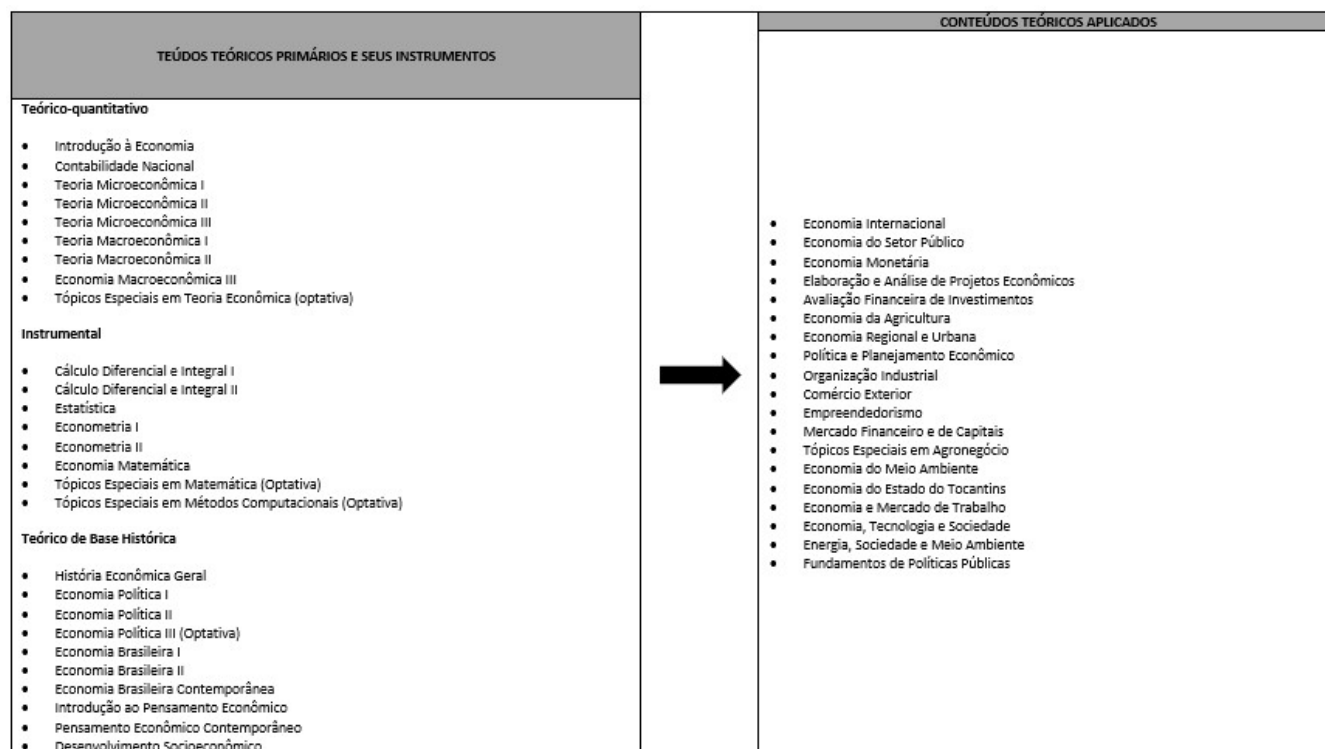
3.6.3 - Objetos de conhecimento

Conforme já referido, considerando uma organização didático-pedagógica que seja funcional diante da pluralidade doutrinária inerente ao Curso de Ciências Econômicas e da consequente necessidade de encontrar formas de gestão e avaliação de interdisciplinaridades e transdisciplinaridades nesse contexto, propõe-se, a par da matriz que deriva das diretrizes nacionais (que têm outro propósito), uma matriz orientada a partir de dois grandes vetores teóricos. O de 'Conteúdos Teórico-Quantitativos' e o de 'Conteúdos Teóricos de Base Histórica',

que constituem a base da organização por eixos, conforme pode ser observado no módulo quantitativo deste Projeto Político Pedagógico.

Em torno destes dois eixos principais emergem outros três eixos: o de 'Conteúdos de Formação Ampla', da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, o de 'Conteúdos Quantitativo-Instrumentais', de apoio quantitativo, e o de 'Conteúdos Teóricos Aplicados', que direcionam os conteúdos dos dois eixos teóricos centrais a realidades econômicas mais específicas (vide **Figura 6**, que mostra, em termos dos conteúdos estritamente econômicos, a relação entre os conteúdos teóricos primários, seus instrumentos e os conteúdos aplicados). No próximo ponto, 3.6.4, serão apresentados maiores detalhes sobre os eixos de formação.

Figura 6 - Conteúdos Teóricos Primários, Instrumentos e Conteúdos Aplicados



Fonte: Elaboração própria..

A definição dos eixos considera as seguintes recomendações: (i) do 'Cadernos da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE 2010)', comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das Ciências Econômicas formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos; ênfase nas interações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se inserem; e ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensáveis ao exercício da profissão; (ii) dos objetivos do Curso, apoiar, problematizando aspectos relevantes da realidade, o desenvolvimento socioeconômico local e regional por meio da construção de conhecimentos e formação de recursos humanos; e (iii) da síntese das diretrizes constantes no Programa Pedagógico Institucional (PPI 2021-2025), a política de formação ético-social em acordo com a realidade brasileira, a saber, educação ambiental, ações afirmativas, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, conforme legislação. No próximo ponto, 3.6.4, serão apresentados maiores detalhes sobre essa política.

Relação entre Eixos de Formação e Programas de Pesquisa e Extensão

No nível da UFT, existem programas destinados a estimular atividades de pesquisa e

extensão: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), o Programa de Ensino Tutorial (PET), e o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP). O Curso de Economia dispõe de alunos que usufruem desses incentivos e desenvolvem, sob orientação de professores, atividades de pesquisa e extensão.

Para abrigar os projetos de pesquisa e extensão afeitos às perspectivas teórico-metodológicas inscritas nos dois eixos formativos principais, o Curso de Economia dispõe de três linhas de pesquisa e extensão - que carregam, também, conteúdos optativos destinados a possibilitar, dentro de certos limites, a especialização da formação conforme desejo do aluno (vide Figura 7).

Para cumprir o currículo do curso, cada aluno deve escolher três entre dezoito disciplinas optativas - quase todas do eixo de conteúdos teóricos aplicados a dimensões específicas da realidade econômica - pertencentes à carga horária de escolha. Esta estratégia curricular tem por propósito fornecer possibilidades que tornem o processo de formação mais flexível – ajudando o aluno, conforme sua escolha teórico-metodológica, na elaboração do 'Trabalho de Conclusão de Curso'; no aprimoramento de determinado conhecimento útil à sua área de interesse numa possível pós-graduação; ou na aquisição de um conhecimento que seja de seu interesse profissional quando da entrada no mercado de trabalho.

Estas disciplinas encontram-se distribuídas pelas Linhas de Pesquisa do Curso, a saber: (i) Teoria Econômica e Métodos Quantitativos; (ii) Economia em Agronegócio, Meio Ambiente e Regional; e (iii) História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico.

No âmbito da Creditação da Extensão, o 'Programas e projetos I' tem, como diretriz principal, apresentar o Curso de Economia da UFT à comunidade estudantil pré-universitária, através de seus fundamentos, modos de apreender a realidade, contribuições e limites; ou levar educação fiscal; ou ainda levar educação financeira a essa comunidade. Mas admite projetos de outra natureza.

O 'Programas e Projetos II' tem, como diretriz principal, estabelecer uma convivência entre universidade e comunidade empresarial com fins lucrativos capaz de contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos de ambas, a partir da observação do funcionamento e modo de inserção nos seus respectivos ramos de negócio, seus procedimentos de rotina e suas estratégias competitivas. Esta troca de conhecimentos tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento do setor empresarial de negócios local. Mas admite projetos de outra natureza.

O 'Programas e projetos III' tem, como diretriz principal, estabelecer parcerias de dois tipos: (i) junto a unidades comunitárias ou grupos de interesse vulneráveis, como associações de classe, unidades diversas da sociedade civil, unidades de pequenos produtores, etc.; e (ii) órgãos do setor público, tanto estaduais, quanto municipais. Mas, também admite projetos de outra natureza.

Cada 'Programas e projetos' tem relação com momentos específicos do Curso e seus respectivos conteúdos, em especial, aqueles que apresentem melhor potencial de contribuir para as atividades de preparação teórica e metodológica dos projetos específicos a serem propostos.

3.6.4 - Programas de formação

Conforme apontado no ponto 3.6.3, os objetos de conhecimento encontram-se

essencialmente associados aos cinco eixos do módulo quantitativo, que ao mesmo tempo constituem os programas de formação: (i) Eixo de conteúdos teórico-quantitativos; (ii) Eixo de conteúdos teóricos de base histórica; (iii) Eixo de conteúdos quantitativo-instrumentais; (iv) Eixo de conteúdos teóricos aplicados; e (v) Eixo de conteúdos de formação ampla. Estes cinco eixos encerram conteúdos que procuram, não só, abranger o processo de formação em economia, considerando os programas de formação teórica, seus instrumentais, suas aplicações, mas também incluem um programa de formação ampla que considera as áreas afins das Ciências Sociais Aplicadas. Os diferentes eixos de conteúdos serão apresentados no decorrer dos itens abaixo.

A política de formação em meio ambiente, direitos humanos e formação étnico-racial (PDI - 2021-2025) também encontra-se contemplada nestes programas de formação, conforme explicitada no tópico abaixo.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO EM MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Universidade Federal do Tocantins, através do presente Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2021-2025), afirma um conjunto de valores e estimula os colegiados dos cursos a inserirem-nos em seus respectivos projetos pedagógicos, entre os quais estão as políticas de educação ambiental, ações afirmativas, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Dadas as especificidades do curso de Ciências Econômicas, o atual PPC promove esses valores por meio do reforço de conteúdos já disponíveis na matriz curricular (vide **Figura 7**) e do recurso às Atividades Complementares para abrangê-los. A carga horária diz respeito ao conteúdo total das disciplinas, e não apenas da parte utilizada para atender à política do PDI.

Figura 7 - Educação ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais

DISCIPLINAS	PERÍODO	CH TOTAL
Economia Brasileira I	4º P	240 horas
Economia do Meio Ambiente	Optativa	
Energia, Sociedade e Meio Ambiente	Optativa	
Instituições de Direito	2º P	

Fonte: Elaboração própria..

A disciplina de 'Economia Brasileira I' (eixo de conteúdos teóricos de base histórica), que trata da formação socioeconômica do Brasil desde suas raízes, problematiza a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil.

A disciplina de 'Economia do Meio Ambiente' (eixo de conteúdos teóricos aplicados) aborda as principais vertentes da economia ambiental, apresenta métodos de valoração e mostra como a teoria econômica pode auxiliar no desenho de instrumentos políticos para o meio ambiente. Por outro lado, a disciplina de 'Energia, Sociedade e Meio Ambiente' (eixo de conteúdos teóricos aplicados) trata de como a questão energética – fundamental ao desenvolvimento de qualquer sociedade – pode ter seus custos ambientais minimizados através de uma matriz energética diversificada onde as energias renováveis e limpas ganhem importância cada vez maior.

A disciplina de 'Instituições de Direito' (eixo de conteúdos de formação ampla) trata, tradicionalmente, das relações entre direito e economia, Regimes de Governo e Democracia e entre Estado e Constituição. A Matriz Curricular introduz, nesta edição do PPC, uma unidade

nova no conteúdo programático que problematize, especificamente, a questão dos Direitos Humanos e suas raízes históricas. O curso de direito da UFT tem conteúdos neste sentido, e pode auxiliar o Curso de Economia neste quesito.

Além disso, o Curso de Economia, através das Atividades Complementares, promoverá e estimulará seus estudantes a participarem de ações de formação que tratem e aprofundem este conjunto de valores fundamentais.

EIXO DE CONTEÚDOS TEÓRICO-QUANTITATIVOS

O primeiro eixo culmina numa das bases teóricas do Curso: o sistema teórico neoclássico de base marginalista. Pressupõe que o modo específico como a economia funciona constitui efeito de certo comportamento 'racional' definido a partir de determinados axiomas e regras passíveis de formalização matemática – comportamento segundo o qual cada agente, individualmente, realiza a leitura da realidade que o circunscreve de modo a fundamentar suas decisões na busca da melhor relação custo-benefício dentro de determinado horizonte de escolhas. Os agentes econômicos se encontrariam todos na mesma circunstância e, neste sentido, seriam todos iguais: a partir de certas dotações iniciais de bens (produtos finais e fatores de produção), buscam a troca com o propósito de maximizar suas utilidades. Portanto, o fundamental das relações econômicas situa-se na troca ou nas relações de mercado.

Diante da hipótese deste comportamento 'racional', procura-se demonstrar que posições desvantajosas (aquém de certo nível possível de satisfação) induziriam a modificações de estímulos, expressos através de variações de preços relativos vis-à-vis à relação de preferências, que levariam os agentes a alterarem suas escolhas em direção a uma posição mais vantajosa, e assim por diante. Os ajustes nas escolhas dos agentes conduziriam a um resultado no qual a coletividade tenderia a uma posição ótima, definida pela máxima melhoria na posição dos que podem realizá-la dentro de certo horizonte de negociação, desde que não leve a retrocessos na posição dos demais agentes que não o puderam fazer.

Muitos avanços têm sido introduzidos a partir desta proposição básica, especialmente por meio da economia experimental e da economia comportamental. Essas áreas de estudo fazem uso de modelos quase-normativos, que resultam na ideia de que as decisões tomadas pelo indivíduo nem sempre o conduzem a posições ótimas: as informações são limitadas, bem como sua capacidade de processá-las para construir conhecimento. Deriva disso que a racionalidade é limitada. Essas ciências usam, principalmente, a experimentação para desenvolver teorias sobre tomadas de decisão no nível do indivíduo.

Os conteúdos teórico-quantitativos de base neoclássica, que tratam deste sistema teórico e aplicam-no a várias áreas específicas do conhecimento econômico, constituem um dos principais alicerces teóricos do Curso (vide **Figura 8**).

Encontram-se inseridos na 'Teoria Microeconômica', que estuda os chamados micro-fundamentos comportamentais com base na análise do indivíduo – consumidor, firma, setor público, natureza, etc. - assim como as circunstâncias associadas a estruturas de mercado, teoria dos jogos, equilíbrio geral, bem-estar social, assimetria de informações, externalidades e bens públicos, decisões sob incerteza, etc.

Conteúdos de natureza teórico-quantitativa que assessoram a compreensão dos micro-fundamentos, além da própria 'Microeconomia', são a 'Economia Matemática', que formula modelos matemáticos para análise de problemas econômicos (não só para a problemática microeconômica), e a 'Econometria', que utiliza modelos econométricos para realização da análise empírica de diferentes teorias econômicas (não só para a teoria microeconômica). Estas disciplinas quantitativas compõem um eixo de conteúdo próprio, instrumental, servindo também

a outras perspectivas teóricas.

Também central ao Eixo de Conteúdos Teórico-Quantitativos, mas que parte de grandes agregados econômicos para dar conta do dinamismo de variáveis afeitas ao funcionamento da economia de toda uma nação é a 'Macroeconomia'. A 'Teoria Macroeconômica' (figura 7) inclui, na verdade, mais de um posicionamento teórico, permitindo atingir um conjunto de resultados distintos e até contraditórios em relação aos esperados pelos micro-fundamentos. Seu leque de resultados possíveis é visto pela chamada síntese neoclássica, conforme manual padrão de 'Macroeconomia', como casos particulares que fecham um espectro de possibilidades gerais. Por razões pedagógicas, estuda modelos de determinação da renda agregada sob várias hipóteses: desde uma economia fechada ao exterior e sem governo até considerar uma economia real, complexa, com governo e relações econômicas internacionais. Considera os efeitos de variações dos preços macroeconômicos fundamentais, como índice geral de preços domésticos; índice geral de preços no estrangeiro; taxa de juros doméstica; taxas de juro no estrangeiro; e taxa de câmbio. Considera as condições do mercado de trabalho como o desemprego, suas relações com a inflação, e o papel das expectativas. Estuda, também, o papel do governo na administração da economia através da gestão monetária e fiscal, envolvendo política externa, suas condições e seus efeitos. Finalmente, estuda, também, as trajetórias macroeconômicas de longo prazo através das teorias do crescimento e dos ciclos econômicos.

'Teoria Microeconômica' e 'Teoria Macroeconômica' embasam, teoricamente, um leque de outros conteúdos aplicados a diferentes áreas de conhecimento em economia, expostos em eixo próprio.

EIXO DE CONTEÚDOS TEÓRICOS DE BASE HISTÓRICA

Os conteúdos teóricos de base histórica constituem o outro grande alicerce do Curso. Encontram-se inseridos num conjunto de disciplinas que lhes dão caráter de discussão ampla, onde a interpretação da história não encontra consenso, mas, abertura ao pensamento, à reflexão, a novos questionamentos e pesquisas. Estão repartidas entre uma parte teórica de base histórica e uma parte propriamente historiográfica.

Na parte teórica de base histórica, dispersam-se entre as disciplinas de 'História do Pensamento Econômico', 'Economia Política' e 'Desenvolvimento Socioeconômico' (figura 7). Tratam do advento das doutrinas que depositam no indivíduo, na sua liberdade e na sua iniciativa - cuja moral, invertida pelo iluminismo, substitui um autointeresse condenável por outro bem-aventurado -, a virtude da atitude progressista, cuja ação contribui para o bem coletivo. A Economia Política Clássica é a primeira grande intérprete desta posição.

Embora defenda o livre mercado, baseado na doutrina do liberalismo e do 'laissez-faire' como institucionalidade capaz de levar a sociedade ao maior nível de bem-estar, a economia clássica reconhece, também, efeitos contraditórios impostos pela resultante social do comportamento individual: movido pela busca do lucro, a acumulação geral de capital resultaria na deterioração das taxas de lucro e na estagnação secular.

Na esteira do desenvolvimento destas ideias surgem os subjetivistas racionalistas - J. Bentham, J. B. Say e N. Sênior - que, embora neste período tenham visto suas teses à sombra da teoria clássica, estavam inaugurando uma nova corrente teórica e metodológica que, a partir de fins do século XIX, faria surgir a Revolução Marginalista, abrindo caminho para a tradição neoclássica - a ortodoxia que forma o primeiro eixo do Curso, já referido anteriormente.

As obras dos economistas clássicos da virada do século XVIII para o XIX levariam a outros importantes desdobramentos teóricos no decorrer dos séculos XIX e XX: a formulação da crítica de K. Marx e sua teorização sobre a dinâmica das economias capitalistas e a teoria do

desenvolvimento econômico de J. Schumpeter, que exalta a destruição criativa como causa dos ciclos econômicos. Integradas à disciplina de macroeconomia, aparecem também importantes contribuições a partir da teoria da determinação da renda abaixo do nível de pleno emprego, nas versões de J. M. Keynes e M. Kalecki; a crítica de Sraffa e as contribuições de J. Robinson e Chamberlain; além das adaptações teóricas pós-keynesianas, da segunda síntese neoclássica, dos novos clássicos e dos neokeynesianos.

Na parte historiográfica encontra-se a 'História Econômica Geral' (figura 7), que trata da história das transformações estruturais que culminaram no modo de produção especificamente capitalista e sua dinâmica. Apresenta a disputa interestatal a partir da Revolução Industrial; trata da passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista; da transição da hegemonia Britânica sob padrão-ouro às crises do capitalismo; do colapso do padrão-ouro e do advento da hegemonia americana sob padrão ouro-dólar, assente nos acordos de Bretton-Woods, no Pós- Guerra. O conteúdo de 'Economia Brasileira' é tanto teórica quanto historiográfica, aplicada à realidade brasileira. Analisa a formação econômica do Brasil, da economia colonial exportadora à economia mercantil- escravista cafeeira; a passagem à economia exportadora capitalista; para, finalmente, culminar no processo de industrialização brasileiro. Estuda as especificidades do processo de acumulação de capital no Brasil até fins dos anos de 1970; os impasses dos anos de 1980; e analisa os efeitos da abertura comercial e financeira dos anos de 1990 sob ordem mundial neoliberal, que restringe as possibilidades de desenvolvimento à atração de capital estrangeiro a partir de certos requisitos: políticas de estabilização monetária, desregulamentação financeira e livre movimentação de capitais, abertura comercial, privatizações, etc.

EIXO DE CONTEÚDOS QUANTITATIVO-INSTRUMENTAIS

O conteúdos quantitativo- instrumentais têm a função de fornecer o instrumental formal- quantitativo necessário à compreensão, em particular, dos conteúdos teórico- quantitativos. Mas também servem de apoio aos conteúdos teóricos de base histórica, pois, estes também utilizam parte desse instrumental quantitativo.

Incluem 'Cálculo Diferencial e Integral', que trata, em boa medida, da formalização matemática da otimização de funções, especialmente útil à teoria microeconômica, 'Estatística', que aborda as medidas de tendência central, dispersão, amostragem, distribuição de probabilidade, inferência, etc., boa parte, utilizada em qualquer vertente teórica; e 'Econometria', que trata essencialmente de regressões simples e múltiplas sob método dos mínimos quadrados ordinários e regressões com quebra de pressupostos, variáveis Dummy, modelos logit e probit, dados em painel e séries temporais (figura 7). Inclui também disciplinas para aprofundamento e abordagem de métodos computacionais.

EIXO DE CONTEÚDOS APLICADOS

Tanto os conteúdos teórico- quantitativos quanto os teóricos de base histórica servem de fundamento a um leque de outros conteúdos aplicados a diferentes áreas de conhecimento em economia (figura 7): (i) 'Economia Monetária', que teoriza sobre o papel da moeda, sua gestão e seu efeito na dinâmica econômica. Envolve o mercado financeiro; (ii) 'Economia Regional e Urbana', que trata da distribuição local de atividades econômicas, seu dinamismo e seus efeitos na organização e transformação de territórios; (iii) 'Economia da Agricultura', sobre questões associadas às transformações históricas da agricultura mundial e brasileira, suas relações com a industrialização e as tendências recentes associadas à globalização da produção: dependência tecnológica e hierarquia de elos nas cadeias globais de valor, concentração do valor das exportações, conflito pela disponibilidade e uso de terras, etc.; (iv) 'Economia do Setor Público', que trata das falhas da economia de mercado, atributos do Estado, intervenção via política fiscal e monetária, limites da intervenção, gestão da dívida, etc.; (v) 'Economia

Internacional', que teoriza sobre divisão internacional da atividade econômica e comércio exterior. Envolve a administração macroeconômica das variáveis que afetam a competitividade doméstica e o comércio exterior, como as relações entre câmbio e juro, ao mesmo tempo em que busca refletir sobre os efeitos da especulação financeira, fugas de capital e (ins)estabilidade do sistema monetário; (vi) 'Avaliação Financeira de Investimentos', que utiliza conceitos da matemática financeira para estudar indicadores de mérito, viabilidade financeira, risco e incertezas; (vii) 'Política e Planejamento Econômico', que aborda a elaboração de diagnósticos macroeconômicos e de planos econômicos de governo. Envolve a análise e construção de cenários econômicos, e a exposição de parte da experiência brasileira e mundial com política e programação econômica. E várias outras disciplinas (figura 7).

EIXO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO AMPLA

Considerando que a formação do economista deve integrar conhecimentos gerais - em especial, de áreas vizinhas -, as Diretrizes Curriculares constantes do 'Cadernos ANGE 2010' recomendam a adoção de disciplinas, em caráter introdutório, relativas à grande área das Ciências Sociais Aplicadas (vide **Figura 8**).

Figura 8 - Conteúdos de Formação Ampla

DISCIPLINAS	PERÍODO
Introdução às Ciências Sociais	1º P
Instituições de Direito	2º P
Introdução à Contabilidade	2º P
Introdução à Administração	4º P

Fonte: Elaboração própria..

3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)

A Universidade pública brasileira desempenha um importante papel enquanto produtora do conhecimento. Estas devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, de forma abrangente, não se restringindo apenas à esfera econômica, mas também que seja sustentável e tenha um caráter ético. Para isso, é preciso que suas ações estejam alinhadas com os valores e interesses sociais.

Isto é possível através da interação dialógica promovida pelas ações extensionistas. Para isso, o conceito de extensão aprovado pelo FORPROEX (2010) deve ser colocado em prática em todas as modalidades de extensão, ou seja, "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade".

Nesse sentido, é necessário que as ações extensionistas mantenham a interação dialógica com as demandas sociais, pois sem ela a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer. Além do mais, corre-se o risco de não cumprir com o papel social e de

transformação das realidades.

A extensão na UFT e, conseqüentemente, do curso de Ciências Econômicas, está sob a égide das Diretrizes da Política de Extensão Nacional (2012) e da Política de extensão da UFT (Resolução nº 05, de 02 de setembro de 2020) a saber:

- * interação dialógica da universidade com os outros setores da sociedade: visa o desenvolvimento de relações entre a Universidade e outros segmentos da sociedade, marcado pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de cooperação com movimentos, entidades, instituições, setores e organizações sociais;

- * integração da extensão com a pesquisa e com o ensino: visa colocar o estudante como protagonista de sua formação acadêmica no processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e de sua formação cidadã, o qual permite ao estudante reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social;

- * inovação e tecnologias sociais numa perspectiva polissêmica (destacando-se a inovação pedagógica, a tecnológica e a social), quando processos se instauram e possibilitam a produção de conhecimentos e soluções novas ou significativamente melhoradas, que contribuam com o desenvolvimento responsável da sua região de influência, buscando a aproximação da instituição com a sociedade, suas necessidades e demandas;

- * realização de ações acadêmicas a partir da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: superar a dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais com os quais se desenvolvem as ações de Extensão ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações;

- * articulação entre as Áreas Temáticas e as Linhas da Extensão;

- * institucionalização acadêmica das ações de extensão que oportunize a integralização de créditos na formação do discente;

- * impacto na formação do estudante: as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. Esses resultados possibilitam o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que permitem a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira;

- * integração da extensão com a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

- * impacto e transformação social: reafirmar a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros segmentos da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora de impactos ambientais, culturais, econômicos, sociais e tecnológicos, visando o desenvolvimento regional e o aprimoramento das políticas públicas.

O público-alvo das Ações Curriculares de Extensão do Curso de Ciências Econômicas são: (i) estudantes pré-universitários; (ii) empresários de ramos de negócio; (iii) unidades comunitárias ou grupos de interesse vulneráveis; e (iv) órgãos do setor público municipal e estadual. A curricularização da extensão no Curso de Ciências Econômicas se dará conforme a Resolução

Nacional nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e a Resolução Consepe/ UFT nº 14, de 08 de dezembro de 2020, cujo Art. 7º afirma que a extensão nos cursos de graduação será denominada de Ações Curriculares de Extensão (ACEs) prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) a partir da definição das áreas temáticas e linhas de extensão de atuação do curso, organizadas em três Programas e Projetos.

Cada 'Programas e Projetos', unidades das Ações Curriculares de Extensão (ACEs), encontra-se associado a períodos cujos conteúdos acumulados permitam apoiar os projetos específicos a serem propostos - tanto no sentido de carregarem contribuições potencialmente relevantes à formação do estudante por meio do aprimoramento da relação entre teoria e prática, considerando os objetivos do curso e o perfil desejado do egresso, quanto no sentido de apoiar uma intervenção bem-sucedida junto a cada um dos públicos-alvo anteriormente descritos, propiciando melhorias efetivas no seu ser e no seu fazer.

Para tal, são apresentadas algumas diretrizes gerais sobre como encaminhar projetos específicos. Procura-se alinhar as propostas específicas aos conteúdos da matriz curricular do momento da oferta, permitindo que os estudantes se apropriem deles na elaboração das atividades de preparação teórica e metodológica necessárias à concepção e execução dessas propostas.

As Ações Curriculares de Extensão (ACEs) compreendem uma carga horária de 300 horas ou 10% da carga horária total do Curso - 3.000 horas. Encontram-se divididas em três momentos (vide Figura 9):

Figura 9 - Ações Curriculares de Extensão

SEGUNDO PERÍODO					
Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	CH Total
ACE – Programas e Projetos I	06	---	---	90	90
QUARTO PERÍODO					
Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	CH Total
ACE – Programas e Projetos II	07	---	---	105	105
SÉTIMO PERÍODO					
Componentes Curriculares	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	CH Total
ACE – Programas e Projetos III	07	---	---	105	105

Fonte: Elaboração própria..

- * 'Programas e Projetos I', do segundo período, com 6 créditos (90 horas);
- * 'Programas e Projetos II', do quarto período, com 7 créditos (105 horas); e
- * 'Programas e Projetos III', do sétimo período, com 7 créditos (105 horas).

Programas e Projetos I

O 'Programas e Projetos I' tem três diretrizes concretas: seu propósito pode ser apresentar o Curso de Economia da UFT à comunidade estudantil pré- universitária, através de seus fundamentos, modos de apreender a realidade, contribuições e limites. Ao esclarecer a natureza do Curso a esta comunidade, esta ACE contribui para melhorar a compreensão dos alunos pré- universitários sobre certos aspectos da ciência, com potencial de ampliar o interesse pelo Curso de Economia e, conseqüentemente, incrementar candidaturas de ingresso. Mas também pode levar a essa comunidade- alvo, através de projetos específicos, educação fiscal ou, alternativamente, educação financeira. Sob dificuldades de oferta segundo estas diretrizes, podem ser ofertados projetos de qualquer natureza, desde que sejam atinentes à formação dos alunos e úteis à comunidade.

Para apoiar sua execução, as disciplinas que compõem até o segundo período do Curso - que tenham relação com o objeto de estudo da economia e suas doutrinas e métodos, como por exemplo, 'Introdução à Economia', 'Introdução ao Pensamento Econômico' e 'Metodologia Científica' -, podem oferecer parte de seus conteúdos como atividade de preparação teórico-metodológica para a proposição de projetos específicos desta ACE.

Público-alvo sugerido: estudantes pré-universitários;

Objetivos sugeridos 1: (i) problematizar aspectos relevantes sobre estes estudantes, como seu perfil socioeconômico, formação científica, etc.; (ii) levar a esses estudantes informações sobre aspectos científicos do Curso de Economia; e (iii) fomentar interesse por candidaturas ao curso.

Objetivos sugeridos 2: (i) problematizar aspectos relevantes sobre estes estudantes; e (ii) ministrar conhecimentos sobre educação fiscal;

Objetivos sugeridos 3: (i) problematizar aspectos relevantes sobre estes estudantes; e (ii) ministrar conhecimentos sobre educação financeira.

Programas e Projetos II

O 'Programas e Projetos II' tem o propósito estabelecer uma convivência entre universidade e comunidade empresarial com fins lucrativos capaz de contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos de ambas, a partir da observação do funcionamento e modo de inserção dessas unidades em seus respectivos ramos de negócio, seus procedimentos de rotina e suas estratégias competitivas. Esta troca de conhecimentos tem o potencial de contribuir para a promoção de ações de melhoria ao desempenho do setor empresarial de negócios local. Sob dificuldades de oferta segundo estas diretrizes, podem ser ofertados projetos de qualquer natureza, desde que sejam atinentes à formação dos alunos e úteis à comunidade.

Para apoiar sua execução, as disciplinas que compõem o terceiro e o quarto períodos – que tenham relação com questões produtivas empresariais e organização quantitativa de informações, como por exemplo, 'Estatística', 'Economia Política II' e 'Teoria Microeconômica II' – podem oferecer parte de seus conteúdos como atividade de preparação teórico-metodológica para a proposição de projetos específicos desta ACE.

Público-alvo sugerido: ramos empresariais de negócio;

Objetivos sugeridos: (i) abordar processos produtivos concretos; (ii) compreender estratégias empresariais associadas a estrutura de mercado; (iii) contribuir para melhorias.

Programas e Projetos III

O 'Programas e Projetos III' tem o propósito de estabelecer parcerias de dois tipos: (a) junto a unidades comunitárias ou grupos de interesse vulneráveis, como associações de classe, unidades diversas da sociedade civil, unidades de pequenos produtores, etc.; e (b) órgãos do setor público, tanto estaduais, quanto municipais.

Com relação às unidades comunitárias ou grupos de interesse vulneráveis, o propósito é compreender seus modos de vida específicos a partir de seus saberes e práticas, suas relações com o meio circundante, e identificar as possibilidades que podem ser exploradas no sentido de promover ações de melhoria. Para apoiar sua execução, as disciplinas que compõem o quinto, o sexto e o sétimo períodos – que tenham relação com a compreensão dessas comunidades, como 'Teoria Microeconômica III', 'Economia Brasileira II', 'Economia Brasileira Contemporânea', 'Avaliação Financeira de Investimentos', 'Economia Regional e Urbana', 'Economia da Agricultura' e 'Elaboração e Análise de Projetos Econômicos' – podem oferecer parte de seus conteúdos como atividade de preparação teórico-metodológica para a proposição de projetos específicos desta unidade.

Com relação aos órgãos públicos estaduais e municipais, em particular, no que diz respeito à elaboração de contas públicas e planejamento econômico e social, o propósito é estabelecer parcerias que permitam compreender suas práticas à luz do conhecimento universitário de modo a relacionar teoria e prática e suscitar questões a serem debatidas com representantes desses órgãos, contribuindo não só para aprimorar a formação dos estudantes na área – tendo em conta que o setor público é um importante empregador de economistas – como para, via troca de saberes, propiciar reflexões que possam promover ações de melhoria junto a esses órgãos. Para apoiar sua execução, as disciplinas que compõem o sétimo período - que tenham relação com a compreensão do setor público, como 'Economia do Setor Público', 'Política e Planejamento Econômico' e 'Elaboração e Análise de Projetos

Econômicos' – podem oferecer parte de seus conteúdos como atividade de preparação teórico-metodológica para a proposição de projetos específicos desta unidade.

Sob dificuldades de oferta segundo estas diretrizes, podem ser ofertados projetos de qualquer natureza, desde que sejam atinentes à formação dos alunos e úteis à comunidade.

Público-alvo sugerido 1: Unidades comunitárias ou grupos de interesse vulneráveis.

Objetivos sugeridos 1: compreender o modo de existência destes grupos e identificar possibilidades a serem exploradas no sentido de promover ações de melhoria.

Público-alvo sugerido 2: Órgãos do setor público.

Objetivos sugeridos 2: (i) compreender suas práticas à luz do conhecimento universitário, permitindo relacionar teoria e prática; (ii) aprimorar a formação dos estudantes na área; e (iii) promover ações de melhoria.

Áreas Temáticas de Extensão do Curso

- * Comunicação;
- * Direitos humanos e justiça;
- * Educação;

- * Meio Ambiente;
- * Saúde;
- * Tecnologia e produção;
- * Trabalho.

Linhas de Extensão do Curso

1. Desenvolvimento regional;
2. Desenvolvimento rural e questão agrária;
3. Desenvolvimento tecnológico;
4. Desenvolvimento urbano;
5. Direitos individuais e coletivos;
6. Empreendedorismo;
7. Emprego e renda;
8. Espaços de Ciência;
9. Gestão do trabalho;
10. Gestão informacional;
11. Gestão institucional;
12. Gestão pública;
13. Inovação tecnológica;
14. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares;
15. Propriedade intelectual e patente;
16. Questões ambientais;
17. Temas específicos e desenvolvimento humano;
18. Turismo.

Parcerias no Cumprimento da Extensão Curricular

Para enriquecimento da graduação, os discentes poderão participar de programas ou projetos extensionistas realizadas em outros cursos da UFT e os resultados serão inseridos nos históricos dos mesmos.

Acompanhamento e Avaliação da Extensão Curricular

Para cada projeto específico, o acompanhamento dos discentes será realizado por um docente 'coordenador', que exigirá a apresentação de relatórios parciais, relatórios finais, fotos, relatos e produtos, diários de bordo, etc., comprobatórios da participação do estudante em cada tarefa. Para tal, é necessário que os projetos específicos a serem propostos contenham toda a sequência de etapas necessárias à sua realização, culminando no relatório final (vide Figura 10). É essa sequência de etapas que deverá ser observada para efeito de acompanhamento e avaliação via comprovação de participação.

Figura 10 - Diretrizes para Acompanhamento e Avaliação de Ações Curriculares de Extensão

DIRETRIZES PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CURRICULARES DE EXTENSÃO		
ETAPAS	ATIVIDADES NO PERÍODO-BASE	PRODUTOS
TRABALHO DE CONCEPÇÃO	1. PLANEJAMENTO:	1 – Registro de organização inicial; 2 – Elaboração de pré-projeto.
	<ul style="list-style-type: none"> Escolher um tema preliminar, público-alvo, aluno líder e professor 'monitor'; Identificar uma problemática preliminar por meio de hipóteses a ser confirmado por pesquisa; Elaborar um pré-projeto, contendo o cronograma de execução das demais atividades. 	
	2. CRIAÇÃO DE SALA NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	1 – Criação e organização de sala virtual no AVA; 2 – Organização de agenda de eventos de apoio.
	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as disciplinas de apoio, seus conteúdos e demais materiais necessários às atividades de preparação teórica e metodológica e compartilhá-los no AVA; Definir agenda de encontros síncronos com participação de docentes/especialistas convidados para ministrarem ou compartilharem experiências de extensão relacionados ao tema escolhido, por meio de: minicursos, salas de leitura direcionadas, seminários, palestras, etc., relacionados ao tema escolhido. 	
	3. PROBLEMATIZAÇÃO DEFINITIVA DO TEMA E DO PÚBLICO-ALVO, EXPRESSO EM TEXTO	1 – Elaboração de problema com base na literatura.
	4. ESTABELECIMENTO DE PARCERIA JUNTO À COMUNIDADE-ALVO	1 – Estabelecimento de parceria na comunidade.
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar e obter a crítica preliminar sobre a problemática identificada em torno do tema; Observar as condições e possibilidades de execução do projeto <i>in loco</i>; Inserir demais membros que possam ajudar a articular a ACE, colaborando para reunir membros e propor locais de encontro 	
	5. FORMULAÇÃO DO PROJETO DEFINITIVO	1 – Formulação do projeto.
	ATIVIDADES ENTRE O PERÍODO-BASE E PERÍODO DE OFERTA	
	1. REALIZAÇÃO DE PESQUISA NA COMUNIDADE PARA TESTAR HIPÓTESES SOBRE PROBLEMA FORMULADO	1 – Realização de pesquisa na comunidade
TRABALHO DE EXECUÇÃO	2. TABULAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	1 – Tabulação de dados
	3. DISCUSSÃO COLETIVA E IDENTIFICAÇÃO DE RESULTADOS DA PESQUISA	1 – Identificação de resultados preliminares
	4. VISITAS À COMUNIDADE PARA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA E PROPOSIÇÃO DO DEBATE	1 – Visita para apresentação de resultados e realização de debate na comunidade
	<ul style="list-style-type: none"> Obter o contraditório da comunidade sobre os resultados alcançados e aperfeiçoar o entendimento final sobre as relações causais envolvidas em seus problemas por meio de uma reflexão conjunta entre universidade e comunidade. 	1 – Escrita da introdução, com identificação do problema e objetivos; 2 – Descrição da sequência de atividades executadas; 3 – Análise de resultados finais; 4 – Elaboração de plano de ações e proposição de melhorias.
	5. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE EXTENSÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> Introdução, com identificação do problema da comunidade em torno do tema; Descrição das ações efetivas de comunicação na abordagem à comunidade, contendo sua reação e as dificuldades encontradas; Análise de resultados, contendo as reflexões produzidas com base na pesquisa e no debate com a comunidade, na forma de um diagnóstico sobre os problemas identificados e suas relações causais; 	
	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de um plano de ações específicas, com proposições de melhoria. 	

Fonte: Elaboração própria.

Cada projeto deve ser constituído do trabalho de concepção e do trabalho de execução (figura 11), e é em torno destas duas unidades que a construção de etapas deve ser realizada, conforme as diretrizes descritas abaixo. Além disso, o colegiado deverá formar uma comissão ou grupo de trabalho com o propósito de oferecer apoio no planejamento de tarefas e concepção de prazos desde o período-base da oferta (exemplo 1: se a primeira oferta encontra-se no segundo período, o período-base é o primeiro período; exemplo 2: se a oferta encontra-se em qualquer outro período, o período-base corresponde ao período seguinte à conclusão da última oferta), além de assessorar no seguimento dos protocolos de aprovação dos projetos e na consecução do apoio logístico da UFT. Esta comissão/grupo de trabalho deverá elaborar um caderno de procedimentos de rotina para organizar esse assessoramento.

O trabalho de concepção deve ser levado a cabo durante todo o período-base. Por isso, deve começar logo no seu início. É composto por um conjunto de tarefas que vão dando origem a diversos produtos (figura 11). Essa etapa de concepção é constituída por:

* Definições/escolha do aluno líder, professor 'coordenador', público-alvo, tema preliminar de extensão e hipótese preliminar que orienta a problematização do tema em torno do público-alvo de modo a justificar o projeto: para tal, deve ser estabelecido um prazo para planejamento logo ao início do período-base no qual professores e alunos compreendidos no período de oferta se reúnam para produzir, como produto desta etapa, um pré-projeto contendo todas as etapas

seguintes e respectivas definições de prazo;

- * Criação de ambiente no AVA devidamente organizado para compartilhamento de informações e realização de ações parciais relativas a atividades de preparação teórica e metodológica do projeto, envolvendo toda a equipe participante;

- * Definição das disciplinas que cederão conteúdos e materiais de apoio e criação de uma agenda de encontros síncronos e fóruns de discussão para dirigir leituras (cada encontro síncrono deve ser planejado de modo que sua organização e resultado constitua um produto gerado; portanto, há potencial de se gerar vários produtos aqui) e discuti-las no sentido de construir um entendimento comum e aprimorado sobre o desenvolvimento do projeto;

- * Problemática definitiva do tema e do público-alvo com base numa breve revisão de literatura, expresso em texto;

- * Estabelecimento de parcerias junto à comunidade-alvo por meio de representantes, de modo a: (i) apresentar e obter a primeira crítica sobre a problemática e aperfeiçoar o projeto; (ii) observar as condições e possibilidades de execução do projeto in loco; e (iii) inserir demais membros que possam ajudar a articular a ACE por meio da reunião do máximo de membros, escolha de locais de encontro e meios de comunicação.

- * Formulação do projeto definitivo, contendo introdução com identificação do tema de extensão, hipóteses sobre problematização da comunidade-alvo relativamente ao tema, devidamente embasadas em breve revisão de literatura, formulação das ações junto à comunidade e cronograma de execução.

A etapa de concepção deve resultar num projeto que contém toda a previsão de tarefas necessárias à realização da etapa posterior, de execução. O trabalho de execução deve ser levado a cabo entre o início do período imediatamente posterior ao período-base e o final do período de oferta. Também resulta em diversos produtos (figura 11). As diretrizes para elaboração de tarefas são:

1. visita à comunidade para realização da pesquisa de modo a testar as hipóteses sobre a problemática em torno do tema de extensão;

2. previsão de elaboração do relatório parcial, contendo resultados e conclusões da pesquisa, identificando as relações causais em torno do problema;

3. previsão de visitas para ações de comunicação junto à comunidade-alvo (presenciais e/ou remotas), no sentido de apresentar o entendimento construído pela universidade, via pesquisa, e permitir o embate com os saberes e práticas da própria comunidade e, com isso, produzir o debate de onde devem emergir novas reflexões que aprimorem o conhecimento das relações causais sobre os problemas comunitários tanto da parte universitária quanto da parte comunitária;

4. previsão de elaboração do relatório que finaliza o projeto de extensão, contendo: (i) introdução com identificação do problema da comunidade em torno do tema de extensão; (ii) resultado da pesquisa realizada junto à comunidade; (iii) descrição das ações efetivas de comunicação na abordagem à comunidade para apresentação das relações causais identificadas na pesquisa universitária, contendo a reação da comunidade e a produção, a partir dessa reação, de novas reflexões e novas compreensões sobre seus problemas; (iv) elaboração de um diagnóstico final sobre os problemas comunitários, agora, combinando conhecimento universitário e comunitário; (v) elaboração de um plano de ações com participação da comunidade, contendo propostas sobre como interromper os efeitos viciosos que causam seus

problemas no sentido de conduzi-la a uma trajetória de melhoria.

Portanto, cada Atividade Curricular de Extensão deve começar em inícios do período-base e terminar ao final do período de oferta. Por exemplo, no caso do 'Programas e Projetos I', ofertada no segundo período, todo o primeiro período (período-base) será dedicada ao trabalho de concepção, e todo o segundo período (período de oferta), ao trabalho de execução. Da mesma forma, no caso do 'Programas e Projetos II', ofertada no quarto período, todo o terceiro período (período-base) será dedicada à concepção do projeto, e todo o quarto período (período de oferta), à execução. Finalmente, no caso do 'Programas e Projetos III', do sétimo período, o quinto e/ou sexto períodos (período(s)-base) destina(m)-se à etapa de concepção, enquanto o sétimo período (período de oferta), à etapa de execução.

O acompanhamento e a avaliação devem considerar a participação efetiva do aluno em cada atividade (figura 11) e na sua consequente participação na geração de produtos. Dada a lista de produtos esperados na concepção e execução de cada projeto, o aluno participante deve, ao final, elaborar um relatório pessoal descrevendo toda a sequência de atividades do projeto, da concepção à execução, e seu modo de participação efetiva em cada atividade, atestando por meio de registros como assinatura de participação na organização de eventos, concepção de textos, nome em lista de presença em eventos (mini- cursos, palestras, seminários, etc. associados ao projeto), fotos com membros da comunidade, diários de bordo, etc. O aluno será aprovado caso tenha 70% ou mais de participação no total de atividades previstas na ACE.

3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares

Todas as disciplinas do PPC atualizado são integralmente equivalentes às do PPC vigente, conforme mostram as equivalências do módulo quantitativo. Inclusive, as disciplinas optativas.

A modificação relativamente ao PPC anterior diz respeito: (i) à redução da carga horária da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II de 240 horas para 120 horas; e (ii) à redução da carga horária das Atividades Complementares e Estágio Supervisionado - que compartilham carga horária em qualquer proporção - de 360 horas para 180 horas.

Essa carga horária reduzida desses componentes curriculares - 300 horas ao todo - foi deslocada para a Creditação da Extensão.

Equivalências Curriculares				
Período	Disciplina	Carga Horária	Equivalência	Aproveitamentos
1º Período				
1	Introdução à Economia	60hs	"Introdução à Economia"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Introdução ao Pensamento Econômico	60hs	"Introdução ao Pensamento Econômico"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.

1	Metodologia Científica	60hs	"Metodologia Científica"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Introdução às Ciências Sociais	60hs	"Introdução às Ciências Sociais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Cálculo Diferencial e Integral I	60hs	"Cálculo Diferencial e Integral I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2º Período				
2	Cálculo Diferencial e Integral II	60hs	"Cálculo Diferencial e Integral II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Instituições de Direito	60hs	"Instituições de Direito"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	História Econômica Geral	60hs	"História Econômica Geral"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Contabilidade Nacional	60hs	"Contabilidade Nacional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Introdução à Contabilidade	60hs	"Introdução à Contabilidade"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

3º Período				
3	Economia Política I	60hs	"Economia Política I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Economia Matemática	60hs	"Economia Matemática"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Teoria Microeconômica I	60hs	"Teoria Microeconômica I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Teoria Macroeconômica I	60hs	"Teoria Macroeconômica I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Pensamento Econômico Contemporâneo	60hs	"Pensamento Econômico Contemporâneo"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4º Período				
4	Introdução à Administração	60hs	"Introdução à Administração"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Teoria Microeconômica II	60hs	"Teoria Microeconômica II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Estatística	60hs	"Estatística"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

4	Economia Política II	60hs	"Economia Política II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Economia Brasileira I	60hs	"Economia Brasileira I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5° Período				
5	Teoria Macroeconômica II	60hs	"Teoria Macroeconômica II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Teoria Microeconômica III	60hs	"Teoria Microeconômica III"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Econometria I	60hs	"Econometria I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Economia Brasileira II	60hs	"Economia Brasileira II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Economia Monetária	60hs	"Economia Monetária"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6° Período				
6	Econometria II	60hs	"Econometria II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

6	Economia Brasileira Contemporânea	60hs	"Economia Brasileira Contemporânea"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Avaliação Financeira de Investimentos	60hs	"Avaliação Financeira de Investimentos"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Economia Regional e Urbana	60hs	"Economia Regional e Urbana"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Teoria Macroeconômica III	60hs	"Teoria Macroeconômica III"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7º Período				
7	Economia da Agricultura	60hs	"Economia da Agricultura"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Economia do Setor Público	60hs	"Economia do Setor Público"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Política e Planejamento Econômico	60hs	"Política e Planejamento Econômico"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	60hs	"Elaboração e Análise de Projetos Econômicos"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Trabalho de Conclusão	60hs	"Trabalho de Conclusão"	Integral: Carga horária

	de Curso I		de Curso I"	e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
8º Período				
8	Economia Internacional	60hs	"Economia Internacional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
8	Desenvolvimento Socioeconômico	60hs	"Desenvolvimento Sócio-Econômico"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina totalmente equivalentes.
8	Trabalho de Conclusão de Curso II	120hs	"Trabalho de Conclusão de Curso II"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.

3.8 - Migração curricular

Como esta atualização de PPC consistiu, meramente, da inserção de carga horária de extensão na nova matriz a partir de parte das cargas horárias dos componentes 'Trabalho de Conclusão de Curso II' e 'Atividades Complementares', não haverá migração curricular.

3.9 - Metodologia

Uma dificuldade importante que o curso de economia da UFT se depara em seu processo de ensino-aprendizagem diz respeito à aparente contradição entre, por um lado, o modo como a experiência imediata de mundo se apresenta aos estudantes - limitada, parcial, de compreensão imediata e sem mediações, quase intuitivas -, e por outro, o modo como são construídos os sistemas teóricos tratados ao longo do curso - complexos, universais, e portanto, abstratos e aparentemente distantes da intuição e da experiência dos estudantes.

Esta aparente distância entre teoria e prática decorre dos sistemas teóricos terem como elemento fundador os conceitos – que são categorias destacadas da realidade que, dependendo da abordagem teórica, têm por ponto de partida, ou a formulação de premissas abstratas sobre o comportamento humano, definidoras de certa racionalidade, ou premissas oriundas de contextos históricos determinados (definidos pelo espaço, tempo e circunstância).

Ocorre que quanto mais o estudante acreditar que a prática econômica concreta do

profissional em economia guarda pouca relação com os conteúdos do curso, menos ele estará compreendendo o processo de formação em economia e sua função social, e conseqüentemente, menos motivado ele estará para dedicar a atenção necessária à assimilação desses mesmos conteúdos ao longo das diferentes etapas do processo de formação.

Em particular, identificamos que os conteúdos ministrados não têm sido acompanhados por uma adequada problematização “científica”, de modo a mostrar aos estudantes como os diferentes níveis de realidade se cruzam através dos sistemas teóricos, e portanto, como a compreensão de realidades concretas, inclusive locais e regionais, exige, tanto a consideração de determinantes gerais - uma vez que carregam certa lógica de funcionamento que se identifica, exatamente, no arcabouço teórico oferecido no curso -, quanto determinantes específicos, particulares a essa realidade.

Um processo de ensino-aprendizagem que articule, efetivamente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão como partes complementares de uma estratégia de abordagem crítica aos conteúdos teóricos do Curso traz o potencial de elevar a motivação para aquilo que é ponto de partida essencial ao bom aproveitamento desses conteúdos: a leitura diligente. Suscitar estas circunstâncias exige, mais que um Projeto Político bem formulado, um ambiente acadêmico que forneça estímulos e motivações a todos os agentes que participam do processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, julgamos que o aperfeiçoamento do convívio entre os agentes pode contribuir na formação de uma consciência coletiva a respeito das dificuldades envolvidas, suscitando maior clareza sobre o sentido do esforço a ser realizado. Compreender a trajetória do aluno, também, pode ser frutífero por permitir arbitrar a melhor abordagem para proposição de caminhos a seguir para cada um.

No sentido de ampliar as interações entre os agentes do processo de ensino-aprendizagem de modo a iniciar uma mudança cultural em direção a um ambiente acadêmico mais virtuoso, encaminhamos as seguintes ações a serem implementadas como rotina administrativa do Curso:

Elaborar estatísticas contínuas, individuais e coletivas, sobre desempenho e aproveitamento discente, de modo a analisar e intervir em trajetórias de ensino-aprendizagem; e implementar uma rotina de reuniões para discutir essas questões com os alunos:

O objetivo é:

- * Identificar as áreas de conhecimento em que o aluno se desenvolve melhor/pior;

- * Permitir abordar o aluno sobre seu grau de dedicação, pretensões e razões de suas dificuldades;

- * Identificar o melhor apoio a oferecer ao aluno.

Realizar reuniões pedagógicas docentes regulares para apresentação de resultados do aproveitamento de conteúdos por disciplina e promover o debate sobre estratégias de condução de sala de aula, métodos de avaliação e dificuldades, a partir do relato de experiência dos docentes:

O objetivo é:

- * Submeter as experiências de sala de aula à discussão;

- * Compartilhar e analisar, conjuntamente, os problemas de sala de aula;
- * Encontrar proposições de melhoria.

3.9.1 - Inovação Pedagógica

Conforme já apontado, o grande desafio que o Curso enfrenta diz respeito à aparente contradição entre, por um lado, o modo como a experiência imediata de mundo se apresenta aos estudantes - limitada, parcial, de compreensão imediata e sem mediações, quase intuitivas -, e por outro, o modo como são construídos os sistemas teóricos tratados ao longo do curso - complexos, universais, e portanto, abstratos e aparentemente distantes da intuição e da experiência dos estudantes.

Esta circunstância parece reduzir a disposição do aluno para enfrentar as leituras que o aproveitamento dos conteúdos exige. Ele parece acreditar que a prática concreta do profissional em economia está distante dos conteúdos do Curso, densos em teoria, e a sua motivação para dedicar a atenção necessária à assimilação desses conteúdos, ao longo das diferentes etapas do processo de formação, fica prejudicada.

Ocorre que a realidade econômica não é diretamente observável pela experiência e vivência imediata, pois, estas são limitadas no tempo e no espaço, e no máximo permitem formar impressões pessoais. Compreender a realidade econômica - sua evolução e relações causais - exige a síntese das percepções de muitos homens e mulheres que observaram fenômenos econômicos em diferentes momentos históricos e em lugares distintos. São estas observações que permitem identificar conceitos abstratos e as formas como se relacionam na formação de sistemas teóricos - conforme podem ser apreendidos a partir das obras clássicas. A observação consciente se realiza, portanto, a partir da compreensão dos conceitos e relações que circunscrevem o fenômeno real. É isso que deriva a identificação de problemas, suas respectivas hipóteses e as pesquisas que se desenvolvem como seus desdobramentos.

Somente quando a pesquisa - realizada a partir de uma problemática que deriva do arcabouço de conhecimento prévio - permite colocar em perspectiva a realidade, é que começam a surgir os nexos e as contradições entre teoria e prática: a elevação da consciência sobre as relações entre teoria e realidade suscita o questionamento científico, o desejo pela reflexão, pela leitura e pela proposição de atividades de extensão. É quando todo o tripé da formação universitária conforma o dinamismo do conhecimento. Entretanto, alcançar este dinamismo não é tarefa trivial.

Para suscitar o dinamismo do conhecimento, o Curso está presente em quase todos os programas acadêmicos disponíveis na Universidade Federal do Tocantins, nomeadamente, Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), Programa de Ensino Tutorial (PET), e Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), que no conjunto procuram assessorar o aluno no aproveitamento dos conteúdos do Curso por meio da monitoria, e estimular sua participação em projetos de pesquisa e extensão.

A plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins é uma ferramenta de grande valor para a organização de todas as atividades anteriormente mencionadas, incluindo ensino, pesquisa e extensão. Além de se constituir num espaço de comunicação dotado de recursos variados, permite compartilhar material e manter fóruns de discussão para que se possa, assincronamente, levantar questionamentos, colocar dúvidas, proposições, dicas de leituras complementares, etc.

3.9.2 - Formação e Capacitação Permanente

A Universidade Federal do Tocantins conta com o Programa de Formação Docente Continuada (Profor), que tem o propósito de assessorar os docentes com formação e capacitação permanente com vistas à incorporação de metodologias de ensino e elementos tecnológicos.

3.10 - Estágio Curricular Supervisionado

O 'Estágio Curricular Supervisionado' faz parte dos conteúdos teórico-práticos (vide **Figura 11**), não sendo, contudo, atividade obrigatória. Mesmo assim, deve ser supervisionado pela instituição de modo a garantir que seja, de fato, uma extensão do aprendizado do aluno relacionado ao curso.

Sua função é permitir, através da experiência prática, que o aluno faça a relação entre o conteúdo genérico e abrangente que aprende na academia e a atividade que exerce como estagiário. É para que esta relação fique bem compreendida, e para evitar uma eventual especialização do aluno antes de obter um conhecimento mais amplo em sala de aula, que, por um lado, o estágio deve ser supervisionado, e por outro, se recomenda a autorização do estágio apenas após o segundo ano do curso (CADERNOS ANGE 2010, p. 24).

Outro sentido para que o estágio seja 'supervisionado' pela instituição decorre do zelo para que cumpra sua função pedagógica, para o qual deve ter seus resultados verificados, interpretados e avaliados, de modo que o próprio aluno reconheça naquela atividade uma experiência válida para a sua formação. Portanto, a instituição deve assegurar ao aluno orientação teórico-prática (Ibid.). Não se deve, conforme posição pacífica tanto nas instâncias acadêmicas (ANGE, ANPEC e SEP) quanto nas de regulamentação da profissão (COFECON e FENECON), confundir a atividade de Estágio com prestação de serviço. Deve ser uma extensão da atividade acadêmica, um prolongamento do processo de aprendizagem (Ibid.).

As cargas horárias somadas e combinadas entre 'Estágio Curricular Supervisionado' e 'Atividades Complementares' contam com 180 horas para efeito de cumprimento do currículo do Curso (figura 4).

3.11 - Atividades complementares

As 'Atividades Complementares' fazem parte dos conteúdos teórico-práticos (vide **Figura 11**). Contemplam a formação extraclasse do aluno por meio de atividades que se tornam componente curricular obrigatório, visando estimular práticas de estudo independentes, de acordo com o interesse acadêmico ou profissional do formando.

De acordo com 'Caderno ANGES 2010', com o objetivo de enriquecer a formação, estas atividades podem ou não estar diretamente ligadas aos conteúdos curriculares obrigatórios da instituição. Por isso, devem ser previamente pensadas e estruturadas, e explicitadas no Projeto Pedagógico do Curso como componente curricular que complementa a carga horária de formação. Ou seja, o Projeto Pedagógico deve prever quais atividades complementares poderão fazer parte da formação do aluno, sua carga horária, suas características e suas formas de avaliação, para que sejam convalidadas (CADERNO ANGES 2010, p. 23).

Os cursos e disciplinas integrantes das Atividades Complementares apenas podem ser aceitos desde que estejam devidamente reconhecidos e as instituições que os oferecem, devidamente credenciadas, para resguardar o aproveitamento de estudos em que o aluno tenha sido aprovado (Ibid., p. 24). As 'Atividades Complementares' são compostas pelos itens da Figura 11, que apresenta as formas de aproveitamento.

Figura 11 - Aproveitamento de Atividades Complementares

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA MÁXIMA POR ATIVIDADE	REQUISITOS COMPROBATÓRIOS
Ensino			
Cursos de extensão, especialização e difusão cultural	101	30 horas / 2 créditos	Certificado
Minicursos, oficinas e atividades laboratoriais extradisciplinares	102	15 horas / 1 crédito	Certificado
Curso de capacitação profissional	103	30 horas / 2 créditos	Certificado
Capacitação tecnológica (curso de informática e afins)	104	15 horas / 1 crédito	Certificado
Curso de língua estrangeira	105	15 horas / 1 crédito	Certificado
Monitoria acadêmica	106	30 horas / 2 créditos	Declaração
Pesquisa			
Ouvinte em seminários, aulas inaugurais, semanas acadêmicas, simpósios, congressos, colóquios, encontros e outros eventos em âmbito local, regional, nacional ou internacional	201	15 horas / 1 crédito	Atestado de participação ou certificado
Iniciação científica	202	60 horas / 4 créditos	Certificado da Propeq
Projeto de pesquisa integrado (graduação e pós ou pesquisa e extensão)	203	30 horas / 2 créditos	Declaração do coordenador do projeto
Grupo e/ou núcleo de pesquisa	204	15 horas / 1 crédito	Declaração do coordenador do núcleo
Trabalhos científicos publicados em periódicos acadêmico-científicos	205	30 horas / 2 créditos	Comprovante do aceite
Publicação na íntegra ou resumo em anais de eventos científicos	206	15 horas / 1 crédito	Trabalho publicado
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	207	15 horas / 1 crédito	Certificado
Extensão			
Participação em projetos de extensão	301	30 horas / 2 créditos	Declaração / certificado de participação
Participação em atividades de apoio acadêmico e eventos do curso	302	30 horas / 2 créditos	Declaração de participação
Participação voluntária em ações sociais e comunitárias	303	30 horas / 2 créditos	Declaração do coordenador do projeto ou ação
Audiência em filmes, peças de teatro, shows, concertos e espetáculos relacionados com a área de atuação	304	15 horas / 1 crédito	Comprovante de participação
Participação como palestrante em seminários, fóruns, conferências e simpósios à comunidade	305	15 horas / 1 crédito	Atestado de participação
Representação discente em órgãos colegiados universitários	306	15 horas / 1 crédito	Ata da eleição
Visitas técnicas e dia de campo	307	15 horas / 1 crédito	Relatório de visita assinado pelo docente responsável
Visita a feiras e afins	308	15 horas / 1 crédito	Relatório de visita e comprovante de participação
Estágios extracurriculares	309	30 horas / 2 créditos	Declaração da empresa
Representação discente em CA, DCE, UNE e UEE	310	15 horas / 1 crédito	Ata de eleição
Organização e/ou execução de minicursos	311	15 horas / 1 crédito	Atestado de realização

Fonte: Elaboração própria..

As cargas horárias somadas e combinadas entre 'Atividades Complementares' e 'Estágio Supervisionado' contam com 180 horas para efeito de cumprimento do currículo do Curso (vide figura 4). As 'Atividades Complementares' devem ser comprovadas por certificado que descreva a atividade de que o aluno participou e a respectiva carga horária, com a assinatura do promotor responsável.

3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

De acordo com o 'Cadernos ANGE 2010', a necessidade e a importância do 'Trabalho de Conclusão de Curso' é consenso entre os economistas e coordenadores de cursos de economia. É uma atividade essencial, não só para economistas que pretendem discutir questões acadêmicas, mas, também para aqueles que procuram entender questões relacionadas ao mundo do trabalho prático. Possibilita ao aluno relacionar as questões práticas ao aprendizado adquirido ao longo do curso, elevando sua capacidade analítica – fundamental para a sua atuação profissional.

O 'Trabalho de Conclusão de Curso' deve culminar no desenvolvimento individual de uma monografia, que possui as seguintes características:

- * Ser orientado por um professor orientador;

* Obedecer às normas técnicas vigentes e assumir o formato de monografia com possibilidade de ser convertida em artigo publicável;

* De preferência, versar sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e metodologias relativas aos paradigmas teóricos estudados no Curso, e em dados primários/secundários facilmente acessíveis.

O componente 'Trabalho de Conclusão de Curso' é parte dos conteúdos 'Teórico-Práticos' (figura 4) e ocupa 240 horas. Encontra-se regimentado em documento próprio, nos anexos deste PPC, e suas normas técnicas constam do 'Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins'.

O grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso' deve culminar na realização de uma monografia como seu produto final, que é parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas. A monografia deve ser depositada em formato digital - CD-ROM - como parte do acervo da biblioteca da UFT, devidamente registrada com ficha catalográfica e disponibilizada para livre consulta.

O grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso' inclui as seguintes disciplinas:

(1) 'Metodologia Científica' (60 horas) - destinada a tratar da filosofia da ciência aplicada aos diferentes paradigmas estudados no Curso e as formas como os respectivos métodos são utilizados para problematizar a realidade e desenvolver pesquisas.

Seu propósito é apoiar, além do 'Trabalho de Conclusão de Curso I' e 'Trabalho de Conclusão de Curso II', o desenvolvimento de quaisquer atividades acadêmicas associadas a pesquisa e extensão em que o aluno venha a se envolver desde sua entrada no curso - 'Programa de Iniciação Científica' (PIBIC/PIVIC), 'Programa de Iniciação à Extensão' (PIBEX/PIVEX), 'Programa de Educação Tutorial' (PET) e Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), por exemplo.

(2) 'Trabalho de Conclusão de Curso I' (TCC I) (60 horas) - destina-se ao estudo das técnicas de pesquisa em economia e à concepção do projeto de pesquisa da monografia, a ser executada na disciplina de 'Trabalho de Conclusão de Curso II' (TCC II), envolvendo: o professor da disciplina; o professor orientador; e o aluno.

O professor da disciplina de TCC I deverá auxiliar o aluno na parte dos procedimentos técnicos e formais associados a normas e estrutura do projeto, de acordo com o 'Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins' (em anexo), e zelar pelo cumprimento das etapas de concepção do projeto. Deverá apresentar ao colegiado a relação de alunos orientandos, temas propostos e respectivos professores orientadores (até a sexta semana de aula), conforme regimento do grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso', em anexo.

O aluno deverá, logo ao início do período (até a terceira semana de aula), escolher o tema da pesquisa e encontrar um professor orientador (até a quinta semana de aula) com quem tenha afinidades teórico-metodológicas para associar-se na concepção do projeto, conforme regimento do grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso', em anexo.

O projeto de pesquisa proposto pelo professor orientador e pelo aluno deverá estar associado a uma das linhas de pesquisa/extensão do curso.

O trabalho de orientação de TCC I consiste de (ver regimento do grupo 'Trabalho de Conclusão

de Curso'):

- * discussão do tema para observar sua viabilidade;
- * orientação de leituras preliminares;
- * delimitação do objeto;
- * problematização e identificação da questão que orienta a pesquisa conforme a abordagem teórica escolhida;
- * elaboração da justificativa;
- * definição de objetivos;
- * definição da bibliografia pertinente para fichamento e revisão de literatura;
- * definição da metodologia a ser adotada, de acordo com: (a) a perspectiva teórica escolhida (que inspira a problematização e o modo de formulação da questão a ser perseguida pela pesquisa); (b) a revisão de literatura; e (c) as características específicas do objeto de investigação - seu entorno espacial e temporal.

Ao final da disciplina de TCC I, espera-se que o aluno tenha um projeto de pesquisa bem definido, que deverá encaminhar ao professor orientador para que seja submetido ao professor da disciplina para avaliação e considerações.

A avaliação será realizada em duas partes: (i) uma proporção da nota é atribuída pelo professor da disciplina (60%); e (ii) outra proporção é atribuída pelo professor orientador (40%).

A avaliação do professor de TCC I deve considerar os seguintes itens:

- * zelo do aluno na execução do plano de trabalho conforme cronograma;
- * atendimento às normas formais de elaboração de trabalho científico; e
- * frequência do aluno nos encontros propostos pelo professor;

A avaliação do orientador deve considerar os seguintes itens:

- * pertinência da forma como o tema foi problematizado, conforme a perspectiva teórica adotada e a literatura disponível;
- * estratégia na formulação do objetivo geral, cuja persecução oriente, efetivamente, o trabalho em direção à discussão da questão colocada na problematização;
- * estratégia na formulação dos objetivos específicos, cuja persecução oriente o trabalho em direção ao alcance do objetivo geral;
- * pertinência da metodologia, no sentido de permitir o alcance dos objetivos específicos.

(3) 'Trabalho de Conclusão de Curso II' (TCC II) (120 horas) – destina-se à execução do trabalho de pesquisa conforme projeto concebido na disciplina de TCC I.

A execução deve ser realizada pelo aluno, sob orientação do professor orientador, de modo a

alcançar os objetivos propostos no projeto e produzir um relatório de pesquisa como produto final da disciplina.

Ao final, o trabalho é submetido a uma banca avaliadora composta por três professores associados à linha de pesquisa a que pertence o trabalho.

A organização da banca deverá ser realizada pelo prof. orientador junto com a coordenação do curso, que devem publicizar o evento nos canais disponíveis (ver regimento do grupo 'Trabalho de Conclusão do Curso', em anexo);

A avaliação da banca deve considerar os seguintes itens:

- * pertinência da forma como o tema foi problematizado, conforme a perspectiva teórica adotada e a literatura disponível;

- * estratégia na formulação do objetivo geral, cuja persecução tenha orientado, efetivamente, o trabalho em direção à discussão da questão colocada na problematização;

- * estratégia na formulação dos objetivos específicos, cuja persecução tenha orientado, efetivamente, o trabalho em direção ao alcance do objetivo geral;

- * pertinência da metodologia, no sentido de ter permitido o alcance dos objetivos específicos;

- * execução da pesquisa a partir do ferramental teórico-metodológico e capacidade de discutir resultados e obter conclusões.

3.13 - Internacionalização

Segundo o PDI (2021-2025), a globalização vem impondo reformas aceleradas na educação superior que visam possibilitar a internacionalização das universidades por meio do ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, em um mundo no qual a ciência não tem fronteiras, as universidades brasileiras, em especial as federais, devem dialogar e interagir com suas congêneres em todos os países.

Dessa forma, as instituições devem se adequar às novas demandas e aos novos papéis em contextos globais advindos da sociedade do conhecimento. É necessário formar, estrategicamente, mão de obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e com padrões apropriados de sustentabilidade para este novo ciclo de crescimento e desenvolvimento que se expressa atualmente no país e no mundo.

Assim, torna-se importante inserir a universidade no âmbito internacional, com propostas metodológicas, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e discentes, aceite de alunos estrangeiros na instituição, oferta de disciplina em língua estrangeira, e outras ações de internacionalização.

Nesse sentido, o Curso de Ciências Econômicas se insere nos estímulos à mobilidade acadêmica interna, externa e a internacional, de modo a contribuir para a construção das competências expressas no Programa de Formação do aluno e do fortalecimento da perspectiva de construção do conhecimento em rede.

3.14 - Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.15 - Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica, sendo que a inserção curricular das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFT tem como objetivos:

I - ampliar e consolidar o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes;

II - aproximar e relacionar conhecimentos populares e científicos, por meio de ações acadêmicas que articulem a Universidade com os modos de vida das comunidades e

grupos sociais;

III - estimular a formação em extensão no processo educativo e formação cidadã dos estudantes, proporcionando desenvolvimento profissional integral, interprofissional e

interdisciplinar, alinhado às necessidades da sociedade;

IV - fortalecer a política de responsabilidade social da Universidade preconizado no PDI.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação. Cabe às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão propor programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão.

3.16 - Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia Legal, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

- I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);
- II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação Stricto Sensu;
- III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;
- V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);
- VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- VII. Tradução de artigos;

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de

3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, busca-se atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

- * Acessibilidade: “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei nº 13.146/2015 – Art. 3º, inciso I).

- * Acessibilidade atitudinal: ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

- * Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

- * Acessibilidade digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

- * Acessibilidade Instrumental: ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

- * Acessibilidade metodológica: ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), dentre outras.

3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Em 2003, quando do início de suas atividades, a UFT herdou a maior parte da estrutura física e administrativa da Universidade do Tocantins (Unitins). Como houve uma transformação significativa de personalidade jurídica e cultura institucional, as inúmeras dificuldades observadas nos primeiros anos de adaptação a um novo contexto foram inevitáveis. Com a realização dos primeiros concursos, seja para docentes, seja para técnicos administrativos, a UFT foi gradualmente promovendo sua expansão, ao mesmo tempo em que construía e amadurecia seus processos internos.

Nos últimos anos, é perceptível o avanço no alinhamento entre os processos de avaliação e de gestão. Para além do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), a criação e implementação de sistemas informatizados em setores-chave da gestão administrativa e acadêmica, tais como o processo de matrícula em disciplinas, reserva de veículos e espaços para aulas e eventos, gerenciamento de projetos, o cadastro unificado de bolsas e auxílios (CUBO), além do sistema de gestão Naus, responsável por monitorar o desenvolvimento das ações do PDI, segundo as unidades gestoras da UFT.

Neste contexto, destacam-se os trabalhos dos setores de Auditoria Interna – no sentido de controlar e fiscalizar o adequado cumprimento dos fluxos e procedimentos – e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – com vistas a evidenciar os resultados dos processos de avaliação interna, a fim de possibilitar a adoção de ações comprometidas com a melhoria institucional.

No que tange ao trabalho da CPA, os resultados das avaliações internas são encaminhados à gestão superior via relatórios periódicos, cujo principal documento é o Relatório de Avaliação Institucional, produzido anualmente. Estes relatórios são compartilhados com a comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos), a fim de divulgar não apenas o modo como a UFT é avaliada, mas de que forma avançar nos eixos e dimensões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os mencionados sistemas, em constante desenvolvimento, revelam não apenas o esforço da gestão em atender às demandas apontadas pelo processo de avaliação interna, mas também das necessidades da própria sociedade.

Assim, para que a evolução institucional seja permanente, faz-se mister estimular a observação crítica, a vivência, o permanente debate, a soma de experiências e a diversidade de ideias e atores, na perspectiva de que a universidade (trans)forma e é (trans)formada.

3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem

A plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Tocantins é uma ferramenta de grande valor para a organização dos programas formativos de ensino, pesquisa, extensão e monitoria por meio do Projeto de Inovação Pedagógica do Curso. Além de se constituir num espaço de comunicação dotado de recursos variados, permite compartilhar material e manter fóruns de discussão para, assincronamente, apresentar-se dúvidas de questões de leitura, modos de se compreender questões de leitura, sugestões de bibliografia, etc.

Apesar do Curso ter caráter presencial, o AVA permite orientar estudos, realizar encontros virtuais síncronos (quando se entende que são pertinentes) postar atividades assíncronas e todo tipo material que provoque o pensamento e a reflexão e suscite discussões nos fóruns virtuais e/ou em sala de aula. A possibilidade de intensificar a interação e os questionamentos

pode estimular a leitura diligente e o desejo de aprender.

3.20 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

O aproveitamento do sistema de ensino- aprendizagem assume duas dimensões estreitamente relacionadas: (i) a primeira diz respeito à intensidade de uso da estrutura colocada à disposição dos agentes que compõem o processo de ensino- aprendizagem, em particular, à frequência com que participam das atividades obrigatórias de formação e ao zelo com que cumprem suas exigências – como a participação em sala de aula, leitura do material bibliográfico e realização dos trabalhos de treinamento -, mas também à participação nos programas institucionais; e (ii) a segunda está relacionada à aprendizagem efetiva.

Embora usufruir da estrutura disponível seja aproveitar o processo de ensino-aprendizagem, o grau desse usufruto não fica registrado na avaliação discente. Nesta avaliação consta, praticamente, apenas o coeficiente de rendimento presente no Histórico Escolar do aluno – único indicador de aprendizagem efetiva. Por isso, julgamos importante acompanhar o uso da estrutura de atividades à disposição, pois, permite compreender suas conexões com a aprendizagem efetiva.

A avaliação obtida meramente pela via dos indicadores disponíveis de frequência nas atividades e conhecimento adquirido (notas) é uma ‘avaliação focada no resultado’. Apesar de essencial, este tipo de avaliação, deixada só, apenas oferece os efeitos do modo de condução de todo o complexo sistema que embasa o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, deve ser complementada por outra.

Uma vez que o processo de ensino- aprendizagem é determinado, por um lado, pelos fundamentos estruturais associados ao cumprimento dos objetivos do Curso e à formação do egresso conforme perfil desejado, e por outro, pelo modo concreto como esse processo é conduzido pelos agentes que lhe dá vida, então, além da ‘avaliação focada no resultado’, a avaliação deve ser capaz, também, de registrar e qualificar os próprios detalhes do processo em si mesmos, de modo a estabelecer e compreender os elos que o relaciona a seus respectivos resultados. É o que chamamos ‘avaliação focada no processo’.

Construir instrumentos de avaliação capazes de mensurar e qualificar o aproveitamento do Projeto Pedagógico do Curso a partir da identificação dos elos que relacionam processos de ensino- aprendizagem e seus resultados é produzir conhecimentos fundamentais sobre as relações subjacentes aos erros e acertos em sua condução para que, dinamicamente, se possa elaborar propostas de melhoria futuras.

3.20.1 - Avaliação focada no resultado

É a avaliação do aproveitamento do processo de ensino- aprendizagem: (i) por um lado, utiliza mecanismos que permitem aferir o grau de usufruto da estrutura colocada à disposição dos agentes que compõem o processo de ensino-aprendizagem, por meio da frequência em sala de aula e participação em programas acadêmicos; e (ii) por outro lado, utiliza mecanismos que permitem aferir a aprendizagem efetiva através dos resultados de avaliação.

1. Avaliação da intensidade de uso da estrutura à disposição dos agentes do processo de ensino-aprendizagem

* Levantar indicadores de participação/frequência em atividades acadêmicas e institucionais à disposição do processo de formação.

2. Avaliação da aprendizagem efetiva

* Levantar estatísticas contínuas sobre desempenho discente, segundo o Histórico Escolar, por área teórica do curso;

* Aplicar, em momentos estratégicos do Curso, provas de avaliação geral por grande área teórica do curso;

* Produzir estatísticas periódicas sobre perfil do egresso.

3.20.2 - Avaliação focada no processo

Consiste na observação do modo concreto como é operado o sistema que embasa o processo de ensino-aprendizagem. Por um lado, envolve observar se o aluno compreende as relações entre atividades de sala de aula - por meio da execução do conteúdo programático -, ementa e objetivos das disciplinas cursadas. Por outro lado, envolve qualificar como os agentes do processo de ensino-aprendizagem interagem e se relacionam no planejamento e execução de suas atividades.

Valores relacionados a esforço, dedicação e tenacidade na condução das atividades acadêmicas – necessários à produção de resultados - são fundamentais para levar o Curso a um bom termo. Para cultivar esses valores, julgamos necessário construir, em cada agente envolvido, a convicção de que as ciências econômicas ajudam a pensar, de forma muito relevante e em vários níveis, o mundo e suas relações econômicas, contribuindo para influenciar o modo como a sociedade se orienta. Para tal, é necessário um ambiente acadêmico que forneça os estímulos corretos.

Isto porque não está claro que estas convicções e os valores a elas associados sejam produzidos por cada agente isoladamente. São produzidos mais eficazmente por meio da interação, da sujeição à crítica, e da construção de sinergias motivadoras a partir da troca de experiências e conhecimentos. Por isso, consideramos muito importante, para promover a clareza e o empenho necessários à condução das atividades do curso, a realização de maior número de eventos, que reúnam mais vezes os agentes do processo de ensino-aprendizagem em torno de discussões de natureza pedagógica e científica no nível da graduação.

As ações são, em primeiro lugar, propositivas, para em seguida se tornarem avaliativas. No que diz respeito a este quesito, as ações de avaliação são formuladas mais no sentido de observar a frequência e a intensidade de participação nos eventos propostos que avaliar seus conteúdos.

Compõem as ações de avaliação focada no processo:

1. Aplicar questionários, ao término de cada disciplina, para apurar o grau de consciência dos alunos sobre a função da disciplina na formação;

2. Desenvolver e avaliar rotinas de reuniões pedagógicas com alunos, coletivas e individuais, de modo a identificar elementos que contribuam para qualificar as relações entre professor e aluno no sentido de afetar positivamente sua trajetória acadêmica;

3. Desenvolver e avaliar rotinas de reuniões pedagógicas entre professores, para identificar

elementos que contribuam para qualificar suas relações no sentido de afetar positivamente interdisciplinaridades e transdisciplinaridades bem como problemas de aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem e avaliação;

4. Desenvolver e avaliar ciclos internos de apresentação de projetos/trabalhos de pesquisa e extensão - para identificar elementos que contribuam para qualificar as relações sinérgicas entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação.

4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL

4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Econômicas constitui-se de acordo com a Resolução N. 01 de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), com a missão de: (i) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso; (ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; (iii) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação, das exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso; e (iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

De acordo com o Art. 3 dessa Resolução, o NDE deve ser constituído por no mínimo 5 docentes incluído o coordenador do curso e no máximo 45% de docentes do colegiado; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; e assegurar estratégia de renovação parcial de seus integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado pelos oito membros do corpo docente nomeados abaixo:

- * Aline de Oliveira Nasche;
- * Alivínio de Almeida;
- * Fernando Jorge Fonseca Neves;
- * Fernando Sérgio de Toledo Fonseca;
- * Gisele Barbosa de Paiva;
- * Keile Beraldo;
- * Marcleiton Ribeiro Moraes; e
- * Marcos Antônio Dozza.

4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores

Os docentes do grupo de conteúdos teórico-quantitativos (teoria microeconômica e teoria macroeconômica), que constitui um dos principais eixos teóricos do Curso, são responsáveis pela abordagem que considera o estado geral de coisas, nas várias dimensões em que os fenômenos econômicos se manifestam, como resultado, tanto do comportamento específico do indivíduo - do grau de racionalidade envolvido nas suas decisões - e das informações que dispõe em função do nível de desenvolvimento das instituições que integram a sociedade, quanto do papel do Estado na economia, de sua maior ou menor intervenção e da forma como esta intervenção afeta os sinais informativos que orientam a ação racional dos indivíduos (vide Figura 12).

Estes docentes são apoiados pelos do grupo dos conteúdos instrumentais-quantitativos, que são responsáveis pela parte da matemática, estatística e econometria, base para operar os conceitos teórico-quantitativos, realizar observações, pesquisa e deduzir conclusões.

Os docentes do grupo de conteúdos teóricos de base histórica (introdução ao pensamento econômico, economia política e pensamento econômico contemporâneo), que constitui o outro dos principais eixos teóricos do Curso, são responsáveis pela abordagem que considera o estado geral de coisas, nas várias dimensões em que os fenômenos econômicos se manifestam, como resultado do conflito entre as várias classes de interesses que se contrapõem ao se estabelecer relações econômicas na sociedade (figura 7).

Estes docentes são apoiados pelos do grupo de conteúdos historiográficos, como história econômica geral, que estuda a origem e o desenvolvimento das economias capitalistas e oferece os fundamentos empíricos - com base nos exemplos dos principais países hegemônicos - à compreensão dos conceitos teóricos necessários à compreensão do dinamismo geral das economias capitalistas.

Mas importa compreender, com rigor, a economia brasileira. As disciplinas de economia brasileira repartem tanto as funções dos conteúdos teóricos de base histórica quanto os historiográficos, aplicados à realidade brasileira. Servem-se da história econômica geral e da economia política para compreender desde a formação econômica do Brasil até a economia brasileira contemporânea. Mas servem-se, também (dependendo da abordagem utilizada), dos conteúdos teórico-quantitativos.

Finalmente, os professores que ministram os conteúdos teóricos aplicados servem-se destes dois eixos teóricos primários (Figura 7). Dado o grau de integração das economias capitalistas, as instâncias local e regional não escapam às influências das economias nacional e internacional. Questões relativas a moeda, relações econômicas internacionais (exportação e importação de mercadorias e de capitais) e capacidade de investimento do Governo (setor público) afetam tanto o lado real quanto o monetário da economia, impactando preços como a taxa de juros e a taxa de câmbio - que têm efeitos sobre todo o território nacional - e, por essa via, afetam o custo geral do investimento necessário à exploração de potencialidades econômicas locais e regionais, influenciando a capacidade de promover o desenvolvimento econômico nesses níveis.

É neste sentido que o corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares. O Curso enseja um egresso, bacharel em economia, dotado de uma sólida formação nas várias vertentes teóricas do curso, um profissional capaz de compreender e problematizar questões de sua área de atuação profissional, elaborar planos de pesquisa, utilizar técnicas qualitativas e quantitativas – baseadas na identificação de conceitos históricos e/ou lógico-quantitativos – pertinentes à obtenção de respostas diante de questões levantadas e elaborar relatórios com

propostas de solução com base no método e na argumentação lógica.

Para alcançar este intento, o corpo docente conta com 23 professores, dos quais 65% são doutores. Entre os mestres, 37,5% (trinta e sete e meio por cento) estão em fase final de doutoramento, o que fará a importância de doutores elevar-se para 78% (setenta e oito por cento) num prazo relativamente curto. Por outro lado, 87% (oitenta e sete por cento) do corpo docente encontra-se sob regime de trabalho em Dedicação Exclusiva (DE). Por isso, o Curso tem recurso humano adequado para seguir sua estratégia de ensino-aprendizagem conforme objetivos da formação.

Além disso, a maioria do corpo docente dispõe de gabinete no bloco II, compartilhando as salas 22, 23, 24 e 25, onde realizam atendimento de alunos tanto para complementação de ensino quanto para atividades de pesquisa e extensão. Grande parte do corpo docente do Curso carrega uma experiência profissional acadêmica considerável.

4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso

Nome	E-mail	Lattes
Aline de Oliveira Nasche	aline@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9684157794736451
Alivinio de Almeida	alivinio@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7522242408820316
Ana Lucia de Medeiros	analucia@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1309278454395033
Celio Antonio Alcantara Silva	celioaas@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6027357704110016
Claudio Miro Moura Gomes Andre	andrecmg@yahoo.com	http://lattes.cnpq.br/1075292004272168
Eder Lucinda Pereira	ederlucinda@hotmail.com	http://lattes.cnpq.br/4476889268831536
Elvio Quirino Pereira	elvio@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3335273304977024
Fernando Jorge Fonseca Neves	fejofone@hotmail.com	http://lattes.cnpq.br/5255584582164099
Gisele Barbosa de Paiva	gisele.paiva@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7325447544185162
Higino Julia Piti	higino01@gmail.com	http://

		lattes.cnpq.br/6509919353849526
Juliana Aguiar de Melo	aguiarmelo@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5805373467410920
Marcleiton Ribeiro Moraes	mrm@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7636963595243857
Marcos Antonio Dozza	marcosdozza@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8239695430147492
Marcos da Silva Fernandes	marcos_silfer@hotmail.com	http://lattes.cnpq.br/2204846656340101
Monica Aparecida da Rocha Silva	monicars@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6401487987780885
Nilton Marques de Oliveira	niltonmarques@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9714154982299224
Wilians dos Santos Silva	wiliansster@gmail.com	http://lattes.cnpq.br/7448564891925613
Andres Lázaro Barraza de La Cruz	lacruz@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5302742706110323
Fernando Sergio de Toledo Fonseca	fernandofonseca@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6949077988964763
Keile Aparecida Beraldo	keile@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2826778093832788
Waldecy Rodrigues	waldecy@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4330949239387871
Yolanda Vieira de Abreu	yolanda@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8814881937448353

5 - INFRAESTRUTURA

O Câmpus Universitário de Palmas conta com um total de 17 (dezessete) cursos de graduação, 25 (vinte e cinco) cursos de pós-graduação Stricto Sensu, (11 mestrados acadêmicos, 09 mestrados profissionais e 05 doutorados) e 28 (vinte e oito) cursos de pós-graduação Lato Sensu.

O Câmpus conta com um total de aproximadamente 72 (setenta e duas) salas de aula (de uso comum) gerenciadas pela Direção do Câmpus. A reserva para uso das salas de aula se dá via sistema institucional (<https://palmas.uft.edu.br/iserv/administrativo/reservas/publico/>) e pode ser realizada tanto pelo professor (atividades complementares) quanto pela coordenação de curso (ensalamento no início do semestre letivo). Todas as salas de aula são equipadas com mesa, cadeiras e equipamentos multimídia, sendo que algumas delas possuem, também, aparelho de televisão.

O Câmpus de Palmas possui, ainda, 02 (dois) laboratórios de informática de uso comum equipados com 40 computadores cada, internet e softwares instalados sob demanda pedagógica por uma equipe técnica especializada composta por técnicos em informática e analistas de sistemas.

O Câmpus de Palmas, ainda dispõe de 09 Laboratórios da Saúde Multidisciplinar gerenciados pela Direção do Câmpus por meio da Coordenação de Planejamento e Administração, os quais atendem aos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição do Câmpus de Palmas e alguns cursos do Câmpus de Miracema, com plano de ocupação organizados pelo Departamento de Gestão de Laboratórios.

Dentre as infraestruturas de uso comum, o Câmpus possui os seguintes espaços: Restaurante Universitário com capacidade para atendimento de 1.200 (um mil e duzentas) refeições para almoço e 500 (quinhentas) para jantar, totalizando 1.700 (um mil e setecentas) refeições/dia; e os blocos administrativos onde estão instaladas as coordenações administrativas, as coordenações de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a direção de câmpus. O Câmpus conta, ainda, com Centro de Práticas Integrativa e Complementares - CEPIC, que permite o atendimento à comunidade em modalidades terapêuticas previamente agendadas.

O Câmpus de Palmas ainda conta com frota de veículos para suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, sendo composta por 02 micro ônibus, 01 ambulância, 03 carros de passeio, 01 van, 03 pickups, 01 trator TL 75 R, 02 tratores de jardinagem, todos adequados às suas finalidades e com manutenções periódicas.

O Câmpus de Palmas também dispõe de geradores e placas solares distribuídos e instalados em locais estratégicos, deste modo, contribuindo com a produção de energia limpa e renovável para a preservação do meio ambiente e a maximização de recursos públicos em virtude da economia com custos de energia elétrica.

No âmbito da difusão da informação e comunicação interna e externa, o Câmpus de Palmas conta com o site (<https://ww2.uft.edu.br/palmas>), Instagram Oficial (@palmasuft), WhatsApp oficial (63-3229-4520), e e-mails oficiais para a direção e vice direção do câmpus (dirpalmas@mail.uft.edu.br e vice_dir@mail.uft.edu.br), além dos e-mails específicos das coordenações administrativas e coordenações de curso (Graduação e Pós Graduação).

5.1 - Infraestrutura do câmpus

5.1.1 - Sala de Direção do câmpus

A sala da direção do Câmpus de Palmas, localizada no bloco Bala II, possui um espaço amplo, composto pela ante sala, onde fica localizada a recepção, e duas salas onde atuam o diretor(a) e o vice-diretor(a) do Câmpus. Todas as salas são climatizadas, iluminadas e equipadas com

mobiliário e itens de escritório, bem como televisão e internet a cabo e sem fio. Em ambas as salas, direção e vice- direção, há espaço e uma mesa para reuniões coletivas, onde há atendimento à comunidade em geral, acadêmica e administrativa (docentes, discentes e técnicos administrativos) e visitantes externos.

5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes

O Câmpus Universitário de Palmas conta com um total de 17 (dezesete) cursos de graduação, sendo disponibilizada uma sala para cada coordenação, associada ainda a uma sala administrativa que comporta o(a) secretário(a) do curso.

Cada sala da coordenação é devidamente iluminada e equipada com mobiliário e itens de escritório privativos que permitem a guarda de materiais e documentos com segurança, bem como computadores e internet a cabo e sem fio. Os computadores são acoplados a estabilizadores e/ou nobreaks como garantia de conservação do equipamento. Não obstante, o espaço destinado à sala de coordenação é amplo e permite o atendimento a alunos com privacidade.

Os docentes em dedicação exclusiva do Câmpus de Palmas, que correspondem a 75% do quadro de professores, em sua ampla maioria, possuem gabinete de uso individual ou em divisão de até 3 docentes. Não obstante, o Câmpus dispõe de salas utilizadas, também, por docentes que atuam em tempo parcial. As salas docentes contam com mobiliário para guarda de material com segurança, ar- condicionado, iluminação apropriada, computadores de uso individual e/ou coletivo. Como suporte ao docente o Câmpus conta com a central de cópias e impressão, onde cada professor possui uma cota para reprografia e scanner.

Cada docente possui autonomia para reserva de salas de reunião, auditórios e salas de aula para desenvolvimento de atividades pedagógicas ou administrativas que forem necessárias. Não obstante, em todos os blocos onde estão localizados os gabinetes docentes, há, também, banheiros amplos e com espaço destinado à pessoa com deficiência física.

O Curso de Economia conta com os seguintes ambientes específicos, destinados a Coordenador de Curso e Docentes: (i) um espaço onde funciona a Coordenação do Curso, a sala 15 do Bloco Bala II; e (ii) quatro salas destinadas aos docentes para desenvolvimento de atividades acadêmicas, nomeadamente, de preparação teórica e metodológica para ensino, pesquisa e extensão: são as salas 22, 23, 24 e 25 do Bloco II. Contam com mobiliário para guarda de material, ar-condicionado e iluminação apropriada.

5.1.3 - Salas de aula

O câmpus de Palmas conta com um total de aproximadamente 76 (setenta e seis) salas de aula (de uso comum) gerenciadas pela Coordenação Acadêmica do Câmpus. A reserva para uso das salas de aula se dá via sistema institucional (<https://palmas.uft.edu.br/iserv/administrativo/reservas/publico/>) e pode ser realizada tanto pelo professor (atividades complementares), quanto pelos representantes dos Centros Acadêmicos. Não obstante, ao início de cada semestre é realizado o ensalamento pela coordenação de curso para o semestre letivo.

Todas as salas de aula do Câmpus são equipadas com mesa - na sua maioria de uso individual, mas também há salas com mesas coletivas, cadeiras e equipamentos multimídia, painel retrátil, quadro branco, e algumas delas possuem, também, aparelho de televisão ou datashows. Não obstante as salas são devidamente iluminadas, climatizadas e possuem internet sem fio e a cabo. Adicionalmente, todos os blocos de aula possuem banheiros amplos, com

espaço destinado às pessoas com deficiência e itens de higiene pessoal repostos periodicamente.

O espaço físico da ampla maioria das salas comporta em média 43 alunos com espaço amplo para proporcionar experiências diferenciadas de acordo com o planejamento pedagógico dos cursos. Não obstante, a direção dispõe de lousas digitais, utilizadas sob reserva dos cursos.

As salas de aula disponibilizadas para o Curso de Economia concentram-se no Bloco A. São salas devidamente iluminadas, climatizadas e possuem internet. Adicionalmente, o Bloco A possui banheiros amplos, com espaço destinado às pessoas com deficiência e itens de higiene pessoal repostos periodicamente. A maioria das salas de aula do Bloco comporta em média 40 alunos. As salas de aula são equipadas com mesa para professor(a), carteiras para alunos e quadro branco para exposição de conteúdo com uso de pincel. Todas as salas de aula possuem multimídias, algumas, com aparelho televisor, e outras, com aparelhos data-show, todas permitindo a exposição de som e imagem.

5.1.4 - Instalações Administrativas

O Câmpus de Palmas conta com a seguinte estrutura administrativa além da Direção de Câmpus: Coordenação de Planejamento de Administração, Coordenação de Infraestrutura, Coordenação Acadêmica, Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Estágio e Assistência Estudantil, as quais têm por competências supervisionar e coordenar, no âmbito da unidade correspondente, as atividades de organização e modernização administrativa, infraestrutura, planejamento e orçamentação, contabilidade, administração financeira, administração dos recursos de informação e informática, gestão de pessoas, serviços gerais e serviços acadêmicos e de apoio à assistência estudantil. Todas as coordenações possuem um servidor responsável como coordenador e chefes das subunidades administrativas que atendem à demanda administrativa, acadêmica, pedagógica e estudantil do Câmpus.

Os setores administrativos do Câmpus de Palmas se concentram, em sua ampla maioria, nos blocos Bala I e Bala II, abrangendo cerca de 70 salas administrativas, onde está lotada a maioria do corpo técnico que desenvolve atividades atreladas à direção, administração, planejamento, secretaria das coordenações, secretaria acadêmica, recursos humanos, protocolo, almoxarifado, dentre outras.

Todas as salas administrativas são equipadas com computadores, impressoras centrais, internet a cabo e sem fio, scanners e demais mobiliários e itens de escritório que possibilitam o desenvolvimento de variadas tarefas. O espaço físico dos setores permite o atendimento ao usuário com conforto, havendo, ainda, salas que permitem o atendimento privativo, se necessário. Adicionalmente, todos os blocos administrativos possuem banheiros amplos, com espaço destinado às pessoas com deficiência e itens de higiene pessoal repostos periodicamente.

5.1.5 - Estacionamento

Cada bloco do Câmpus de Palmas possui seu estacionamento próprio, sendo os blocos de aula os que contêm mais de um estacionamento no seu entorno, com amplitude para comportar um número maior de usuários. Todos os estacionamentos estão devidamente sinalizados e com espaçamento exigido pela legislação vigente e dispõe dos espaços destinados a idosos e pessoas com deficiência.

5.1.6 - Acessibilidade

O Câmpus de Palmas conta com a Coordenação de Estágio e Assistência estudantil (COEST) que é responsável por oferecer apoio ao estudante universitário do Câmpus em suas necessidades e especificidades no acolhimento, acompanhamento e orientação, por meio de atendimento qualificado e especializado, de forma individual e coletiva, proporcionando condições de permanência e conclusão.

Dentre os setores de atendimento vinculados à COEST está o Serviço de Apoio Social, Pedagógico e Psicológico (SASPP). O SASPP conta com uma equipe multidisciplinar composta por pedagogas e psicólogas que realizam atendimento aos alunos, professores e comunidade, no intuito de orientar, informar e direcionar, inclusive, práticas pedagógicas específicas direcionados a pessoa com deficiência.

A COEST ainda dispõe da Central de Acessibilidade e Educação Inclusiva (CAEI), composta por Pedagogo, Assistente em Administração e Intérprete de Libras. O CAEI está estruturado com computadores adaptados; audiodescrição em vídeos pedagógicos; Leitor digital; Lupas Eletrônicas; Máquinas Braille; Cadeira de rodas para uso no Câmpus. Ofertando o atendimento e acompanhamento aos acadêmicos com demandas de necessidade educacionais especiais; adaptações de materiais didáticos e pedagógicos; disponibilidade de tecnologias assistivas; Interpretação em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS em aulas, eventos e em produção de vídeos informativos, de divulgação e promoção da UFT; bem como, orientações aos docentes referente às demandas do acadêmico, de modo a promover a inclusão; Interpretação em Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS em aulas, eventos e em produção de vídeos informativos, de divulgação e promoção da UFT.

O Câmpus de Palmas conta com banheiros com espaço destinado à pessoa com deficiência, sinalização tátil nas passarelas e um mapa tátil de identificação dos espaços do Câmpus. Os blocos que possuem mais de um andar possuem elevadores e/ ou rampas de acesso. Não obstante, a biblioteca do Câmpus possui equipamentos especiais para leitura e consulta de pessoas com deficiência visual.

5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

A infraestrutura do Câmpus conta com dois laboratórios de informática equipados com computadores, internet a cabo e sem fio e softwares de edição, dentre outros softwares específicos demandados pelos cursos. Não obstante o

Câmpus dispõe de tablets, switch, roteadores, Aps wifi e infraestrutura avançada de rede.

O Câmpus de Palmas possui, ainda, lousas digitais, Datashow em todas as salas de aula e algumas unidades reserva para reposição, painéis retráteis, televisores instalados em diversos ambientes e equipamento completo de videoconferência instalados em uma sala específica para eventos e aulas que demandem o uso da teleconferência e/ ou webconferência. Não obstante, há no Câmpus laboratórios específicos, de gerência dos cursos, que comportam workstations avançadas, impressoras 3D, drones e equipamentos de monitoramento remoto.

O Câmpus de Palmas conta com plataforma de serviços (<https://palmas.uft.edu.br/sisma/>) onde os servidores, coordenadores, discentes e comunidade externa podem ter acesso a diversos serviços disponíveis no Câmpus, tais como: processos seletivos, eventos, reserva de recursos, suporte a matrícula, cadastros em geral, folha de ponto de docentes, solicitação de materiais de consumo e serviços gerais. A plataforma é alimentada pela equipe de tecnologia da informação do Câmpus e possui, também, link para outros sistemas institucionais importantes.

5.1.8 - Biblioteca

A Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Palmas, Professor José Torquato Carolino, como parte integrante do desenvolvimento do ensino aprendizagem e como centro de informações, incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente, servidores técnicos administrativos e a comunidade local quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes. Sua inauguração ocorreu em 16/03/2011, sendo o prédio projetado e construído estritamente para essa finalidade; com a estrutura em concreto armado, as fachadas no corpo principal da edificação são de painéis de vidro, e a cobertura possui um grande domo de vidro que permite a incidência solar no interior do prédio.

Conforme o Relatório de Inventário (Exercício 2021), a infraestrutura da Biblioteca possui uma área total de 3.158,23 m², dividido em: térreo, 1º andar e 2º andar; dispondo de elevador, escada de emergência e rampa de acesso. Essa estrutura dispõe de 69 cabines de estudo individual; 189 mesas para estudo em grupo e 181 assentos; Sala da coordenação, Sala de processamento técnico, Setor de circulação e atendimento, Sala para seção de coleções especiais (monografias, dissertações e teses, CD's e DVD's); 10 cabines de pesquisa na internet; 3 salas de estudo em grupo com capacidade para 5 pessoas por sala, sala de vídeo com capacidade para 10 pessoas. Não obstante, a biblioteca possui equipamentos especiais para leitura e pesquisa a ser realizada por pessoas com deficiência.

O acervo está tombado, informatizado e organizado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD); cujos arquivos físicos estão distribuídos e disponíveis ao longo das cerca de 400 estantes de aço dupla face no 1º e 2º piso. O tipo de catalogação atende às normas do Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2) e o acesso às estantes é livre. A biblioteca conta, ainda, com o repositório digital (<https://repositorio.uft.edu.br>) onde estão hospedadas as monografias, teses e dissertações, entre outras informações.

No primeiro andar da biblioteca do Câmpus de Palmas está alocado o acervo das classes 000 até 699, salão de leitura com 15 mesas e 4 cadeiras por mesa, balcão de atendimento (empréstimos, devoluções e informações), área de convivência, Área administrativa da biblioteca (coordenação geral, referência e atendimento ao usuário, processamento técnico do material, informática), banheiros e bebedouros. No segundo andar está o acervo das classes 700 até 999, Seção de Periódicos, 08 computadores com Internet para pesquisas (Portal CAPES).

O processo de informatização/ modernização das bibliotecas da UFT conta com a inserção do acervo em uma base de dados Sistema Integrado de Ensino (SIE / módulo Biblioteca); esse procedimento ocorreu em todas as bibliotecas da UFT, incluindo a biblioteca do Câmpus de Palmas, com foco na criação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SIBIB/ UFT). O acervo da biblioteca conta com livros, monografias, CD, DVD entre outros materiais, totalizando 2.5899 títulos e 78.855 exemplares constantes do Sistema de gestão da Biblioteca e divididos entre as seguintes áreas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

A biblioteca do Câmpus de Palmas conta, ainda, com bebedouros, banheiros com espaço específico para pessoas com deficiência, rampa de acesso e elevador, sistema de registro de usuários e mobiliário de escritório que permite o atendimento ao usuário com conforto.

5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

O acervo constante na biblioteca do Câmpus de Palmas encontra-se dividido por área de conhecimento, contemplando obras que atendem aos cursos da Instituição em seus diversos componentes curriculares. Conta também com revistas, monografias, dissertações e teses impressas e em repositório digital.

5.1.8.2 - Periódicos especializados

A Universidade Federal do Tocantins conta com acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos maiores acervos científicos virtuais a nível nacional, onde um conjunto de periódicos pode ser acessado gratuitamente pelos usuários, abrangendo revistas científicas, livros, teses, dissertações, entre outros. A instituição disponibiliza, também à base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) com 1725 periódicos ativos, sendo 1411 a nível internacional e 314 a nível nacional atrelados a 8 (oito) grandes áreas, sendo: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; e Linguística, Letras e Artes.

A comunidade acadêmica como um todo possui, ainda, acesso ao Portal Domínio Público, que oportuniza o acesso às obras literárias, científicas e artísticas que concernem ao patrimônio cultural brasileiro e universal, liberado na forma de textos, áudio, vídeos e imagens. Dispõe também de acesso à plataforma Target GEDweb, com um sistema de gestão e documentos regulatórios, como por exemplo, as Normas ABNT. Além do Portal Saúde Baseada em Evidências (Portal SBE), uma biblioteca eletrônica com conteúdos direcionados apenas para profissionais de saúde.

Não obstante, a UFT possui um portal de periódicos próprio, ao qual os cursos do Câmpus de Palmas tem acesso livre, que contém diversas revistas com caráter interdisciplinar. Dentre essas revistas, listam-se:

- * Revista Desafios é uma publicação científica trimestral da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, dirigida à produção acadêmica interdisciplinar com interesse nas áreas de: Ciências Humanas e Contemporaneidade; Saúde e Sociedade; Educação; Ciência, Tecnologia e Ciências Agrárias. Recebe artigos em fluxo contínuo e trabalha com publicação no formato contínuo. ISSN - 2359-3652;

- * Revista Capim Dourado: Diálogos em Extensão: tem publicação de periodicidade quadrimestral associada a ações de extensão, em especial às suas vivências e aplicabilidade no contexto amazônico, indexada em diversas bases e possui processo de avaliação por pares;

- * Revista Journal of Biotechnology and Biodiversity esta revista que publica artigos originais, artigos de revisão, estudos de caso e comunicações breves sobre os fundamentos, aplicações e gestão da biodiversidade, com o objetivo de avançar e disseminar o conhecimento em todas as áreas afins de Ciências Agrárias, Química, Biotecnologia e Biodiversidade;

- * Revista Observatório é um periódico trimestral mantido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com o Grupo de Pesquisa Democracia e Gestão Social (GEDS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Tupã). A revista nasce internacionalizada, possuindo editores no Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Recebe em fluxo contínuo, textos em português, espanhol, inglês e francês para as seções artigos, dossiê temático, ensaios, entrevista, resenha e temas livres. (ISSN nº 2447-4266) [Qualis 2016 - Comunicação e Informação: B2, Ensino: B2, Ciência Política e Relações Internacionais: B3, Planejamento Urbano e Regional/ Demografia: B3, Serviço Social: B3, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo: B4, Letras/Linguística: B5;

* Revista Brasileira de Educação do Campo - RBEC, de publicação contínua, publica Artigos originais resultantes de pesquisas teóricas e/ou empíricas, revisões de literatura de pesquisa educacional, Artigos especiais de pesquisadores renomados da área ou de temas relevantes atuais para a educação, Dossiês Temáticos, Ensaios, Cartas ao Editor, Entrevistas e Resenhas de temas vinculados à Educação do Campo sob diferentes campos da pesquisa nacional e internacional, como: História da Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Povos Indígenas e Educação; Formação Docente; Educação de Jovens e Adultos; Didática e Práticas Pedagógicas em Artes e Música; Arte na Educação do Campo; Interculturalidade na Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Questão Agrária e Campesinato; além de temas de outras áreas do conhecimento que dialoguem com a educação do campo. Recebe artigos em fluxo contínuo. ISSN: 2525-4863 | DOI: 10.20873/uft.rbec | Qualis/CAPES 2016: B1 Ensino| B2 Educação;

* Revista EntreLetras é um periódico vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT/UFNT). Criada em 2010 com publicações semestrais, passou a ser quadrimestral em 2019. Recebe trabalhos originais em português, inglês, espanhol e francês a partir de chamadas para dossiês temáticos e edições atemáticas. Organiza-se nas seções Dossiê, Temas Livres, Entrevistas, Resenhas, Ensaios e Produção Literária;

* Revista Teatro: criação e construção de conhecimento tem por foco apresentar estudos que reconheçam as especificidades do ensino e da prática de teatro em seus diferentes contextos, ao mesmo tempo em que permitam o delineamento de características comuns de sua ocorrência. Oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Em relação ao arquivamento, a revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criar arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração;

* Revista Vertentes do Direito é uma iniciativa do Curso de Direito, da Universidade Federal do Tocantins, com interesse na divulgação de trabalhos científicos nas diversas subáreas do Direito e na construção da interdisciplinaridade. QUALIS 2016: Interdisciplinar B4, Direito B5. Prevê a publicação de trabalhos inéditos, nas seguintes modalidades: artigos científicos; ensaios (revisões de literaturas); resenhas de obras recém-lançadas e relatos de experiências nas áreas de ensino e/ou de extensão. Está situada na plataforma Open Journal System (OJS), o que confere ao sistema de editoração maior eficiência, racionalidade e transparência. É um periódico semestral, no qual as produções científicas serão publicadas em português e em espanhol, idiomas em que podem ser apresentados os trabalhos, que serão submetidos a um corpo de pareceristas (integrantes do Conselho Editorial ou ad hoc) para avaliação do atendimento das suas normas editoriais. Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento;

* Revista Tocantinense de Geografia publica artigos na área de Geografia e outras áreas do conhecimento com periodização quadrimestral em fluxo contínuo de publicação. A edição 24 iniciou em maio e fecha em agosto de 2022. Conforme os artigos recebem pareceres favoráveis à publicação, são corrigidos pelos autores e editores, a revista publica;

* Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática (RIEcm) é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação de Ensino de Ciências e Matemática (PPGEcm/UFT). A revista destina-se à divulgação de trabalhos originais na área de educação, ensino de ciências e educação matemática, como estudos empíricos, históricos, teóricos e conceituais, relatos de experiência profissional, resenhas, entrevistas, revisões críticas da literatura e cartas aos

editores. O periódico on-line possui acesso livre e aberto. ISSN: 2764-2534;

* Revista ANTÍGONA nasce da necessidade de ampliar a abrangência e atuação do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus de Porto Nacional. A revista projeta, a partir deste ano de sua criação, montar um Corpo Editorial, realizar publicações semestrais, com dossiês organizados pelos professores desse câmpus ou por professores convidados, recebendo artigos de autores nacionais e estrangeiros. O objetivo inicial é organizar a documentação necessária e alcançar sua indexação e qualificação;

* Aturá - Pan-Amazônica de Comunicação (ISSN nº 2526-8031) é um periódico quadrimestral, com foco na discussão acadêmica e em estudos interdisciplinares avançados no campo da Comunicação, do Jornalismo e da Educação. A revista nasce internacionalizada, possuindo editores nos países que compõem a Amazônia Legal. Recebe em fluxo contínuo, textos em português, espanhol e inglês para as seções artigos, dossiê temático, ensaios, entrevista, resenha e temas livres;

* Revista Academic Journal on Computing, Engineering and Applied Mathematics (AJCEAM) é um periódico semestral da Universidade Federal do Tocantins, Brasil, que visa proporcionar um canal de comunicação e divulgação trabalhos acadêmicos nas áreas de Ciência da Computação, Engenharia e Matemática Aplicada. Visto a necessidade de divulgação de novas pesquisas voltadas para os ramos das ciências centradas em computação e sabendo que tecnologias surgem somente com o desenvolvimento de métodos científicos sólidos e amplamente experimentados, o AJCEAM fomenta a pesquisa científica nas Ciência da Computação, Engenharia e Matemática Aplicada em sua natureza e em suas diversas especificidades;

* Arquivos Brasileiros de Educação Física é uma revista científica que publica artigos originais, revisões sistemáticas, metanálises, resenhas, ensaios clínicos, estudos de casos e cartas ao editor com temas vinculados à Educação Física. Esta tem como missão principal difundir o conhecimento na área de Educação Física com qualidade científica. Sendo a primeira revista científica na área de Educação Física do norte do Tocantins, a Arquivos Brasileiros de Educação Física tem o árduo desafio de trazer à tona conhecimento científico no campo da Educação Física desta região, incentivando a publicação de trabalhos científicos que prezem pela ética profissional, qualidade metodológica e crescimento da área na região;

* Revista Escritas é uma revista do Curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), câmpus de Araguaína, que tem como meta a divulgação da produção de historiadores, e demais profissionais das áreas afins, que investigam temas relacionados às ações e representações humanas no tempo e no espaço. É um periódico semestral, de publicação on-line, que objetiva promover o debate e a circulação de textos, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, relativos aos campos teórico, educacional, histórico e historiográfico. A Escritas oferece acesso livre e gratuito ao seu conteúdo, não cobra taxa de editoração (article processing charges - APC) ou taxa de submissão de artigos. O envio de qualquer submissão implica, automaticamente, a cessão integral dos direitos autorais à Revista Escritas após sua publicação. ISSN 2238-7188 - QUALIS - B3 (HISTÓRIA);

* Revista Interface Com duas edições anuais, acesso livre e imediato ao seu conteúdo. Esta revista tem como objetivo a publicação de resenhas de livros, artigos originais e inéditos, sobre assuntos de interesse científico da Geografia e ciências afins, que tratem das temáticas: educação, meio ambiente e desenvolvimento, respeitando os princípios da diversidade teórica, metodológica e epistemológica;

* Revista AMA - AMAZÔNIA MODERNA é uma publicação semestral, com a finalidade de divulgar e difundir artigos científicos inéditos e relevantes com pesquisadores de variadas origens sobre a Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. A pretensão da revista é estimular o

debate sobre a produção arquitetônica na região por meio de artigos, sem pregar uma corrente regionalista. O recorte temporal para submissão de publicações é definido a partir do término da Belle Époque, período pouco estudado e publicado da arquitetura na Amazônia, mas imperioso na cultura urbana brasileira e latino-americana e com maior expressão da arquitetura brasileira. A revista é realizada pelo Núcleo AMA, formado por vários Grupos de Pesquisa e Laboratórios das Universidades Públicas da Amazônia Legal, que promove o SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. O acesso à revista é livre e gratuito;

* Revista Perspectivas é um periódico eletrônico semestral especializado na divulgação de trabalhos científicos no domínio da Filosofia e Ensino de Filosofia. O seu objetivo é divulgar trabalhos inéditos em português, inglês, francês, italiano e espanhol que contribuam para o debate filosófico, sejam eles artigos, ensaios, resenhas, entrevistas e traduções. Os textos podem ser enviados conforme o formato de sua natureza, considerando as normas da revista para avaliação rigorosa dos pares, aceite, indexação e publicação. A Revista Perspectivas recebe textos de Mestres, Mestrandos, Doutores e Doutorandos;

* Revista de Patologia do Tocantins, criada em 2013, a Revista de Patologia do Tocantins é um periódico trimestral, que publica resultados de investigação na área da saúde, artigos originais, revisões de literatura, casos clínicos ou relatos de casos, comunicações breves, cartas ao editor e editoriais, sobre uma grande variedade de temas de importância para ciência da saúde. Tendo como público alvo todos os profissionais de saúde, a missão desse periódico é difundir as produções científicas que trazem algum impacto à saúde da população;

* Revista Porto das Letras é uma publicação trimestral do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT do Câmpus de Porto Nacional. A revista tem o objetivo de divulgar artigos e resenhas inéditos da área de Literatura, Linguística e Ensino de Língua e Literatura. É voltada a pesquisadores mestres e doutores, discentes de pós-graduação e profissionais da área de Letras e Linguística e apresenta as seguintes seções: Dossiê Temático, Estudos Linguísticos, Estudos Literários, Seção Livre e Resenhas;

* A revista Espaço e Tempo Midiáticos é uma publicação multidisciplinar semestral, aberta à divulgação de artigos científicos das áreas de ciências sociais, exatas e da terra. Destina-se a estudos empíricos, históricos, teóricos e conceituais, revisões críticas, resenha de livros, entrevistas. Coordenada pelo Grupo de Pesquisa "Mídias e Territorialidades Ameaçadas", da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS);

* Revista Produção Acadêmica já possui quatro edições impressas e ISSN 1809-2756. Atualmente, a revista está totalmente eletrônica com ISSN 2448-2757. Os trabalhos a serem encaminhados à revista deverão contemplar as linhas de pesquisas do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários - NURBA/UFT, abrangendo também outras temáticas das ciências humanas e sociais. É uma publicação semestral com o objetivo de propalar conhecimentos pertinentes à Geografia Humana, dando atenção para os trabalhos de cunho marxista com intuito de contribuir para a formação de geógrafos e cidadãos críticos. Dessa forma, receberemos, mediante parecer, artigos, resumos, resenhas e relatos de experiências, a partir de procedimentos teórico-metodológicos da ciência geográfica.

5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar

Para análise da adequação bibliográfica dos PPCs dos cursos, os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos realizam uma análise preliminar por meio do sistema de consulta ao acervo bibliográfico ([https:// sistemas.uft.edu.br/ biblioteca/ pesquisa/ pesquisar.action](https://sistemas.uft.edu.br/biblioteca/pesquisa/pesquisar.action)), atentando-se para que todas as bibliografias necessárias estejam no acervo da biblioteca do Câmpus de Palmas. Caso haja a necessidade de atualização, os NDEs apresentam as

respectivas justificativas devidamente elaboradas e apresentadas à direção de Câmpus para aquisições. Não obstante, o dimensionamento do quantitativo de exemplares segue a proporção de, no mínimo, 1 exemplar para cada 5 discentes e o uso de bibliotecas digitais e ebooks sempre que possível. Além da checagem direta no sistema virtual de bibliotecas, um relatório consolidado é solicitado à biblioteca e emitido para confirmação do levantamento preliminar realizado pelos cursos.

5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios

O Câmpus de Palmas possui o Centro Universitário de Integração entre Ciência, Cultura e Arte - CUICA que comporta confortavelmente 458 pessoas, devidamente sentadas em cadeiras acolchoadas para maior conforto. O CUICA é todo climatizado, possui um palco para eventos, formaturas e apresentações diversas, além de equipamentos de som, multimídia, projetores, microfones, mesas, púlpito. Não obstante, o prédio possui banheiros com espaço dedicado a pessoas com deficiências e equipados com itens de higiene pessoal.

O Câmpus conta, ainda, com um bloco que comporta um total de 4 anfiteatros com capacidade para até 90 pessoas cada, sendo que entre dois deles há uma porta cuja divisão é removível, podendo, então, torná-lo em um anfiteatro maior e que comporta até 180 pessoas. Os anfiteatros possuem palco para eventos, formaturas e apresentações diversas, além de equipamentos de som, multimídia, projetores, microfones e mesas. Não obstante, o prédio possui banheiros com espaço dedicado a pessoas com deficiências e equipados com itens de higiene pessoal.

Todos os auditórios/ anfiteatros podem ser reservados para uso por meio do sistema de reserva de espaços do Câmpus disponível na plataforma de serviços do Câmpus (<https://palmas.uft.edu.br/sisma/>).

5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos

A infraestrutura do Câmpus conta com 2 laboratórios de informática (LABIN) que estão sob a supervisão exclusiva da Direção e estão disponíveis para utilização mediante reserva agendada via plataforma de serviços (<https://palmas.uft.edu.br/sisma/>), além de laboratórios didáticos específicos sob a responsabilidade dos cursos.

No que tange aos LABINs, um localizado no bloco G/Sala 04 e outro no bloco III/Sala 111A, cada um está equipado com 40 máquinas (monitor+gabinete+teclado+mouse) com acesso à internet e softwares instalados sob demanda por uma equipe técnica especializada, sendo alguns gratuitos (ex: libreoffice, octave, revit e trackmarker) e outros mediante licença estudantil (ex: autocad, revit e arcgis), além de mesas, cadeiras, iluminação e climatização apropriadas.

O Câmpus de Palmas conta, também, com laboratórios multiusuários de química e física, os quais atendem os diversos cursos do Câmpus com equipamentos específicos e material de consumo para aulas práticas previstas nos PPCs. Todos os laboratórios possuem gestão de um coordenador, designado pelos cursos, que acompanham a gestão e uso dos laboratórios. Para utilização é realizada a reserva prévia, de acordo com o horário de aulas. Não obstante, os laboratórios, tanto os vinculados aos cursos quanto os vinculados ao Câmpus diretamente, possuem equipe técnica responsável para acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Câmpus de Palmas, ainda dispõe do Departamento de Gestão de Laboratórios, no qual estão concentrados 09 Laboratórios da Saúde Multidisciplinar gerenciados pela Direção do

Câmpus por meio da Coordenação de Planejamento e Administração (Museu de Morfologia; Enfermaria Modelo; Laboratório de Técnicas Cirúrgicas; Laboratório Bioquímica, Imunologia, Genética e Patologia Clínica; Laboratório de Farmacologia, Fisiologia e Biofísica; Laboratório de Microbiologia e Parasitologia; Laboratório de Citologia, Histologia e Anatomia Patológica; Laboratório de Anatomia Humana e Laboratórios Fundamentos de Enfermagem).

Estes laboratórios atendem aos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição do Câmpus de Palmas e alguns cursos do Câmpus de Miracema, com plano de ocupação organizados pelo Departamento de Gestão de Laboratórios. Ambos estão climatizados, possuem computadores com internet e softwares instalados sob demanda pedagógica pela equipe da TI, datashow e aparelho de TV, estão munidos com mobiliário, materiais, equipamentos, recursos e insumos conforme a prática pedagógica específica do laboratório e contam com equipe técnica especializada para suporte e apoio às atividades acadêmicas desenvolvidas nos laboratórios.

5.1.11 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP-UFT), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 3 de dezembro de 2005, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada a CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP-UFT possui composição interdisciplinar e integrado por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes.

O processo de submissão de projetos de pesquisa ao CEP-UFT é realizado pela Plataforma Brasil.

5.1.12 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. À Comissão compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais.

O principal papel de uma Comissão de Ética não é o de revisão de projetos de pesquisa, mas sim o de desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais em pesquisa e ensino.

Portanto, este comitê, conforme seu Regimento Interno, tem como atribuição promover a ética de toda e qualquer proposta de atividade de ensino, pesquisa e extensão que envolva, de algum modo, o uso de animais não-humanos pertencentes ao Filo Chordata, Subfilo Vertebrata como determina a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008 e as Resoluções Normativas editadas e reformuladas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

5.1.13 - Área de lazer e circulação

O Câmpus de Palmas conta com uma pista oficial de atletismo com padrão internacional, certificada pela International Association of Athletics Federations (IAAF), feita com piso sintético e com as dimensões e características recomendadas pela Confederação Brasileira de Atletismo, sendo: oito raias de 400 metros, uma pista de 100 metros, duas pistas de salto com vara, duas pistas de salto triplo e extensão, duas bases para lançamento de peso, uma pista para lançamento de dardo, duas pistas para salto em altura e duas pistas para salto com vara. Essa estrutura a torna apta para receber atletas olímpicos e paraolímpicos, e até competições internacionais. Ademais, o complexo esportivo contempla um campo gramado, que, em 2022, sediou a 2ª Copa Tocantins de Futebol Society. na qual participaram 12 equipes.

Aproveitando a localização junto ao Lago de Palmas, o espaço destinado para a orla da prainha, além de possuir um píer exclusivo, que propicia apreciar o pôr do sol e a Ponte da Amizade, um dos cartões postais da cidade, tem um espaço específico devidamente equipado com quadra de vôlei de areia, quadra de basquete (3x3), bolas para jogos, mesas e bancos, onde também são desenvolvidas as atividades de Badminton e Peteca.

O Câmpus de Palmas ainda dispõe de 02 espaços físicos destinados ao funcionamento de lanchonetes. Uma lanchonete está situada em frente ao bloco III e a outra próxima à biblioteca. Ambas com 160,87 m² (cento e sessenta vírgula oitenta e sete metros quadrados) de área construída, tendo os espaços reservados para a preparação de alimentos, para a exposição e para consumo. São espaços físicos destinados por meio de Concessão Administrativa Onerosa para exploração comercial por empresa especializada no preparo e fornecimento de lanches, com o objetivo de proporcionar alimentação saudável, equilibrada e de baixo custo à comunidade da UFT. Por isso, no processo de contratação já é especificado a lista dos produtos (bebidas/frutas/lanches/refeições) obrigatórios (ex: café, sucos), opcionais (ex: açaí, picolé de frutas) e proibidos (ex: bebidas alcoólicas). O atendimento é prestado de segunda a sexta-feira, nos períodos diurno e noturno, e aos sábados no período diurno (caso exista viabilidade do funcionamento - de acordo com os horários especificados no termo de referência da licitação).

A UFT possui um canal direto com a sociedade tocantinense: a rádio universitária, inaugurada em 29/03/2016, com a missão de oferecer programação de rádio fundamentada em Educação, Cultura, Cidadania e Diversidade. Sediada em um prédio próprio, nas dependências da Instituição, com cerca de 157 m², com espaços específicos para sala de redação, audiovisual, estúdio e locução. A emissora de rádio UFT FM opera localmente na frequência 96,9 FM e pela internet (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/radio-uft-fm?view=default>), estando no ar 24h por dia.

5.1.14 - Restaurante Universitário (se houver)

O restaurante universitário do Câmpus de Palmas foi inaugurado em junho/2014 e tem por missão fornecer refeições nutricionalmente balanceadas, saborosas, de baixo custo e culturalmente apropriadas à comunidade acadêmica do câmpus de Palmas, visando apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a permanência do acadêmico na universidade. A área total construída corresponde a 1.119,82 m² (metros quadrados) e contempla os seguintes espaços: Vestiários para trabalhadores do RU; Depósito de material de

limpeza; Área de recebimento de gêneros e materiais diversos; Estoque seco (armazenamento de não-perecíveis) e refrigerado (sala climatizada, câmaras de resfriamento e congelamento); Áreas de pré-preparo saladas, guarnições e carnes; Área de cocção; Área administração; Áreas de higienização panelas (manual); Área de distribuição, refeitório e copa de higienização de utensílios e banheiros devidamente equipado e estruturado para acesso de pessoas com deficiência.

O restaurante é dotado de catraca eletrônica (três equipamentos) com leitura de cartões recarregáveis. Todos os alunos da instituição – estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação – recebem o cartão de acesso do restaurante que pode ser devidamente recarregado no próprio RU.

A instituição subsidia a refeição dos alunos conforme política já estabelecida e nível de vulnerabilidade socioeconômica. As refeições são produzidas por empresa terceirizada sob fiscalização de uma nutricionista. São servidas refeições dos tipos: padrão e vegetariana, balanceadas e em condições higiênico-sanitárias adequadas, respeitando-se a cultura local e com atenção às condições socioambientais.

A distribuição das refeições é realizada no sistema de cafeteria mista, com porcionamento do prato protéico (padrão e vegetariano), sobremesa e bebidas, respeitando-se o padrão, incidências e cardápios mínimos constantes neste termo de referência. Toda produção, manuseio e fornecimento das refeições respeita a legislação vigente como requisito contratual.

O restaurante universitário do Câmpus de Palmas funciona de segunda-feira a sexta-feira nos seguintes horários: almoço: 11h - 14h e jantar: 17h30min - 19h30min. O usuário pode acessar o cardápio do restaurante por meio de aplicativo próprio conforme orientação do site institucional (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/links/restaurante-universitario>).

5.2 - Infraestrutura do curso

5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso

1. NEADS-UFT - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (https://docs.uft.edu.br/share/s/UhN2S-oqRKih5tl1Lx_GrA) [https://docs.uft.edu.br/share/s/UhN2S-oqRKih5tl1Lx_GrA]

Sala de 12 m² no Bloco III sala 220-A, com 4 mesas de estudo, um quadro branco e um computador notebook, onde é recebida a comunidade externa de produtores agrícolas familiares da região, alunos da pós-graduação do CIAMB e alunos dos cursos de Engenharia Ambiental, Ciências da Computação, Ciências Econômicas e nutrição. As parcerias são com a Comunidade Matinha, Consea, CPORG e a prefeitura de Palmas.

2. NERUDS – Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdade e Sistemas Socioecológicos (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/neruds?view=default>) [<https://ww2.uft.edu.br/index.php/neruds?view=default>]

Sede no prédio do PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-UFT, localizado no piso superior do prédio do programa de mestrado e de doutorado em desenvolvimento regional no Campus de Palmas. É um espaço que tem mesas e cadeiras, dois computadores, uma televisão, lousa branca e mesa de reunião com cadeiras. Neste ambiente, há interação entre os alunos da graduação em economia com alunos do mestrado e do doutorado.

3. Observatório de Governança e Desenvolvimento Regional

Está localizado no piso superior do prédio do programa de mestrado e de doutorado em desenvolvimento regional no Campus de Palmas. É um espaço que tem mesas e cadeiras, dois

computadores, uma televisão, lousa branca e mesa de reunião com cadeiras. Neste ambiente há interação entre os alunos da graduação em economia (envolvidos ou não em programas institucionais) com alunos do mestrado e do doutorado. Também funciona nessa sala a coordenação do PIIP.

5.2.2 - Coordenação de curso

A Coordenação do Curso de Economia funciona na sala 15 do bloco Bala II. É devidamente iluminada e equipada com mobiliário e itens de escritório privativos que permitem a guarda de materiais e documentos com segurança, bem como computadores e internet a cabo e sem fio. Os computadores são acoplados a estabilizadores e/ ou nobreaks como garantia de conservação do equipamento. O espaço destinado à sala de coordenação é amplo e permite o atendimento a alunos com privacidade.

5.2.3 - Bloco de salas de professores

6 - REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marisa Zeferino; ASSUMPÇÃO, Roberto de. Ocupação Territorial da Produção e da Agroindústria da Soja no Brasil, nas Décadas de 80 e 90. Rev. Informações Econômicas, SP, vol. 31, n. 11, nov. 2011.

BIANCHO, A. M. A Pré-história do Pensamento Econômico. In: Bianchi, A. M. (Org.). Questões de Métodos na Ciência Econômica. São Paulo, IPE/USP, 1986.

CADERNOS ANGE DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Lei n. 13.005 de 25 de julho de 2014. Brasília, 2014.

CIFUENTES, Joaquin Eduardo Manchola. Agronegócio e Acumulação por Espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos-Tocantins. Palmas, TO: EDUFT, 2016.

EMBRAPA SOJA. Tecnologias de Produção de Soja - Região Central do Brasil - 2001/2002. Embrapa Soja, Londrina, 2001.

FORNARO, Alexandre Caselli (Dissertação). Logística e Agronegócio Globalizado no Estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2012.

MILL, John S. Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela. Abril Cultural: São Paulo, s/d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018: estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o Disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005 de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Câmara da Educação Superior, 2018.

PET-ECONOMIA (UFT). Boletim de Conjuntura 2018. Palmas, TO: UFT, 2018.

PET-ECONOMIA (UFT). Boletim de Conjuntura Econômica 2020. n. 1, vol. 9, Palmas, TO: UFT, 2020.

TOCANTINS RURAL. Logística: meios de escoamento da produção e partir do Tocantins. Rev. Tocantins Rural, artigo de 30 de outubro de 2019. Disponível em: <http://tocantinsrural.com.br/noticia/logistica-meios-de-escoamento-de-producao-a-partir-do-tocantins>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2021-2025). Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP), 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**Palmas-TO,
Agosto de 2022**

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 1º - O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas foi criado a partir do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins e constitui órgão máximo consultivo, normativo e deliberativo destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com o que estabelece a Seção I do Regimento Geral da UFT.

TÍTULO I

Da Composição do Colegiado

Art. 2º - O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas é composto por todo o corpo docente e representantes do corpo discente legalmente constituídos, conforme os artigos 54 e 57 do Estatuto da UFT.

§ 1º - O corpo discente será representado por 1/5 (um quinto) do número de docentes do colegiado.

§ 2º - Os representantes discentes devem ser escolhidos através dos seus representantes legais (Centro Acadêmico) e seus nomes encaminhados por escrito para o Coordenador do Curso, inclusive seus suplentes. Somente terão direito a voto os discentes legalmente constituídos.

§ 3º - Os docentes de vínculo temporário (substituto, visitante e voluntário) não terão direito a voto no Colegiado, embora possam participar de todas as atividades com direito a voz.

§ 4º - Poderão ainda participar da reunião, com direito a voz, pessoas convidadas que possam colaborar para o desenvolvimento de atividades respectivas a algum assunto em pauta, de interesse do colegiado.

Art. 3º - A presidência do Colegiado do Curso será assumida pelo Coordenador do Curso, que será auxiliado pelo Secretário do Curso.

TÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 4º - Compete ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da UFT:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III. fiscalizar e zelar pela otimização do desempenho das atividades de ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado, através da formulação de indicadores, levantamento de diagnósticos, e proposição de objetivos e ações de melhoria;
- IV. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- V. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- VI. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

- VII. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação;
- VIII. avaliar periodicamente as atividades político-pedagógicas do curso;
- IX. atender às demandas discentes, conforme Regimento Geral da UFT;
- X. homologar projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes e discentes do curso;
- XI. homologar bancas e resultado de seleção para professor substituto.

Art. 5º - Compete aos Membros do Colegiado do Curso:

- I. analisar e relatar, nos prazos estabelecidos na sessão, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente;
- II. desempenhar outras funções e atribuições que lhes forem delegadas pelo presidente;
- III. votar as matérias pertinentes à distribuição de atividades e cargos do curso;
- IV. referendar as decisões de membros do colegiado e da presidência, quando utilizado o recurso *ad referendum*.

Art. 6º - Compete ao Coordenador do Curso e Presidente do Colegiado:

- I. presidir os trabalhos das reuniões do Colegiado do curso e delegar funções aos demais membros do colegiado;
- II. advertir o orador que, sob qualquer pretexto, vier a proferir palavras ou promover atos incompatíveis com o respeito às pessoas, autoridades e instituições, cassando-lhe a palavra em caso de persistência;
- III. representar os interesses do Curso de Ciências Econômicas junto a órgãos superiores;
- IV. propor ao *Campus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do *Campus*;
- V. apresentar, quando solicitado, o planejamento e atividades de ensino desenvolvidas no curso às instâncias superiores da Universidade;
- VI. representar contra medidas ou determinações que interfiram em objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado;
- VII. designar comissões para processo seletivo simplificado de professor substituto;
- VIII. participar como membro de uma das comissões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Graduação, Pós-graduação, Extensão ou Planejamento);
- IX. coordenar a elaboração de propostas da estrutura organizacional do curso, previstas dentro das condições estruturais da UFT;
- X. promover, ao início de cada semestre letivo, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;
- XI. elaborar relatórios referentes ao desempenho e às necessidades do curso, no início de cada semestre letivo;
- XII. incentivar os docentes para participar de programas de aperfeiçoamento, congressos, seminários, de acordo com as normas vigentes;
- XIII. exercer o poder disciplinar que lhe foi conferido pelo Regimento Geral e por outros Regimentos Institucionais;
- XIV. apresentar sugestões à diretoria da unidade para elaboração do orçamento;

XV. desempenhar outras funções de articulação com a direção do Campus visando o melhor funcionamento do curso.

§ 1º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro designado com antecedência pelo mesmo.

§ 2º - No caso de ausência do Presidente e seu Substituto, a presidência será assumida pelo membro de maior tempo de admissão na UFT.

Art. 7º - Compete ao Secretário do Curso:

- I. coordenar os serviços de secretaria;
- II. instruir processos;
- III. auxiliar o Presidente durante as reuniões de Colegiado, prestar esclarecimentos que forem solicitados durante as discussões;
- IV. fazer os registros e dirigir as atas das reuniões;
- V. auxiliar na guarda e organização do livro de atas, processos e demais documentos do Colegiado;
- VI. encaminhar cópia das deliberações e demais atos do Colegiado para publicação no Boletim informativo do Curso;
- VII. transmitir aos membros do Colegiado, as circulares de convocação e outros avisos pertinentes;
- VIII. adotar as demais providências necessárias ao funcionamento do órgão colegiado.

TÍTULO III

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º - O Colegiado reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou ainda pelas Pró-Reitorias.

Art. 9º - Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença da metade mais um de seus membros em primeira chamada. A segunda chamada ocorrerá após meia hora do horário marcado para o início da reunião com qualquer *quorum*.

Parágrafo único: o presidente do colegiado poderá suspender a deliberação caso seja avaliado que o assunto tema de deliberação não possa ser homologado com menos da metade dos membros do Colegiado.

Art. 10º - O membro que faltar a três reuniões consecutivas sem justificativa por motivos que não seja de saúde ou de interesse do curso ou da Universidade estará com suas demandas próprias suspensas pelo mesmo número de ausência.

Parágrafo único: As presenças, ausências e justificativas serão comprovadas mediante assinatura individual em livro próprio, e mencionadas na ata da respectiva reunião.

Art. 11º - As reuniões ordinárias serão convocadas por escrito pelo presidente, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, afixada em locais visíveis nas dependências do Campus e enviada por meio de endereço eletrônico.

Parágrafo único: Em caso de convocação de reunião extraordinária, esta deverá ser feita com antecedência mínima de 24 horas, por endereço eletrônico e telefone, devendo os membros comunicar o recebimento da convocação ao secretário do curso

ou diretamente ao presidente.

Art. 12º - As reuniões compreenderão o seguinte roteiro:

- I abertura da sessão, com a apresentação dos pontos de pauta;
- II. leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III. abertura de um período de expediente para comunicações e registro de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral, que não deverá ultrapassar 10 (dez) minutos;
- IV. ordem do dia para discussão e votação das proposições ou pareceres constantes na pauta;
- V. encerramento da sessão.

§ 1º - A reunião não deverá exceder 3 (três) horas de duração.

§ 2º - Por solicitação de membros presentes e mediante aprovação do plenário, o presidente poderá inverter ou acrescentar pontos de pauta antes da leitura da ata da reunião anterior.

§ 3º - Na hora do expediente, não será permitido aos membros do Colegiado o uso da palavra por mais de 5 (cinco) minutos, nem mais de uma vez sobre o mesmo assunto, salvo direito de réplica ou solicitação de esclarecimentos.

Art. 13º - As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, que também decidirão pelo tipo de votação entre simbólica, nominal ou secreta.

Art. 14º - As decisões do Colegiado serão oficializadas pelo seu Presidente sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie. As deliberações, quando couber, serão comunicadas à instância superior, que dará continuidade aos trâmites necessários, inclusive fazendo retornar ao Colegiado para complementações, revisão ou explicações, cabendo a este a aceitação ou não do pedido, observando as normatizações gerais da UFT e outras ações específicas dos órgãos superiores da Universidade.

TÍTULO IV

Seção I

Do perfil do Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Art. 15º - O Coordenador do Curso deverá possuir graduação no Curso de Ciências Econômicas.

Art. 16º - Poderá se candidatar à Coordenação do Curso professor efetivo da UFT, com suas funções acadêmicas regulares.

Seção II

Da eleição para coordenador do curso

Art. 17º - O coordenador do curso será eleito pelo corpo docente, discentes e técnico-administrativos por meio de eleições diretas, conforme diretrizes gerais da UFT.

Art. 18º - Será eleito o candidato que obtiver maior número de votos obedecendo ao que rege o estatuto da UFT.

Art. 19º - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito aquele que já tiver exercido cargo administrativo junto à instituição. Persistindo o empate, prevalecerá o que for mais antigo no exercício do magistério na Universidade.

Art. 20º - O Coordenador do Curso será eleito por um prazo de 2 (dois) anos a contar da sua nomeação, permitida a recondução por mais um mandato.

Art. 21º - O Colegiado do Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador mediante deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes;

Parágrafo único: caso o coordenador esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo na UFT deverá pedir afastamento do cargo até a conclusão do processo.

Art. 22º - Em caso de vacância do cargo de coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFT o Colegiado fará eleição interna para escolha de um novo coordenador interino para concluir o mandato.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 23º - Os casos não previstos neste regimento deverão seguir normatização superior ou ser resolvidos pelo colegiado quando pertinente.

Art. 24º - O presente regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação pelos Órgãos Colegiados Superiores.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMASCURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

REGIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Este Regimento estabelece as normas gerais para as atividades de Estágio Supervisionado no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas em conformidade com a Lei N.º 1.788, de 25 de setembro de 2008.

TÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art 1. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas prevê a realização de Estágio Não-obrigatório.

§ 1º. Define-se Estágio como sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam regularmente matriculados no Curso de Ciências Econômicas.

§ 2º. Define-se Estágio Não-obrigatório como sendo uma atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso de Ciências Econômicas.

Art 2. O PPC do Curso de Ciências Econômicas não prevê a realização de Estágio Obrigatório.

Parágrafo único - Define-se Estágio Obrigatório àquele previsto em PPC, cuja carga horária é requisito para a aprovação e obtenção de título.

Art 3. O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- I. O estudante deve estar regularmente matriculado e freqüentando o Curso de Ciências Econômicas;
- II. Haver celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal do Tocantins (UFT);
- III. Haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º. O Estágio deverá ser acompanhado pelo professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas e um supervisor da parte concedente.

§ 2º. O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art 4. A jornada de atividade em Estágio, definida no convênio entre a UFT e a parte concedente, deverá constar no termo de compromisso e ser compatível com as atividades escolares.

Parágrafo Único. A jornada de atividade de Estágio não pode ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art 5. A duração do Estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

TÍTULO II DA FINALIDADE

Art 6. A realização de Estágio Não-obrigatório visa a conciliação entre a teoria apreendida nas disciplinas oferecidas pelo referido curso e a prática exigida pelo mercado de trabalho.

§ 1º. O Estágio Não-obrigatório faz parte das atividades opcionais e extracurriculares do Curso de Ciências Econômicas e tem por finalidade integrar o itinerário formativo do educando e contribuir para acrescer à carga horária regular e obrigatória.

§ 2º. O Estágio Não-obrigatório visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Busca complementar a formação do estudante, dotando-o do instrumental prático indispensável ao perfeito desempenho de sua futura atividade profissional; aperfeiçoando a sua formação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho; e estabelecendo um canal retro-alimentado entre a teoria e a prática, desenvolvido pela Instituição e pela Comunidade.

Art 7. O aluno poderá desenvolver as seguintes atividades durante o Estágio:

- I. Atendimento telefônico e ao público;
- II. Arquivamento de documentos;
- III. Acompanhamento e elaboração de planilhas e relatórios;

- IV. Acompanhamento das rotinas burocráticas;
- V. Cálculos de juros, inflação e de créditos;
- VI. Elaboração de fluxograma de informações, pessoas e departamentos;
- VII. Acompanhar a elaboração e tratamento de dados estatísticos e financeiros;
- VIII. Auxiliar a elaboração e análise de projetos;
- IX. Acompanhamento de análise de contexto sócio-econômico;
- X. Auxiliar a organização da produção;
- XI. Acompanhar o gerenciamento de dados;
- XII. Acompanhar o gerenciamento de bens e matérias;
- XIII. Acompanhamento de análise Financeira.

TÍTULO III DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

Art 8. O professor responsável pelo Supervisionado será o membro do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas indicado por este para a Coordenação de Monitoria e Estágio.

§ 1º. - A indicação para a Coordenação de Monitoria e Estágio será anual.

§ 2º. - Será atribuída ao Coordenador de Monitoria e Estágio uma carga horária de 04 (quatro) horas semanais.

§ 3º. - As atividades do Coordenador de Monitoria e Estágio deverão ser realizadas no Escritório Modelo de Economia, situado no *Campus* Universitário de Palmas.

Art 9. Cabe ao professor responsável pelo Supervisionado:

- I. Cumprir a carga horária e o atendimento, conforme estabelecido no Art. 8. deste Regimento;
- II. Estabelecer contatos com as empresas conveniadas junto à Central de Estágio do *Campus* Universitário de Palmas e obter informações sobre vagas e pré-requisitos para estágio;
- III. Promover a divulgação ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas sobre a oferta de vagas para estágio e os pré-requisitos exigidos pela parte concedente;
- IV. Orientar os estudantes quanto à obtenção dos dados necessários para a elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- V. Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de relatório das atividades. No caso de estudantes estagiando em Instituições Públicas Federais, esse prazo será de 02 (dois) meses;
- VI. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, orientando o estagiário quando se fizer necessário, e preservando seus interesses junto à parte concedente;
- VII. Comunicar à parte cedente do estágio, no início das atividades de estágio, as datas de realização de avaliações acadêmicas, bem como cobrar a Ficha de Avaliação do Estágio pelo Supervisor (Estágio Não-obrigatório);
- VIII. Realizar a avaliação do estágio a partir do preenchimento da Ficha de Avaliação do Estágio pelo Supervisor de Estágio na UFT;
- IX. Encaminhar à Central de Estágio do *Campus* Universitário de Palmas os documentos necessários para a inclusão da atividade de estágio no Histórico Escolar do estudante, obedecendo ao **Art. 22** deste regimento.

TÍTULO IV DA PARTE CONCEDENTE

Art 10. - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, do Estado ou dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio desde que devidamente conveniados com a Universidade Federal do Tocantins.

Art 11. - Compete à Parte Concedente:

- I. Celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estudante;

- II. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV. Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações legais;
- V. Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio ao professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências
- VI. Econômicas com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VII. Enviar ao professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas a Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor (Estágio Não- obrigatório), com vista obrigatória ao estagiário, respeitando o prazo máximo de 06 (seis) meses ou de 02 (dois) meses nos casos de Instituições Públicas Federais.

TÍTULO V DO ESTAGIÁRIO

Art 12 - Estão aptos a exercer as atividades de Estágio os estudantes do Curso de Ciências Econômicas que estejam regularmente matriculados no período da concessão do Estágio.

Art 13 - São obrigações do Estagiário:

- I. Procurar o professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas e/ou a Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas antes de iniciar o estágio em uma empresa, instituição ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;
- II. Apresentar o Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório devidamente preenchido e assinado pela parte Concedente e o estudante, com a interveniência obrigatória da Universidade;
- III. Participar do estágio com responsabilidade, consciente de sua condição de estudante, procurando obter o maior aprendizado profissional possível, cumprindo suas obrigações no estágio e na universidade;
- IV. Ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;
- V. Cumprir as determinações e orientações do professor responsável pelo Supervisionado quanto aos prazos e os procedimentos;
- VI. Frequentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de avaliação nos prazos determinados;
- VII. Preservar a boa imagem da UFT e do Curso de Ciências Econômicas junto à organização cedente, a fim de dar oportunidade a outros estudantes de realizarem o estágio na mesma entidade;
- VIII. Colaborar com o Diretor do *Campus* Universitário de Palmas, com a Central de Estágios do referido *campus* e com o professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas na procura e obtenção de vagas em campos de estágios;
- IX. Evitar que o valor da bolsa auxílio seja fator determinante da escolha do estágio, preservando o fim pedagógico do curso;
- X. Cuidar para que as atividades de estágio não prejudiquem as suas atividades acadêmicas.

Art 14 - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte.

§ 1º. - A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º. - Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art 15 - É assegurado ao estagiário, sempre que tenha duração igual ou superior a 01 (hum) ano de Estágio no mesmo concedente, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º. O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estagiário ter duração inferior a 01 (hum) ano de atividades junto ao mesmo concedente.

Art 16. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do Estágio.

TÍTULO VI

DO TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE ATIVIDADES

Art 17 - O Termo de Compromisso é concretizado através da aceitação das condições do Estágio especificadas por este Regimento, pela Lei N.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 da Presidência da República, mediante os vistos do representante legal da UFT/*Campus* (Diretor do *Campus*), do representante legal da parte concessionária, e do estudante estagiário.

§ 1º. - O Termo de Compromisso poderá seguir o modelo da UFT ou modelo próprio da parte Concedente.

§ 2º. - Nos casos da adoção de modelo próprio da parte Concedente, o Termo de Compromisso deverá conter:

- I. Dados do Estagiário;
- II. Dados da parte Concedente;
- III. Início e Término previsto do estágio;
- IV. Horário a ser cumprido;
- V. Setor onde o Estágio será desenvolvido;
- VI. Nome do funcionário responsável pela supervisão do estágio;
- VII. Nome do professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas;
- VIII. Valores da bolsa e demais benefícios concedidos pela parte Concedente.

Art 18 - O Plano de Atividades deve ser anexado ao Termo de Compromisso relacionado ao estágio.

§ 1º. - O Plano de Atividades poderá seguir o modelo da UFT ou modelo próprio da parte Concedente.

§ 2º. - Nos casos da adoção de modelo próprio da parte Concedente, o Plano de Atividades deverá conter:

- I. Dados da parte Concedente;
- II. Dados do Estagiário;
- III. Detalhamento das atividades realizadas durante o estágio;
- IV. Assinaturas do professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas, do Supervisor indicado pela parte Concedente e do estudante estagiário.

§ 3º. - O Plano de Atividades deve ser atualizado a cada 06 (seis) meses ou 02 (dois) meses nos casos de Instituições Públicas Federais pela parte Concedente.

TÍTULO VI

DOS ENCAMINHAMENTOS PARA O ESTÁGIO

Art 19. O Termo de Compromisso e o Plano de Atividades devem ser encaminhados em 03 (três) à Central de Estágio do *Campus* Universitário de Palmas pelo estudante interessado.

§ 1º. - Todas as vias do Termo de Compromisso devem estar devidamente preenchidas e assinadas pelo Supervisor da parte Concedente. Caberá à Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas providenciar a assinatura do representante legal da UFT/*Campus* (Diretor do *Campus*).

§ 2º. - Todas as vias do Plano de Atividades devem estar devidamente preenchidas e assinadas pelo Supervisor da parte Concedente e pelo professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas.

§ 3º. - A assinatura do professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas no Plano de Atividades do estudante caracteriza sua aprovação em relação à realização do estágio.

Art 20. Ao término do estágio, a parte Concedente deverá emitir documento comprobatório de realização do estágio.

TÍTULO VII DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO E CONCESSÃO DOS CRÉDITOS

Art 21. A avaliação das atividades de estágio será realizada pelo Supervisor de Estágio indicado pela parte Concedente e pelo professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas a partir da Ficha de Avaliação do Estagiário Pelo Supervisor da Unidade Concedente e da Ficha de Avaliação do Estagiário Pelo Supervisor de Estágio da UFT, respectivamente.

§ 1º. O professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas deverá ter acesso à avaliação do Supervisor indicado pela parte Concedente.

§ 2º. Após sua avaliação, o professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas deverá encaminhar a Ficha de Avaliação do Estagiário Pelo Supervisor de Estágio da UFT devidamente preenchida e assinada por este e pelo estagiário, à Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas.

Art 22. A Central de Estágios deverá enviar o dossiê do estagiário à Secretaria Acadêmica, contendo os Termos de Compromisso, Planos de Atividades, Termo de Realização de Estágio e Fichas de Avaliação devidamente assinadas pelas partes competentes, para fins de inserção dos dados no histórico escolar do estagiário.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 23. A concessão de estágio deverá ocorrer em conformidade com a Lei N.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 da Presidência da República e com este Regimento, bem como os procedimentos adotados pelas Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e de Assuntos Estudantis (PROEST) da UFT e Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas.

Art 24. Os formulários e fichas relacionados ao Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório, Plano de Atividades de Estágio Curricular Não Obrigatório, Termo de Realização de Estágio Não Obrigatório, Relatório do Estágio Curricular Não Obrigatório, Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio da Unidade Concedente, Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio da UFT e o Termo de Realização de Estágio encontram-se no endereço eletrônico da UFT: www.uft.edu.br/estagios

Art 25. O estudante que não renovar sua matrícula ou recorrer ao trancamento total de matrícula no Curso de Ciências Econômicas terá seu Estágio interrompido.

Art 26. Os casos omissos serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art 27. Este Regimento entra em vigor a partir da data de aprovação do Plano Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**REGIMENTO DO GRUPO CURRICULAR
'TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO'**

**PALMAS-TO,
AGOSTO DE 2022**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A presente norma tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas ao grupo curricular 'Trabalho de Conclusão de Curso' - parte dos conteúdos teórico-práticos do Projeto Político do Curso (PPC) -, indispensáveis à obtenção do grau de bacharel no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Art. 2º - O grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso' (ou TCC) consiste de um conjunto curricular composto de três disciplinas: 'Metodologia Científica', do primeiro período, 'Trabalho de Conclusão de Curso I' (ou TCC I), do sétimo período, e 'Trabalho de Conclusão de Curso II' (ou TCC II), do oitavo período, que têm por função apoiar o desenvolvimento de uma pesquisa individual, sob a forma de Monografia, em qualquer área das linhas de pesquisa e extensão constantes do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º - O grupo curricular TCC traz atividades essenciais não só para a formação de economistas que pretendem discutir questões acadêmicas, mas, também para aqueles que procuram entender questões relacionadas ao mundo do trabalho prático, propiciando ao aluno a oportunidade de exercitar e aprofundar conhecimentos adquiridos ao longo do curso por meio da problematização científica, investigação de objeto específico e elaboração de relatório de resultados para avaliação em banca examinadora.

Art. 4º - O 'Trabalho de Conclusão de Curso', em particular, a sequência TCC I – TCC II, deve culminar no desenvolvimento individual de uma monografia, com as seguintes exigências:

- I. ser orientado por um professor orientador;
- II. obedecer às normas técnicas vigentes e assumir o formato de monografia com possibilidade de ser convertida em artigo publicável;
- III. versar, de preferência, sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e metodologias relativas aos paradigmas teóricos estudados no curso, e em dados primários/secundários facilmente acessíveis.

§ 1 - A disciplina de TCC I tem por finalidade a elaboração de um projeto de pesquisa, e a disciplina consequente, de TCC II, visa a execução do projeto por meio da realização da pesquisa propriamente dita;

§ 2 – O aluno deve encontrar um orientador desde TCC I, que deverá auxiliá-lo na elaboração do projeto de pesquisa para, em TCC II, orientá-lo na execução da pesquisa;

§ 3 – Caso o aluno deseje mudar de orientador, poderá fazê-lo a qualquer momento mediante justificativa e solicitação de novo orientador via formulário próprio;

§ 4 – O curso não se responsabiliza por eventuais prejuízos causados ao aluno devido a mudanças de orientador.

CAPÍTULO II

DO COMPONENTE METODOLOGIA CIENTÍFICA

Art. 5º O componente curricular 'Metodologia Científica' é uma disciplina do primeiro período e destina-se a tratar da filosofia da ciência aplicada aos principais paradigmas teóricos estudados no curso, das formas como são utilizados para problematizar a realidade, e das técnicas que utilizam para realizar pesquisa em economia;

Parágrafo Único - A função da disciplina 'Metodologia Científica' no grupo 'Trabalho de Conclusão de Curso' é apoiar, além das atividades desenvolvidas nos componentes 'TCC I' e 'TCC II', quaisquer atividades acadêmicas associadas a pesquisa e extensão em que o aluno venha a se envolver desde sua entrada no curso, tais como: 'Programa de Iniciação Científica' (PIBIC/PIVIC), 'Programa de Iniciação à Extensão' (PIBEX/PIVEX), 'Programa de Educação Tutorial' (PET) e Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP).

CAPÍTULO III

DO COMPONENTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)

SEÇÃO I

Da Definição do Componente TCC I

Art 6º - O componente curricular 'Trabalho de Conclusão de Curso I' (ou TCC I) é uma disciplina do sétimo período destinada ao exercício prático do método científico, do qual deve resultar, como seu produto, um projeto de pesquisa.

Art 7º - A elaboração do projeto de pesquisa deve compreender:

- I. a problematização de determinado aspecto da realidade socioeconômica, mediante questionamento que permita identificar, nesse aspecto, um fenômeno que mereça ser investigado, em conformidade com o paradigma teórico escolhido pelo aluno;
- II. a definição de objetivos estratégicos a serem alcançados;
- III. a identificação do instrumental teórico-metodológico, quantitativo e/ou histórico, necessário à observação e investigação do objeto de pesquisa;
- IV. a identificação das técnicas sobre como conduzir as diferentes etapas de construção do projeto de monografia, bem como das normas técnicas necessárias à sua elaboração.

Art 8º - Participam da execução de TCC I, além do aluno e do professor da disciplina, também um professor orientador a ser escolhido ou aceite pelo aluno.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Professor de TCC I

Art 9º - O professor da disciplina de TCC I trabalhará com o aluno a parte dos procedimentos técnico-formais associados a estrutura e normalização do projeto de acordo com o '*Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins*'.

Art 10º - O professor da disciplina de TCC I promoverá e acompanhará todas as etapas formais de elaboração do projeto de pesquisa do aluno, assumindo as seguintes responsabilidades:

- I. promover a escolha e registro do tema preliminar de pesquisa (até a terceira semana de aula);
- II. divulgar para todo o corpo docente do Curso os temas escolhidos pelos alunos, com eventuais indicações de preferência relativa a orientadores - em função do tratamento teórico pretendido pelo aluno *vis-a-vis* à área de conhecimento específico a que pertence o docente e das relações de afinidade entre ambos;
- III. formalizar a relação orientando-orientador-tema (até a quinta semana de aula) através da assinatura do termo de compromisso entre orientador e orientando;
- IV. Fazer divulgação ampla, no âmbito do Colegiado do Curso, da relação orientando-orientador-tema (até a sexta semana de aula);
- V. cobrar o preenchimento do formulário de 'Plano de Trabalho' do aluno, a ser assinado junto com o professor orientador, concebido com o apoio deste (até a oitava semana);
- VI. promover atividades letivas de aprimoramento de conhecimentos, estímulo e motivação, de modo a contribuir para o bom aproveitamento e desempenho do aluno na disciplina;
- VII. acompanhar a execução formal do plano de trabalho até que resulte no projeto de pesquisa - o produto final da disciplina;

§ 1 – A escolha do tema a ser registrado no inciso I deve ser acompanhado por um pré-projeto que especifique as intenções do aluno por meio dos objetivos da pesquisa e da perspectiva teórica que pretende seguir, de modo a fundamentar, tanto a escolha do orientador, quanto o aceite deste, a ser formalizado pela assinatura do termo de compromisso;

§ 2 – O 'Plano de Trabalho' do aluno, a ser elaborado e entregue segundo o inciso V, deve conter toda a descrição da sequência de etapas de elaboração do projeto e respectivo cronograma de atividades – de modo a servir de base para acompanhamento de desempenho.

SEÇÃO III

Das Atribuições do Professor Orientador de TCC I

Art 11º - O professor orientador de TCC I orientará o aluno na parte do trabalho concernente ao desenvolvimento do conteúdo do projeto, que consiste de:

- I. discutir com o aluno o tema preliminar, conforme elaborado no pré-projeto, com o propósito de observar sua viabilidade; e orientar as leituras preliminares para melhor familiarização do aluno com o tema;
- II. auxiliar o aluno na problematização e delimitação do objeto, discutindo com ele a questão que orienta a pesquisa conforme a abordagem teórica escolhida;
- III. Discutir com o aluno sobre a justificativa da pesquisa e auxiliá-lo na definição dos objetivos;
- IV. orientar o aluno sobre a bibliografia pertinente aos fichamentos e à revisão de literatura e auxiliá-lo, por meio de discussões periódicas, com a crítica ao material lido;
- V. auxiliar o aluno na definição da metodologia a ser adotada e na elaboração do cronograma de execução;

Parágrafo Único – A definição da metodologia a ser adotada em V deve considerar a perspectiva teórica escolhida (que inspirou a problematização e o modo de formulação da questão a ser perseguida pela pesquisa), a revisão de literatura e as características específicas do objeto de investigação, levando em conta seus entornos espacial e temporal.

SEÇÃO IV

Da Avaliação do Aluno de TCC I

Art 12º - A avaliação do projeto de pesquisa do aluno será realizada em duas partes: sessenta por cento da nota (60%) será atribuída pelo professor da disciplina; e quarenta por cento (40%), pelo professor orientador;

Art 13º - Na avaliação do projeto de pesquisa pelo professor da disciplina, serão consideradas os seguintes itens:

- I. Nota de eventuais exercícios de avaliação aplicados pelo professor da disciplina;
- II. zelo do aluno na execução do plano de trabalho conforme cronograma de atividades; e
- III. frequência do aluno nos encontros para desenvolvimento das atividades propostas pelo professor.

Art 14º - Na avaliação do projeto de pesquisa pelo professor orientador, serão consideradas os seguintes itens:

- I. pertinência da forma como o tema foi problematizado, conforme a perspectiva teórica adotada e a literatura disponível;
- II. estratégia na formulação do objetivo geral, cuja persecução oriente, efetivamente, o trabalho em direção à discussão da questão colocada na problematização;
- III. estratégia na formulação dos objetivos específicos, cuja persecução oriente o trabalho em direção ao alcance do objetivo geral;
- IV. pertinência da metodologia, no sentido de permitir o alcance dos objetivos específicos.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

SEÇÃO I

Da Definição do Componente TCC II

Art 15º - O componente curricular 'Trabalho de Conclusão de Curso II' (ou TCC II) é uma disciplina do oitavo período destinada ao exercício prático da pesquisa, produção de resultados e dedução de conclusões em conformidade com os objetivos propostos no projeto.

Art 16º - A disciplina de TCC II deve resultar na elaboração de um relatório de pesquisa - a monografia, seu produto final;

- I. a execução da pesquisa deve ser realizada pelo aluno, sob orientação do professor orientador que o acompanha desde TCC I, de modo a alcançar os objetivos propostos no projeto a partir da execução de sua metodologia;
- II. o trabalho de TCC II consiste na execução de um cronograma de atividades oriundo do projeto de pesquisa elaborado em TCC I;

- III. o resultado final do trabalho, a monografia, deve ser submetida a uma banca examinadora composta por três professores associados à linha de pesquisa a que pertence o trabalho, para avaliação;
- § 1** – O relatório de monografia deve conter no mínimo 30 (trinta) páginas e no máximo 80 (oitenta) páginas;
- § 2** - A extrapolação destes limites deve ser justificado em formulário próprio e submetido para aceite junto à banca examinadora.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Professor de TCC II

Art 17º - O professor da disciplina de TCC II trabalhará com o aluno a parte dos procedimentos técnico-formais associados a estrutura e normalização da monografia de acordo com o *‘Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins’*.

Art 18º - O professor da disciplina de TCC II promoverá e acompanhará todas as etapas formais de elaboração da monografia do aluno, assumindo as seguintes responsabilidades:

- I. solicitar do aluno, ao início do semestre, a apresentação do projeto de pesquisa de TCC I, com formalização de convite à participação do respectivo orientador, visando identificar problemas, promover propostas de melhoria ou ratificar o projeto (até segunda semana de aula);
- II. arbitrar eventuais processos de troca de orientador regulamentado no § 3 do Art 4º deste documento (até terceira semana de aula);
- III. cobrar do aluno o preenchimento do formulário do ‘Plano de Trabalho’ de TCC II, assinado junto com o professor orientador, a partir do cronograma de atividades resultante dos procedimentos metodológicos do projeto de pesquisa de TCC I, devidamente atualizado com o apoio do professor orientador (até terceira semana de aula);
- IV. cobrar do aluno a entrega dos relatórios periódicos de orientação em formulário próprio, conforme previsto no ‘Plano de Trabalho’, informando o que era suposto ser feito no período, o que foi efetivamente feito, e caso a previsão não tenha sido plenamente realizada, apontar a devida justificativa;
- V. notificar os orientadores, no próprio relatório de orientação, sobre os trabalhos que, em função do tempo, parecem não estar bem encaminhados para término no período esperado;
- VI. promover atividades letivas de aprimoramento de conhecimentos, estímulo e motivação, de modo a contribuir para o bom aproveitamento e desempenho do aluno na disciplina;
- VII. acompanhar a execução formal do ‘Plano de Trabalho’ por meio dos relatórios periódicos de orientação até que resulte na monografia - o produto final da disciplina.

SEÇÃO III

Das Atribuições do Professor Orientador de TCC II

Art 19º - O professor orientador de TCC II orientará o aluno na parte do trabalho concernente ao desenvolvimento do conteúdo da monografia, que consiste de:

- I. promover a discussão do projeto de TCC I junto com o aluno para eventuais correções e atualizações;
- II. cobrar do aluno e auxiliá-lo na elaboração e preenchimento do ‘Plano de Trabalho’ de TCC II, a ser assinado por ambos e entregue ao professor da disciplina para acompanhamento;
- III. acompanhar a execução do conteúdo de cada etapa da pesquisa do aluno através dos encontros periódicos de orientação previstos no ‘Plano de Trabalho’, cobrando do aluno os respectivos relatórios de orientação a serem entregues ao professor da disciplina e observando criticamente o que foi realizado e sugerindo propostas de melhoria;
- IV. ler, corrigir e sugerir propostas de melhoria sobre cada versão do relatório de pesquisa até a obtenção da versão final.

SEÇÃO IV

Da Avaliação do Aluno de TCC II

Art 20º - A monografia do aluno será submetida a uma Banca Examinadora composta por três docentes: o professor orientador, que preside a banca, e dois professores convidados, ligados à área de conhecimento do trabalho, que repartirão igualmente a responsabilidade pela avaliação.

Art 21º - Na avaliação da monografia pela banca examinadora, serão considerados os seguintes itens:

- I. pertinência da forma como o tema foi problematizado, conforme a perspectiva teórica adotada e a literatura utilizada;
- II. estratégia na formulação dos objetivos, a partir do modo como sua persecução circunscreveu o problema de pesquisa;
- III. pertinência da metodologia, pela seriedade como seus procedimentos teórico-técnico-instrumentais permitiram, efetivamente, realizar observações e identificar movimentos em torno do fenômeno em estudo;
- IV. habilidade em conduzir a discussão, a partir da capacidade de identificar elementos relevantes sobre o objeto sob investigação e de obter resultados em concordância com o paradigma teórico utilizado;
- V. habilidade em concatenar os elementos da discussão de modo a obter conclusões relevantes, no sentido de construir conhecimentos em torno do problema relativo ao objeto de investigação.

CAPÍTULO V

DOS ALUNOS SITUADOS NA SEQUÊNCIA ENTRE TCC I E TCC II

Art 22º - Os alunos que estão na fase do Curso a que corresponde a sequência TCC I – TCC II devem realizar todas as determinações ministradas pelos professores de cada uma das duas disciplinas bem como pelos respectivos orientadores, cada um exercendo suas atribuições conforme as seções II e III dos capítulos III e IV deste regimento, além de:

- I. ao final de TCC I, entregar o projeto de pesquisa da monografia de acordo com o calendário estabelecido pela Coordenação do Curso;
- II. ao final de TCC II, entregar a monografia de acordo com o calendário estabelecido pela Coordenação do Curso;

§ 1 – O relatório de projeto de TCC I deve ser encaminhado em duas vias físicas à Coordenação do Curso para distribuição ao professor da disciplina e ao professor orientador;

§ 2 – O relatório de monografia de TCC II deve ser encaminhado em três vias físicas à Coordenação do Curso para distribuição à banca examinadora;

§ 3 – A versão final da monografia de TCC II deve ser encaminhada à Coordenação do Curso através de duas cópias em CD-ROM, dentro do prazo estabelecido, como condição para colar grau.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art 23º - Até o segundo mês de cada semestre, a Coordenação do Curso, com o apoio dos professores de TCC I e TCC II, elaborará e divulgará calendário contendo os períodos de entrega dos respectivos produtos, o período de avaliação de TCC I, o período de formação das Bancas Examinadoras de TCC II, das defesas, prazos para correção de sugestões da Banca Examinadora e de entrega do trabalho conforme exigências relativas ao produto final.

Parágrafo Único – Em caso de atraso na entrega da Monografia de TCC II, o aluno deverá justificar o motivo em formulário próprio, a ser entregue ao professor de TCC II para emissão de parecer e posterior encaminhamento à Coordenação do Curso para julgamento.

CAPÍTULO VII

DO ATO DE DEFESA DA MONOGRAFIA

Art 24º - A defesa da Monografia dar-se-á perante uma Banca Examinadora composta pelo professor orientador, que preside, e por outros dois membros designados pela Coordenação do Curso ou pela escolha do orientador em acordo com o orientando.

§ 1 – Poderá ser escolhido um membro suplente no caso de previsão de algum dos membros titulares não poder participar na data da defesa, que, em se confirmando a previsão, o substituirá;

§ 2 – O professor orientador não pode ser substituído por suplente, ficando a defesa adiada no caso deste não poder comparecer na data marcada.

Art 25º - Os professores titulares que por motivo de força maior não puderem se fazer presentes no dia da defesa da Monografia deverão apresentar justificativa com a antecedência mínima de 48 horas.

Art 26º - Poderá participar da Banca Examinadora o professor Co-orientador (se houver), de acordo com a conveniência a ser observada pelos membros da Banca.

Art 27º - A Banca Examinadora só poderá executar seus trabalhos com a presença dos seus três membros.

Art 28 º - Após a data limite para entrega dos exemplares da monografia, o Coordenador do Curso, com o apoio do professor da disciplina de TCC II, promoverá a organização das bancas e divulgará amplamente o calendário de defesa.

Art 29 º - Os membros da Banca Examinadora terão o prazo de 12 (doze) dias a contar da data do recebimento do trabalho para procederem à leitura da monografia e emitirem suas opiniões *à priori* sobre a pertinência ou não da defesa junto aos demais membros da banca;

§1 – No caso de algum membro da Banca julgar por não ser pertinente manter a defesa, deverá, junto com os demais membros, apontar os problemas a serem corrigidos pelo aluno;

§2 – Ato contínuo, o trabalho deverá ser reformulado e a defesa adiada para outra data, a ser decidida junto à Coordenação do Curso, com apoio do professor da disciplina;

§ 3 – Não será permitido aos membros da Banca Examinadora tornar público o conteúdo das monografias sob julgamento.

Art 30 º - As sessões de defesa da Monografia são públicas.

Art 31 º - Na defesa, o aluno terá, no mínimo, 20 (vinte) minutos, e no máximo, 30 (trinta) minutos para fazer a sua apresentação, e cada componente da Banca terá até 10 (dez) minutos para fazer suas arguições, dispondo ainda o discente de mais 10 (dez) minutos para responder às questões colocadas por seus examinadores.

Art 32 º - A atribuição da nota dar-se-á após o encerramento do ato de defesa, composta por apresentação, arguição e defesa propriamente dita, obedecendo ao sistema de notas individuais, por examinador, baseada no quadro de critérios de avaliação;

§ 1 – A nota da disciplina será atribuída em ato privativo dos examinadores, após solicitarem a retirada momentânea do aluno sob avaliação bem como de todo o público da sala onde ocorre o evento para procederem, secretamente, à decisão, para posterior divulgação;

§ 2 – A nota do aluno será a média das notas individuais concedidas por cada membro da Banca Examinadora, e não será permitida a divulgação das notas concedidas por cada membro individualmente;

§ 3 – Para aprovação, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco), na média aritmética das notas individuais atribuídas por cada membro da Banca Examinadora;

§ 4 – Em caso de reprovação, fica a critério do aluno continuar com o mesmo tema e/ou com o mesmo professor orientador no próximo semestre letivo.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 33 º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da UFT, revogando-se as disposições em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

**Palmas-TO,
Agosto de 2022**

APRESENTAÇÃO

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Regimento Geral, com a Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, que cria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e a Instrução Normativa Nº 010/2021 – CDRG/DPEE/PROGRAD, regulamenta:

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art.1º O presente regulamenta as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Art.2º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e tem, por finalidade, a consolidação e contínua atualização do PPC, visando à qualidade formativa executada no âmbito do curso.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I – Elaborar, implementar e corrigir quando necessário o Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- II – Prezar pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, os registros das reuniões realizadas juntamente com as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV – Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais necessários para o pleno funcionamento do Curso;
- VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- X – Realizar estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Econômicas constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico, e será constituído:

I – Por, no mínimo, 5 docentes incluído o coordenador do curso, e, no máximo 45% de docentes do colegiado do curso.

II – Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu*.

III – Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva.

Art. 5º A declaração de candidatura espontânea ou a indicação dos representantes docentes deverá ser apresentada, avaliada e aprovada pelo corpo docente do curso em reunião colegiada.

Art. 6º A composição do NDE deve ter renovação periódica parcial de seus membros, para garantir a continuidade no processo de desenvolvimento e acompanhamento do curso.

Art. 7º O mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, sendo prorrogável por igual período devendo para isso o presidente do NDE informar no sistema NDE+ os nomes dos membros da gestão, ou caso o sistema esteja inativo enviando os nomes, com os dados a PROGRAD.

I - O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD pelo Presidente do NDE ou pelo Coordenador do Curso.

II – Caso não haja inscritos para compor o NDE cabe ao coordenador do colegiado indicar os professores membros para a composição do grupo, respeitando o artigo 4 deste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 8º Os docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos em território nacional e, destes, pelo menos 70% (setenta por cento) devem possuir título de Doutor.

Art. 9º O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso deve ser de, pelo menos, 70% (setenta por cento).

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 10º Todos os docentes que compõem o NDE devem ser contratados em regime de tempo integral e/ou parcial, sendo pelo menos 70% (setenta por cento) em tempo integral.

CAPÍTULO VI

DA NOMEAÇÃO E FLUXO PARA EMISSÃO DE PORTARIA

Art. 11º A nomeação dos membros deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso e inserida no Sistema NDE+ pelo presidente do NDE ou coordenador do curso, caso o Núcleo esteja sem presidente. A Próreitoria de Graduação – PROGRAD tramitará os dados para a emissão da portaria. Depois da emissão da portaria, ela será inserida no sistema e poderá ser visualizada pelo colegiado do curso, pelos membros do NDE e pela PROGRAD.

Art. 12º Os nomes inseridos no Sistema NDE+ devem ser os que estão na ata de reunião do colegiado, na qual a decisão sobre esta composição foi homologada, sendo de responsabilidade do presidente do NDE e/ou do coordenador do curso, caso esteja sem presidente, atestar a integridade dos dados inseridos no sistema

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DE CURSO

Art. 13º O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será eleito pelos membros do Núcleo Docente Estruturante. Compete a ele:

- I – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;
- II – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas;
- III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;
- IV – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;
- V – Redigir as atas de todas as reuniões, para que sejam arquivadas na coordenação de curso;
- VI – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso;
- VII – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso;
- VIII – Inserir no sistema NDE+ todos os dados referentes aos membros do Núcleo Docente Estruturante como matrícula, e-mail institucional, e os nomes dos membros do NDE e demais dados solicitados pelo sistema;
- IX – Acompanhar o trâmite e emissão das portarias, assim como verificar os nomes dos membros presentes no sistema.
- X – É recomendável que o presidente do NDE não seja o coordenador do curso, mas em caso de vacância da presidência do Núcleo, o coordenador do curso pode exercer a presidência do NDE ou o coordenador substituto.

CAPÍTULO VIII

DAS REUNIÕES

Art. 14º A convocação dos membros do NDE, pelo presidente, será feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do início da reunião e com informação da pauta, salvo circunstâncias de urgência.

Art. 15º Quanto à periodicidade:

- I - As reuniões regulares deverão se realizar com o intervalo máximo de 2 meses.
- II - As reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento de acordo com a urgência e necessidade.

Art. 16º A reunião do NDE deve contar com a presença mínima de metade mais um, dos membros, para fins de votação.

Art. 17º A ausência em 3 (três) reuniões, sem justificativa, implica em exclusão do membro das atividades do NDE e cabe ao Presidente excluí-lo do sistema NDE+ e providenciar a substituição.
PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de ausência do Presidente, os membros devem informar ao coordenador do curso para promover a substituição.

CAPÍTULO IX DAS DECISÕES E VOTAÇÕES

Art. 18º As decisões, realizadas em reunião, relativas ao encaminhamento das recomendações ao colegiado, serão tomadas por meio de votação, de acordo com o número de presentes.

Art. 19º A votação é, impreterivelmente, aberta.

Art. 20º Os membros não devem votar ou deliberar em assuntos de interesse pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o NDE possua número par de votantes, ou esteja com a configuração de pares no ato de votação, em caso de empate na votação, a matéria em questão deve ser deliberada em reunião colegiada do curso.

CAPÍTULO X DAS ATAS

Art. 21º Todas as reuniões, sem exceções, devem ser documentadas em atas, as quais devem ficar à disposição do Colegiado do Curso e dos órgãos institucionais superiores para serem publicadas e amplamente divulgadas para a comunidade, cabendo a responsabilidade das atas ao Presidente do NDE.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Curso e pela Pró-reitoria de Graduação, com o suporte da Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação.

Art. 23º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Avenida NS15, 109 Norte | Plano Diretor Norte | Bala II, Sala 15 | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4526 | www.uft.edu.br | ecopalmas@uft.edu.br



ATA DE REUNIÃO Nº 8/2022 - CECO/CUP/UFT

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h35, o Colegiado do Curso de Ciências Econômicas se reuniu em sala virtual, via moodle - AVA. A reunião contou com as seguintes presenças: o coordenador do curso, professor Marcleiton Ribeiro Moraes, os professores efetivos, Aline de Oliveira Nasche, Alivinio de Almeida, Célio Antônio Alcântara Silva, Claudomiro Moura Gomes André, Éder Lucinda Pereira, Fernando Jorge Fonseca Neves, Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, Gisele Barbosa de Paiva, Higino Julia Piti, Juliana Aguiar de Melo, Keile Aparecida Beraldo, Marcos Antonio Dozza, Marcos da Silva Fernandes, Mônica Aparecida da Rocha Silva, Nilton Marques de Oliveira, Waldecy Rodrigues, Wilians dos Santos Silva e a representante técnico administrativo Caroline Alves da Silva.

Pauta:

1. Aprovação da Atualização do PPC;
2. Mudança do Turno Matutino para o Noturno.

Dada à aprovação da pauta para a Reunião de Colegiado tem-se início à reunião. **1. Aprovação da Atualização do PPC:** O coordenador Marcleiton Ribeiro Moraes fala ao colegiado a respeito da inserção da creditação da extensão no PPC do curso e explica que o NDE efetuou algumas mudanças em trechos do texto do PPC que não geram alterações na matriz curricular. Após apresentação da proposta do NDE com relação à creditação, feita pelo professor Fernando Jorge Fonseca Neves, e discussões acerca do tema, o colegiado aprovou unanimemente a sugestão apresentada para a distribuição da carga horária e a forma como a creditação da extensão ocorrerá dentro da matriz curricular. A proposta será encaminhada aos professores via e-mail para debates e sugestões, voltando à votação em colegiado caso alguma alteração seja necessária. **2. Mudança do turno matutino para o noturno:** O coordenador Marcleiton Ribeiro Moraes explica aos professores a respeito da proposta de alteração de turno, em que o curso de Ciências Econômicas se tornaria totalmente noturno, porém mantendo as duas entradas por ano. A proposta se justifica com base nas dificuldades que a alternância de turnos pode provocar no desempenho dos alunos, como exemplo, a descontinuidade de oferta das disciplinas em um mesmo turno sequencialmente. O professor Élvio Quirino Pereira se manifesta totalmente contrário à sugestão apresentada. O colegiado entende que a mudança requer uma consulta à Procuradoria Jurídica da Universidade antes de passar por outros trâmites e fica definido que a coordenação encaminhará a demanda ao NDE para a organização dos procedimentos administrativos, que incluem a consulta legal, a consulta de dados quanto a implicações que a alteração pode gerar, a influência nos índices de reprovação e retenção e a definição do perfil do aluno para então prever a viabilidade da proposta e retornar ao colegiado. Às dezesseis horas e vinte minutos, nada mais tendo a tratar, o coordenador encerra a reunião. Eu, Caroline Alves da Silva, lavrei a presente ata. Palmas, doze de agosto de dois mil e vinte e dois.



Documento assinado eletronicamente por **Marcleiton Ribeiro Moraes, Coordenador(a)**, em 15/09/2022, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0047763** e o código CRC **A2470CBD**.

Referência: Processo nº 23101.007386/2022-61

SEI nº 0047763

Criado por **carolas**, versão 2 por **carolas** em 30/08/2022 14:15:27.